



VINICIUS ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA

DOIS TROTSKISMOS NUM PARTIDO DE MASSAS:

As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no
PT de 1978 a 1992.

Campinas

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VINICIUS ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA

DOIS TROTSKISMOS NUM PARTIDO DE MASSAS:

As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no
PT de 1978 a 1992.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Tese de Mestrado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção de Título de Mestre em Ciência
Política.

Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação defendida pelo aluno Vinicius
Almeida Ribeiro de Miranda e orientada
pelo Professor Doutor Alvaro Gabriel
Bianchi Mendez.

Campinas

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M672d Miranda, Vinicius Almeida Ribeiro, 1981-
Dois trotskismos num partido de massas : as trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992 / Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trotski, Leão, 1879-1940. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil) - História. 3. Democracia Socialista (Organização) - História. 4. Tática. 5. Estratégia. 6. Trotskismo. I. Mendez, Alvaro Gabriel Bianchi. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Two trotskisms in a mass party : the trajectory of the organizations Democracia Socialista and Convergência Socialista in PT between 1978 and 1992

Palavras-chave em inglês:

Workers Party (Brazil) - History

Socialist Democracy (Organization) - History

Tactics

Strategy

Trotskyism

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Lincoln Ferreira Secco

Data de defesa: 23-12-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 23 de dezembro de 2014, considerou o candidato VINICIUS ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória de duas organizações políticas brasileiras que tinham como principal referência teórica o trotskismo. As organizações pesquisadas são a Convergência Socialista e a Democracia Socialista. O recorte cronológico da pesquisa vai da fundação do primeiro dos dois grupos pesquisados, em 1978 até sua expulsão do Partido dos Trabalhadores, em 1992. A trajetória destas organizações é marcada pela participação no PT, partido amplo, com identidade operária e de massas fundado em 1980. O objetivo central da pesquisa é analisar as diferenças entre as duas organizações em sua relação com o PT e, conseqüentemente, as diferenças políticas entre si. A pesquisa qualificou estas possíveis diferenças como táticas (que se refere a diferenças dentro de uma identidade de mesma classe social) ou estratégicas (diferenças que colocam os grupos em lados opostos na luta de classes). A hipótese central é que as diferenças entre os grupos CS e DS são de natureza tática até 1989 e passam a ser estratégicas a partir de 1991, passando por um período de transição entre um período e o outro.

Palavras-chave: Convergência Socialista; Democracia Socialista; Partido dos Trabalhadores; tática e estratégia; trotskismo.

ABSTRACT

This dissertation analyses the course of two Brazilian political organizations that had main theoretical reference the trotskyism. These organizations were *Convergência Socialista* (Socialist Convergence) and *Democracia Socialista* (Socialist Democracy). The chronological cut of the research goes from the foundation of Socialist Convergence, in 1978, until its expulsion of the Partido dos Trabalhadores (Workers Party), in 1992. The course of this organizations is marked by the participation in PT, a wide party, identified with workers and the masses of the population, founded in 1980. The main objective of this research is to analyze the differences between both organizations with the PT and, consequently, their political differences. This research qualified these possible differences as tactical (that are differences inside of the same social class identity) or strategical (differences that face the groups in difference sides of the class struggle). Its main hypothesis is that the difference between CS and DS are tactical until 1989 and turn to be strategical in 1991, going through a transitional period between each one.

Keywords: Socialist Convergence; Socialist Democracy; Workers Party (PT); tactical and strategical; trotskyism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - Uma parte da história do trotskismo no Brasil	4
1.1 Forças internas: conflito e cooperação	5
1.2 Partidos como forças nacionais	7
1.3 PT: trajetória e luta de classes	15
1.4 Dos trotskismos ao PT	20
CAPITULO 2 - O trotskismo no Brasil ressurgiu: a formação da CS e DS (1978-1981)	24
2.1 A convergência de um trotskismo	26
2.2 Da clandestinidade ao partido de massas	38
2.3 Trotskismos e o novo partido operário	48
CAPITULO 3 - Duas trajetórias, dois projetos partidários	50
3.1 O PT como “oposição social” (1980-1989)	50
3.2 A ORM e o SU	56
3.3 Sectarismos	64
3.4 Manifesto dos 113	70
3.5 O bloco revolucionário	78
3.6 Proporcionalidade	84
3.7 O PT como partido revolucionário em construção	88
3.8 O Alicerce e a LIT	91
3.9 Alicerce e a Convergência	98
3.10 CUT e Diretas	101
3.11 De volta ao PT	105
3.12 Prefeituras	110
3.13 O início do fim	113
CAPITULO 4 - Contra-hegemonia e fragmentação	114
4.1 PT e a ascensão da contra-hegemonia	114
4.2 A crise da contra-hegemonia e o petismo autêntico	118
4.3 A Nova Esquerda e a Nova DS	121

4.4 Fora Convergência	126
CONCLUSÃO - Tática, estratégia e opção de classe	132

*Dedico à Angela e Marcílio, meus pais,
e a Vitor, meu irmão.*

AGRADECIMENTOS

Os indivíduos e grupos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho científico fosse concluído e, por isso, merecem minha enorme gratidão foram listados por mim muito deste texto de agradecimento ser escrito de fato. Gostaria de expressar com mais eloquência e beleza em palavras o que é meu carinho e admiração por pessoas e grupos que cito brevemente aqui. A ordem segue mais ou menos a cronologia da “breve trajetória” de meu curso de mestrado.

À Daniela Mussi fica a primeira menção, pois além de grande apoio durante boa parte do curso, foi quem me convenceu de que eu poderia um dia ser um mestre. Foi Daniela também quem teve papel importante em meus primeiros passos na Unicamp, desde conseguir um orientador a andar pelo campus.

Agradeço meus professores da Unicamp, especialmente meu orientador, o Professor Doutor Alvaro Bianchi, cujo teste de paciência foi grande para lidar com um mestrando sem qualquer experiência de pesquisa na graduação e uma ambição desmedida com seu projeto. Alvaro foi uma referência em pesquisa e bibliográfica, visto que algumas de suas obras contribuíram e muito para a dissertação final.

Outro docente merece menção particular também, a Professora Doutora Andreia Galvão. A mesma inexperiência como pesquisador eu tinha como professor, e o trabalho de estágio docência orientado por Andreia foi um divisor de águas em minha vida (assim como ingressar na Unicamp), pois me fez acreditar que um dia poderia ser também um docente universitário. A generosidade e paciência da Professora Galvão foi impressionante e seus ensinamentos inestimáveis.

Agradeço aos Professores Doutores Oswaldo Amaral e Lincoln Secco, que generosamente aceitaram participar da banca de minha defesa de dissertação final. Suas obras e trabalhos acadêmicos sobre o Partido dos Trabalhadores são brilhantes e inspiradores.

Agradeço às funcionárias Sônia e Priscila, do programa de pós-graduação do IFCH. Sem elas, meu agendamento de defesa que já foi uma “novela” teria sido ainda mais difícil e custoso, não fosse a eficiência e seriedade destas duas trabalhadoras. Espero que possam

ter melhores condições de trabalho e a reitoria da Unicamp um dia passe a respeitá-las como merecem, assim como o restante dos funcionários e funcionárias desta excelente universidade.

Aos colegas da Unicamp, meu agradecimento é gigante. Foram estas pessoas que elevaram meu tom de autocrítica e, ao mesmo tempo, foram solidários em todos os momentos que recorri a eles. Um agradecimento especial à Natalia Conti, que revisou minha dissertação (menos esta parte, portanto os erros de gramática aqui não são culpa dela). Uma grande amiga e companheira de lutas foi minha primeira leitora e teve trabalho, pois não sou bom escritor.

Agradeço também ao companheiro Felipe Spinetti, que contribuiu muito com meu trabalho na reta final.

Ao meu amigo Odir Camacho.

Ao meu amigo e camarada João Pedro, e à minha amiga e camarada Ana, por me ajudarem a entregar as cópias da versão provisória aos membros da banca de defesa. Todo meu carinho e eterna dívida a vocês.

Aos companheiros João Machado, Henrique Carneiro, José Correa Leite e Fernando Silva “Tostão” pela generosidade em ceder entrevistas que foram utilizadas como fonte deste trabalho. Agradeço e reconheço que a minha experiência de ouvir o relato de vocês foi inigualável.

Aos amiguíssimos Thiago Castro e Ronaldo Bragança por assistirem minha defesa em plenos vinte e três de dezembro. Eles me fizeram sentir o mais querido e admirado dos amigos, e certamente foram apenas representantes de um grupo maior e espalhado de queridos companheiros e queridas companheiras que gostariam, como eles, testemunhar um dos momentos mais importantes de minha vida.

Agradeço a todo o carinho dos amigos Carol e Ayuri, que me hospedaram em vosso lar e me fizeram sentir a maior calma e descontração possível numa véspera de defesa de dissertação. Vocês foram incríveis!

Agradeço também todos e todas as camaradas da Insurgência, que inspiram meu trabalho acadêmico e dão significado ao meu ser intelectual. Estes amigos e amigas são coautores deste trabalho e cúmplices de minha rebeldia. Sou grato, muito grato e muito me orgulha participar desta organização.

Agradeço a muitos revolucionários e revolucionárias que contribuíram para o saber dos oprimidos e a luta socialista. Em particular, Marx, Lenin, Gramsci, Rosa, Frida, Alexandra Kollontai, Mariátegui e Leon Trotsky.

E agradeço especialmente ao camarada Rodrigo Santaella. Digo “especial” na falta de palavras para descrever tudo que representou como amigo e companheiro para todas as horas desta pessoa. Sua paciência é inacreditável e sua solidariedade incomparável. O amor é sem dúvida a maior virtude de um revolucionário, e Rodrigo sabe como ninguém adotar isto na prática. Ao meu irmão de vida, muito obrigado

“Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que ‘viver significa tomar partido’. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.”

(Antonio Gramsci)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fases de evolução do partido socialista.

Tabela 2 – Fases de evolução do PT, segundo análise de Secco e Coelho.

Tabela 3 – Fases de evolução do PT, segundo análise da Democracia Socialista.

Tabela 4 – Fases de evolução o PT, segundo análise da Convergência Socialista.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Partidos e outras organizações

AP: Ação Popular

APML: Ação Popular Marxista Leninista

AV: Ala Vermelha

MCS: Movimento Convergência Socialista

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDC: Partido Democrata Cristão

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO: Partido Operário

POC: Partido Operário Comunista

POLOP: Organização Marxista Revolucionária Política Operária

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PST: Partido Socialista dos Trabalhadores

UDN: União Democrática Nacional

Tendências Internas do PT

CLTB: Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros

CO: Causa Operária

CS: Convergência Socialista

FOT: Fração Operária Trotskista

FURP: Fração Unitária pela Reconstrução do Partido

DS: Democracia Socialista

MEP: Movimento pela Emancipação do Proletário

MCR: Movimento Comunista Revolucionário

PRC: Partido Revolucionário Comunista

OT: O Trabalho

ORM-DS: Organização Marxista e Leninista – Democracia Socialista

ORT: Organização Revolucionária dos Trabalhadores

Tendências Internacionais do Trotskismo

CORQUI: Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional

FB: Fração Bolchevique

OSI: Organização Socialista Internacionalista

LIT: Liga Internacional dos Trabalhadores

QI-CI: Quarta Internacional – Comitê Internacional

SU-IV: Secretariado Unificado – Quarta Internacional

Outras siglas e abreviações

ABC: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DN-PT: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

xxiv

ENE: Encontro Nacional de Estudantes

ENPT: Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores

ET: Em tempo

EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo Monetário Internacional
INPC: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MM: Movimento dos Metalúrgicos
PDP: Programa Democrático Popular
PUC-MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPES: União Paulista de Estudantes Secundaristas
USP: Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos aqui é resultado da pesquisa sobre duas organizações políticas nascidas num período singular da esquerda no Brasil, ainda não repetido em seu aspecto mais importante. O ímpeto de buscar uma organização coletiva nunca tinha sido tão voraz na classe trabalhadora até então. Foi um período único em que os operários decidiram cruzar os braços em seu trabalho nas fábricas e arregaçar as mangas para sua luta política.

Devemos enxergar a fundação do Partido dos Trabalhadores como algo que não estava dado, não foi óbvio, nem natural ou determinado. O anseio dos trabalhadores brasileiros em fazer política como classe não surgiu nas greves do ABC do final da década de 1970. Durante todo o século XX muitas foram as mobilizações que indicaram isto e a formação de um partido com esta identidade de classe foi uma conquista grandiosa e única para este setor social.

Este é o contexto histórico e cenário da formação dos grupos trotskistas Democracia Socialista e Convergência Socialista. Dois grupos que reconheceram a força da proposta petista e, em grande medida, contribuíram para sua realização. A partir do anseio de superação das fracassadas experiências comunistas, submetidas a um mundo bipolar, em que a revolução mundial tão sonhada estava cada vez mais longe, a experiência do trotskismo rejeitava uma acomodação a propostas que apontavam para o socialismo de forma retórica e reproduziam em grande medida opressões sociais de diversas formas. A unidade dos trabalhadores, seu levante com as mãos dadas era conduzida na prática por guerrilhas isoladas, alheias a uma proposta genuína de partido operário, embrião do novo Estado, o príncipe moderno.

Os trotskistas brasileiros, gradativamente, apegaram-se fortemente à proposta do PT. E nossa pesquisa remete às trajetórias políticas de dois grupos com raízes no pensamento de Trotsky, Lenin e Marx que viam num partido não marxista, não trotskista e não leninista mais potencial para sua revolução mundial do que aqueles que carregavam o nome de comunista.

O novo partido operário da década de 1980 não era centralizado, nem composto exclusivamente por operários, ou mesmo adepto de uma proposta clara de ruptura com o Estado burguês. A intenção das organizações trotskistas pesquisadas nem por isso era deixar de disputar a forma organizativa e o programa do PT. Neste sentido, um dos focos deste trabalho é demonstrar os planos táticos e estratégicos sobre o partido de CS e DS. Ambas pensavam que o mesmo seria devidamente colocado ao seu propósito histórico quando tivesse uma direção revolucionária. Isto essencialmente passava pela participação protagonista (ou até mesmo singular) dos trotskistas.

A história, contudo, nunca testemunhou uma maioria trotskista no PT em toda sua trajetória. Portanto, boa parte da trajetória dos grupos trotskistas é também uma investigação sobre importantes minorias do partido operário. Minorias que, nem por isso, não influenciaram e participaram da direção do partido.

O estudo é também uma discussão sobre a dinâmica interna dos partidos e organizações. Por que a Convergência sai do PT em 1992? Foi uma expulsão sumária ou uma ruptura consentida? Por que a DS permanece? Por que poucas vezes vemos estes grupos no PT unidos contra a direção não revolucionária do partido? Um estudo voltado para a intervenção de um partido na sociedade apenas é pobre para a compreensão destes problemas.

A abordagem teórica tem como eixo a associação da proposta de um partido revolucionário com sua identidade de classe. A percepção desta identidade de classe no capitalismo moderno é mais bem apurada pelos estudos marxistas de Antonio Gramsci e autores marxistas que o analisam. No primeiro capítulo desta dissertação está exposta a referência bibliográfica na discussão sobre a dinâmica interna de um partido e como pesquisa-la. Além disso, há também o estudo do conceito de partido pela ótica marxista-leninista-gramsciana, que instrumentaliza o debate sobre o Partido dos Trabalhadores.

O segundo capítulo é dedicado à formação das organizações trotskistas pesquisadas. De militantes que, em pleno período de terror no país e absoluta repressão, optaram por lutar, ascendem grupos com uma proposta diferente da luta armada. Pela referência na luta operária organizada em sindicatos e greves e pela prática de unir a agitação política a reflexões intelectuais de fôlego sobre a realidade brasileira e mundial, são formadas as experiências da DS e CS.

No terceiro capítulo há o tronco da trajetória dos “seguidores de Trotsky” no período mais rico de suas participações no projeto petista. Não por um acaso, no período de maiores indefinições sobre que rumo o PT tomaria, há também a maior dose de esperança depositada pelos grupos “troskos”. A aposta da DS é de composição com o que era, foi e seria a eterna direção majoritária do partido, enquanto a CS escolheu sempre o caminho do confronto e da tentativa de derrotar esta mesma direção partidária.

A partir de 1989, a participação do partido operário em administrações municipais, assim como no processo eleitoral presidencial com grande protagonismo, mudou a perspectiva do mesmo sobre sua disputa política nacional. A perspectiva de ruptura com o Estado capitalista foi abandonada pela sua direção majoritária e isso impactou profundamente os grupos trotskistas pesquisados. O giro considerado definitivo para Eurelino Coelho da direção petista majoritária é analisado no quarto capítulo deste texto, assim como as implicações e consequências disso para DS e CS.

O desfecho desta obra em sua conclusão aponta para um balanço comparativo da bibliografia especializada no PT, o esquema de Umberto Cerroni e as visões sobre a disputa do partido operário das organizações trotskistas pesquisadas. Por esta metodologia, precisamos a pertinência da participação de grupos marxistas revolucionários alheios à referência dos Estados burocratizados sob a liderança da URSS na construção deste partido amplo e que, quando foi capaz de definir sua orientação estratégica, não optou pela via revolucionária.

Por fim, é importante ressaltar que a grande ousadia de mergulhar na polêmica dentro do pensamento trotskista sobre a pertinência da disputa do PT motivou profundamente este trabalho, e exigiu grande esforço de busca por uma precisa investigação de fontes, para fugir de uma abordagem tendenciosa.

CAPITULO 1

Uma parte da história do trotskismo no Brasil

A história das trajetórias da DS e CS é parte essencial da história do trotskismo no Brasil. Segundo o cientista político Alvaro Bianchi, devido ao “crescimento das correntes trotskistas neste país”, especialmente no período histórico da metade para o final da ditadura militar brasileira, tornou impossível “escrever uma história sincera do movimento sindical ou estudantil brasileiro sem” referir-se a estes grupos (BIANCHI, 2012, p. 363). A mesma afirmação serve para o PT, um dos partidos políticos mais importantes da história do país.

E não é a relevância dos grupos trotskistas a única motivação deste trabalho. O mesmo é também o que Bianchi categorizou de “historiografia militante”. É uma pesquisa sem imparcialidade plena ou desejada. Há, por isso, uma responsabilidade ainda maior, contudo, com o rigor na pesquisa realizada e a análise política construída, com base nas diversas fontes e bibliografia utilizada.

No desafio da pesquisa com caráter militante, Bianchi apresenta uma “alternativa” acadêmica, que insere nesta pesquisa o caráter científico. Um trabalho rigoroso na análise de fontes é essencial para justificar uma hipótese, talvez até mais do que em pesquisas “não militantes”. Segundo o cientista político, “quanto mais sólida a pesquisa empírica”, maiores são as chances de que o resultado final dela seja próximo de um consenso (Idem, p. 363-4).

Há também uma indefinição das conclusões tiradas por um trabalho acadêmico com este caráter. Haverá, a partir deste trabalho, a possibilidade de reinterpretação do pensamento político aqui estudado, com a revelação de novos documentos, fontes e outras pesquisas. Certamente não será um trabalho definitivo sobre o tema, nem pretende ser.

A proposta se alinha à ideia de uma pesquisa militante: crítica, antidogmática e, especialmente, iconoclasta. Busca fugir, portanto, da atitude “autocondescente para com as suas próprias organizações, a mitologia dos grandes dirigentes de pequenos partidos, o

exagero polêmico e o autoelogio” nas análises das duas tradições do trotskismo abordadas (Idem, p. 365).

O objetivo central da pesquisa é contrapor-se não a um balanço político sobre as experiências organizativas da DS e CS, mas sim a todo balanço político baseado apenas no relato da memória dos militantes históricos vivos dessas organizações. Isto é uma missão também militante, visto que uma consistente análise de documentos internos, publicações e outras pesquisas se somam aqueles relatos que condizem com os acontecimentos registrados nesses documentos. Mesmo um documento cujo relato é contestável por outros registros, inclusive jornalísticos, serve como fonte para remontar o que foi uma organização.

Superar a mera reprodução verbal e textual da memória dos antigos militantes trotskistas das décadas de ascensão do projeto petista, abriu também espaço para iniciar uma reflexão ainda mais profunda.

O dissenso tem mais importância que o consenso no tipo de pesquisa que colocamos aqui. Os acordos são construídos em sua abordagem histórica, com forte referência na obra de Antonio Gramsci, pelo resultado da resolução de conflitos dos agentes da história. Abordar de modo realista a política é atribuir os seus consensos aos seus conflitos. Bianchi afirma que “concebida de modo realista a política é o conflito pelo poder político” (Idem, p. 368).

Ainda, as diferentes dimensões das intervenções políticas merecem específica análise. Bianchi apresenta neste aspecto um esquema que divide as relações de forças internas, nacionais e internacionais de um estudo de organização. A interlocução entre essas esferas é necessária, e passa por compreender uma importante questão.

1.1 Forças internas: conflito e cooperação

A análise da relação de forças internas, ou seja, o debate interno dos grupos políticos nos permite observar “as contradições existentes no partido” de forma mais clara. Com o estudo de documentos de direção associado aos relatos de antigos dirigentes das organizações pesquisadas podemos chegar a “uma visão mais abrangente da vida interna do

partido e uma percepção mais apurada do complexo processo de construção de sua identidade política e programática” (Idem, p. 368-9).

No estudo do Partido dos trabalhadores, há uma complexa engenharia para analisar a relação de forças internas, pois se trata de um partido com direito de tendências permanentes, com publicações próprias de suas organizações. As tendências do PT foram, pelo menos até 1992, tanto uma contribuição da intervenção política do partido, como uma exposição das disputas internas do mesmo.

Porém, há uma significativa diferença entre o que uma corrente do PT explicita em uma publicação e o que “realmente pensa”. Quando havia uma esperança na disputa interna do partido, por exemplo, a Convergência defendia publicamente sua filiação e construção, enquanto avaliava internamente sua crise de direção e alto risco de capitulação ao regime político burguês tradicional.

No estudo sobre a teoria dos partidos, há algumas contribuições importantes que auxiliam nosso trabalho de análise das pesquisas sobre o Partido dos Trabalhadores e suas organizações internas. O partido, como veremos nos capítulos seguintes, não foi formado apenas por um conjunto de indivíduos que dividiam os mesmos planos estratégicos para tal. Sequer havia um consenso, nos primeiros anos do partido operário, sobre o que ele era de fato, sua identidade de classe ou seu objetivo político.

E como categorizar as divisões internas dos partidos? O cientista político italiano Giovanni Sartori realizou uma pesquisa em que o partido visto de dentro constitui uma “confederação de subpartidos” (SARTORI, p. 94), ou seja, é formado por diversas subunidades partidárias. Isso não consiste em subgrupos apenas de posições políticas e/ou lideranças distintas. Considera também a divisão de unidades básicas, como núcleos, com claras diferenças do que significam cada uma delas.

As subunidades que contam pelas diferenças de projetos para o partido são vistas como *frações* por Sartori. Nesse sentido, essas podem ser tendências ou facções. As tendências remontam articulações internas de militantes que se identificam por uma “série estável de atitudes, sem ser um grupo estável de políticos” (Ibidem, p. 96). Mesmo uma tendência com maior rigor organizativo, ainda pode ser vista como tal. Já a *facção* tem uma construção mais complexa. O uso deste termo se deu a partir de um resgate histórico,

muito identificado com uma ideia pejorativa de organização coletiva. A *facção* é um termo tradicionalmente depreciativo, enquanto “partido”, não.

O partido nada mais é, para Sartori, do que “um agregado de pessoas que formam uma constelação de grupos rivais” (Ibidem, p. 94). Convenciona afirmar que quando suas frações ou subunidades apontam para a identidade de *facções*, isso passa por grupos mais coesos internamente e sectários na disputa partidária, opondo-se ao formato de *tendência*.

Considerando que “a natureza de um partido está na natureza de suas frações” (Ibidem, p. 97), na perspectiva sartoriana dos partidos, mais do que a identidade de um modelo de partido com um sistema político, é preciso estudar a anatomia dos mesmos, para que seja completa a análise política. Neste sentido, encarar os partidos como uma variável independente reflete-se na importância de sua análise interna.

No estudo que apresentamos, convencionaremos usar o conceito de *fração pública*, adequando o trabalho acadêmico às expressões utilizadas pelas organizações no debate interno petista, como um setor do partido que não reconhece o mesmo como tal. Um partido é a estratégia organizativa dos grupos e, o objetivo final, o que é mais importante nesse aspecto da política. Aquele grupo que optar pela construção de um partido e mantiver uma identidade política específica internamente a ele, será tratado como *tendência interna*.

1.2 Partidos como forças nacionais

Na discussão sobre a relação das forças em âmbito nacional, há a necessidade de superar uma análise internista. Isso não desqualifica a importância dos relatos e conflitos internos dos grupos, mas qualifica o trabalho, separando aqueles que merecem destaque para uma pesquisa histórica, dos relatos anedóticos. Bianchi afirma que “os embates que têm lugar no interior da agremiação, traduzem à linguagem do partido uma relação de forças que não se esgota nele” (BIANCHI, 2012, p. 370). O desenvolvimento dos partidos, pelo seu raciocínio, é reflexo de eventos históricos também, como lutas, greves, “vitórias e derrotas da classe trabalhadora”. Nesse sentido, o papel de uma pesquisa histórica está em encontrar “na história do partido aquele movimento de classes sociais que dá sentido a sua existência” (Idem, p. 17).

A análise da relação de forças nacional permite ao pesquisador ir além da pequena política. Ordenada pela grande política¹, pelos choques que repercutem no âmbito da vida estatal, a relação de forças nacional recoloca os conflitos intrapardários em seu devido lugar. (Idem, p. 17)

Essa relação entre o partido e a sociedade tem uma mão dupla. A discussão sobre os partidos políticos no capitalismo é de importância fundamental para compreender toda a esfera política desse modelo de sociedade e sua história. São os partidos as formas de organização mais disseminadas e difundidas ao longo do século XX, e um dos principais instrumentos dos representantes eleitos nos regimes democráticos, assim como de alicerce essencial para regimes totalitários e ditatoriais. Dificilmente fez-se alguma luta política no período recente da história sem algum auxílio e/ou interpelação de partidos políticos. Diante de tanta relevância, a ciência política foi fascinada por este objeto e suas pesquisas tiveram importante evolução até os dias atuais.

Um dos primeiros intelectuais a realizar importantes trabalhos sobre os partidos políticos foi Vladimir Ilich Lenin, autor russo e adepto das ideias comunistas. Ao longo de sua vasta obra, Lenin defende um modelo de organização baseado na visão de Marx sobre a sociedade e sobre a política, de uma sociedade dividida em classes sociais. Essa organização giraria em torno de um veículo de propaganda unificado, que serviria “de agitação política unificada” para iluminar “todos os aspectos da vida e dirija-se às massas em geral” (LENIN, 1979, p. 137):

A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, a maior possível; em terceiro lugar, a menos clandestina possível. (...) a organização dos revolucionários deve englobar (...) homens cuja profissão é a ação revolucionária. (Idem, p. 87)

¹Antonio Gramsci atribui o que ele chama de “grande política” como “questões vinculadas com a fundação de novos Estados” (citado por BIANCHI, Alvaro dos Cadernos do Cárcere, Q. 8, § 48. P. 970), isto é, a estratégia política de um grupo. Pela grande política, portanto, um partido é a favor ou contra o Estado atual ou, pelas palavras de Bianchi, um conceito que afirmava o “caráter estratégico do antagonismo social” (BIANCHI, 2008, p. 159). A pequena política é tratada nesta dicotomia como a dimensão parcial e que colocavam frente a frente frações de uma mesma classe em embates políticos. É a dimensão tática, parlamentar e não estrutural, estatal (Idem, ibidem).

A organização revolucionária em Lenin é seletiva, pois abrange somente indivíduos apoiados numa determinada doutrina e conjunto de orientações, além de um programa convicto do futuro socialista.

Contemporâneo a Lenin, o autor ítalo-germânico Robert Michels afirmava que os socialistas estariam fora do “mundo da ciência” em sua teoria sobre a revolução. Associado às ideias de Gaetano Mosca, que apontavam para a impossibilidade de uma ordem social sem uma classe política dominante, Michels desenvolveu a *lei de ferro* das oligarquias (MICHELS, p. 231). Em breves comentários, vamos expor o conteúdo desta perspectiva.

O princípio da visão do sociólogo ítalo-germânico passa pela afirmação de que “é mais fácil dominar as massas do que um pequeno auditório” (Idem, p. 10). Reconhecendo que as classes tem a necessidade de auto-organização para a luta política, e que a base dos partidos políticos modernos é a organização da classe operária, sua tese aponta que o desenvolvimento da ferramenta partidária moderna tem uma tendência quase inevitável de burocratização, isto é, de formação de uma classe de dirigentes que comandam uma maioria, sendo uma minoria, uma oligarquia.

O processo de burocratização dos partidos começaria pela necessidade de formação de uma classe de políticos profissionais, que promove, nos partidos operários, uma elite. Desta especialização técnica forma-se a “direção dos negócios”, que resulta o poder de decisão (Ibidem, p. 15). Uma vez formada essa organização e divisão de poderes, a “organização deixa de ser um meio para se tornar um fim” (Ibidem, p. 229).

De forma semelhante a Michels, Joseph Schumpeter respondeu ao problema do sistema democrático capitalista. Ambos consideravam que existia um comportamento humano natural, para justificar seu ceticismo em um modelo político de participação mais direta que a democracia representativa. Considerava razões de ordem psicológica dos cidadãos para justificar sua tese, admitindo que apenas uma minoria dos cidadãos interessasse por política e a maioria está sujeita (psicologicamente) a uma atração por bons oradores, pois se atrai mesmo por espetáculos (Idem, p. 30).

Contudo, a questão mais importante para recuperar na obra de Michels está na justificativa material de sua lei social. Para ele, todo órgão nascido da divisão social do trabalho cria um interesse corporativo, que gera uma oposição com interesses gerais, e uma

tendência ao isolamento (MICHELS, p. 242). Neste movimento, uma classe dominante é fatalmente substituída por outra, que dialoga (se opondo) à visão marxista sobre a história:

(...) não há nenhuma contradição essencial entre a doutrina pela qual a história seria uma contínua luta de classes e esta outra de que as lutas de classes terminariam sempre com a criação de novas oligarquias que se fundiriam às antigas. (Idem, p. 243)

Os dirigentes dos movimentos de massas teriam uma tendência para se afastar lentamente das mesmas, evidenciando a impossibilidade de um movimento popular, de fato, ser capaz de realizar transformações sociais (Idem, p. 244). O que é mais notável na *lei de ferro* é que, para Michels, sua principal causa seria a necessidade técnica dos chefes, que começam espontaneamente como “acessórios”, para ao se profissionalizar tornarem-se “estáveis e inamovíveis”. Desta maneira, os partidos tornar-se-iam apenas a fonte de domínio dos “eleitos sobre os eleitores” (Idem, p. 247). A imaturidade das massas é um dado natural e a democracia direta, assim, um ideal irrealizável. Era visto por Michels como um “um tesouro que ninguém jamais encontrará” (Idem, p. 251).

Para o estudo de organizações trotskistas, o cientista político italiano Umberto Cerroni apresenta um instrumental teórico mais adequado, já que há em nosso trabalho o reconhecimento de que se trata de grupos contrários ao Estado capitalista por todo o recorte cronológico pesquisado. O mesmo retoma as ideias de Lenin, considerando que a política moderna² deveria ser concebida por uma luta entre partidos, “todavia, a luta dos partidos não é *ipso facto* a luta de classes” (CERRONI, 1982, p. 21). No contexto da política moderna (ou capitalista), o modelo do partido socialista “se projeta como protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno sistema político de partidos” (Ibidem, p. 14).

A política do capitalismo é marcada pela existência de um modelo de Estado novo, também denominado moderno. Em decorrência disso, o partido político moderno não pode ser restrito às suas opções políticas (como “parte política”, ou tomar partido) (Ibidem, p. 12). Ele é mais bem compreendido se, além de seu sentido, seu programa, sua proposta, se

² Quando colocamos política moderna, temos a referência da modernidade do capitalismo a partir dos séculos XVIII, XIX e XX.

insere o conceito de *máquina partidária*. O desenvolvimento histórico desse modelo é sincrônico à organização do sistema político da modernidade, e em torno de suas mudanças. Essa sociedade para os marxistas é reconhecida também como capitalista, pela centralidade da relação capital-trabalho como organizadora do sistema social.

Para Cerroni, o partido político na sociedade capitalista não poderia ser visto como um “simples mecanismo de organização de forças dotadas de alguma unidade na propaganda de certo programa e na luta pela conquista do poder”. O impulso desse modelo de sociedade, sem dúvida, é de preponderância dos interesses individuais sobre os coletivos, porém isso não é natural ou uma lei científica. Ao contrário, o individualismo é exaltado no capitalismo ou na sociedade burguesa. Portanto, o partido socialista seria “uma forma de agregação ideológica para defender uma condição humana” e resistir a uma deformação imposta historicamente (Ibidem, p. 17).

A concepção do marxista italiano é antagônica à visão sobre a política no capitalismo do intelectual Joseph Schumpeter. Considerando uma natureza humana agindo sobre o nível de interesse dos cidadãos pela política, este aponta que a participação política exige preparo social, técnico e psíquico, do contrário o indivíduo fica preso a questões privadas e afastado das questões públicas (SCHUMPETER, 1961, p. 320). Partindo disso, a organização política está resumida à legitimação e reforço do sistema eleitoral representativo. Isso seria a natureza da política na sociedade moderna.

No entanto, faz parte da organização da sociedade capitalista a produção de uma classe operária vigorosa e tendencialmente majoritária. Desta perspectiva, o “reino do individualismo” oferece formas sociais distintas de sua própria lógica. Em outras palavras, o isolamento e a contraposição fracionária de um homem a outro homem enfrenta, no próprio sistema que o consagrou, uma resistência orgânica da associação dos trabalhadores em torno da produção de mercadorias. Por essa razão que Cerroni busca na evolução da luta operária uma construção partidária e, conseqüentemente, uma disputa política do modelo de sociedade, uma teoria da organização política no capitalismo.

No primeiro momento da luta operária, esta classe passaria a assumir sua autonomia e consciência, ou seja, reconheceria a necessidade de se organizar coletivamente. O partido é, nesse contexto, uma associação ligada à luta dos trabalhadores. No mundo burguês, sua característica individualista justifica o tratamento da burguesia à esfera política como sendo

um espaço voltado para a garantia de seus interesses privados. A partir disso, a organização operária surge como manifestação do sentido de ação coletiva em oposição à exploração que esta classe sofre nesse sistema. Essa organização permite um mínimo exercício de liberdade ao proletariado (CERRONI, 1982, p. 15). Para Cerroni está é a *fase pré-política* do partido político moderno.

Num segundo momento, o partido passaria a ser uma proposta radicalmente oposta ao Estado, ainda sem se colocar de forma alternativa a ele e com uma política subalterna ao mesmo. Segundo Cerroni “é uma parte que ainda não é capaz de se propor como um todo”, ou seja, “ainda é corporativo-de-classe, destituído, portanto, de uma capacidade dirigente geral” (Idem, p. 16). Já existe nesse momento uma organização formal de partido, porém muito ligado a uma proposta economicista. Seria essa a *fase intra-uterina* do partido.

No seu apogeu, o partido moderno assume sua capacidade de direção hegemônica ao conjunto da sociedade. Tem o papel de denunciar a parcialidade (ou seja, seu caráter de classe burguês) do Estado, se contrapondo como parte-todo, almejando substituí-lo por inteiro. Supera a construção da segunda fase do partido porque deixa de ser uma expressão exclusiva de uma classe, para combinar as instâncias típicas da classe operária com o desenvolvimento de uma nova organização social e política (Idem, p. 17). Essa etapa de organização partidária é denominada como *fase extra-uterina* e avança na disputa da hegemonia da sociedade moderna.

Certamente o partido socialista não é o único tipo de partido na sociedade burguesa, e sequer é o exemplo mais presente. Os partidos conservadores, adequados à lógica capitalista e burguesa, predominam e reforçam a hegemonia de seu Estado. Isso se revela não apenas em seus discursos e propagandas (aliás, tradicionalmente tais partidos são tomados pela demagogia e evocam discursos contraditórios com seus reais interesses, a exemplo da luta pelo “bem público”), como na sua prática de mediação de interesses, clientelismos, e sem diferenciação ideológica entre si. Realizam o ideal de democracia de Schumpeter, fazendo de sua organização apenas um mecanismo de disputa eleitoral e de poder burocrático do Estado.

Partindo do modelo de partido moderno de Cerroni, identificamos no modelo dos partidos conservadores sua razão material para tal conduta. Um partido para comportar-se como alternativa de poder ao Estado deve ser capaz de dirigir sem precisar recorrer à

coerção do Estado. Essa concepção parte do conceito de Estado e política de Antonio Gramsci, que observa este objeto como uma mescla de força e inteligência, consenso e coerção (Idem, p. 26).

No partido socialista a relação de força e consenso se traduz pela dialética entre máquina organizativa (que estabelece regras e coação) e plataforma programática (que gera adesões voluntárias). Um partido conservador, adequado ao sistema vigente, constrói e estrutura sua máquina partidária através dos aparelhos do Estado (estrutura parlamentar, cargos em agências estatais, dentre outros). Não é um partido pleno no sentido socialista, ou seja, um partido plenamente operário, pois este apenas se completa no seu objetivo de alternância de poder ao promover uma nova sociedade. Mesmo sem uma perspectiva revolucionária, isto é, de ruptura, a luta por liberdades democráticas, por exemplo, pelo partido proletário exige uma resposta do Estado moderno, que media sua gestão política coercitiva com a construção de consensos (Idem, p. 27).

Portanto, o partido, que surge como proposta alternativa à lógica individualista, não pode ser tomado como modelo pelas suas experiências fracassadas, isto é, de agremiações partidárias dependentes do Estado que oprime a organização coletiva, para ser uma arena de garantia dos interesses privados da burguesia.

Umberto Cerroni contesta, com sua análise sobre o partido do proletariado, que é necessário a construção de uma “ciência pura da organização”, mas sim a relação de uma máquina organizativa com um programa, uma proposta coerente, apontando que o verdadeiro problema do partido é essencialmente político. Isto justifica uma crítica contundente a trabalhos de autores que o autor italiano classificou por “ceticismo organizativo”, que teorizaram sobre “a impossibilidade de uma reforma antiburocrática da política e um substancial desprezo pelos problemas organizativos” (Idem, p. 35), dos quais Robert Michels é apontado como um de seus principais representantes.

Renato Fernandes, a partir de sua dissertação *Oligarquia e transformismo: a crítica de Gramsci a Michels* situa o debate de conceitos de partidos a partir da discussão de intelectuais na sociedade moderna. A partir da obra de Gramsci, que define a formação do partido pela associação de intelectuais orgânicos às massas, denota um ponto de inflexão e disparidade decisiva entre a visão marxista e ceticistas dos partidos políticos.

Assim como Fernandes, Cerroni busca na discussão sobre os intelectuais a sistematização de seu modelo e evolução de partido socialista. Retornando às fases de evolução do partido proletário, paralelamente à transição das fases do partido proletário (pré-política, intra-uterina e extra-uterina), se dá a formação de uma classe de intelectuais orgânicos, que, associada às massas, formam um novo “bloco histórico”. Esse processo é contraposto à proposta de formação de classe de profissionais de Michels, pois, ao contrário de castas, está a elevação “a níveis superiores das massas de cultura e ampliação de seu círculo de influência” (FERNANDES, 2011, p. 65).

O processo de constituição do partido em um novo Estado significa a ampliação da gama de intelectuais, a transformação desse contingente pelo processo prático de contato e a adesão das massas a seu projeto alternativo de sociedade. A crítica de Gramsci a Michels é ressaltada por Fernandes, que trata a classificação do cético organizativo como “superficial e genérica”, pois descredita a proposta de partido carismático, como Michels descreve. O partido fascista, principal referência de ambos os autores para esta discussão, mesmo com o carisma de Mussolini, precisou de outras estruturas partidárias (máquina) para constituir-se hegemônico de fato (Idem, p. 67).

A referência exterior preponderante, no entanto, para o cientista político italiano, é a luta de classes, que deu as condições para a existência de um novo tipo de partido, o operário. O eixo da crítica de Cerroni a autores que negam o conceito de luta de classes como essencial para os estudos dos partidos no capitalismo, passa por justamente trabalhar esse desenvolvimento predominante de autocratização, apontado por Michels, não como uma tendência natural, mas sim como expressão da história dos regimes políticos do final do século XIX e em especial, ao longo do século XX.

O elemento da luta de classes, portanto, é um instrumento importante para a análise da relação de forças nacionais dos partidos com a sociedade. Partindo de uma referência teórica marxista, a mesma visão de Cerroni sobre partidos socialistas pode ser encontrada nas pesquisas sobre o PT, que pretendemos utilizar como principal alicerce de sua caracterização neste trabalho. A busca aqui é por uma análise da CS e DS a partir de uma discussão que associa um balanço sobre a estratégia dessas organizações em comparação com a do partido em que elas se filiaram durante o período estudado.

1.3 PT: trajetória e luta de classes

Existe uma vasta produção acadêmica sobre o Partido dos Trabalhadores, e muitos destes trabalhos feitos por militantes, sem prejuízo do rigor e qualidade científica dos mesmos. Não seria suficiente pesquisar a trajetória específica das correntes que escolhemos do PT (DS e CS), considerando as referências teóricas abordadas sobre os partidos, sem o resgate de alguns dos principais trabalhos sobre este partido político brasileiro. Por essa razão, fizemos um levantamento bibliográfico que engloba algumas das principais obras de referência de estudo do PT, especialmente no que tange as diversas abordagens na discussão teórica sobre modelos de partido.

Citamos alguns autores de referência que não terão aqui relevância central para a análise que recortamos nesta pesquisa, mas que são literaturas obrigatórias para os estudos sobre o PT.

Margaret Keck em seu *PT: a lógica da diferença* definiu o enfoque de seu trabalho como *histórico-institucional*, e foi uma das pioneiras nos estudos acadêmicos sobre o esse partido. A formação do Partido dos Trabalhadores ocorreu no período histórico brasileiro definido por Keck como “transição brasileira”, tendo sido iniciado em 1973, com a “liberalização gradual do regime” promovido pelo então presidente da república Ernesto Geisel, e concluído em 1989, com as primeiras eleições presidenciais diretas desde o golpe de 1964 (KECK, 1991, p. 7).

Antes mesmo da publicação do trabalho de Keck, a cientista política Rachel Meneguello publicou seu trabalho *PT: a formação de um partido*. Mesmo tratando apenas dos quatro primeiros anos de existência dessa organização, sua contribuição é estimulante para o debate que queremos construir nesta pesquisa. Ao contrário de Keck, os parâmetros teóricos da abordagem organizacional de Meneguello se adequam à *teoria geral dos partidos políticos* de Maurice Duverger, tratando o PT como um *partido de massas*. (MENEGUELLO, 1989, p. 31-2). Reconheceu que o modelo de partido de massas ajuda sensivelmente a pesquisa dos partidos de esquerda, e o PT em especial. Por conta da sua origem extraparlamentar, organização interna intensa, forte articulação entre base e direção, centralização nacional, rigor na filiação, presença de doutrinário, além de uma relação

peculiar entre a direção do partido e seus parlamentares (Idem, p. 33-4), é possível para esta autora associar o partido brasileiro em questão a uma proposta partidária de massas. Para ela, o PT foi “o primeiro partido de massas criado no Brasil” (Idem, p. 35).

Outros três autores que levantamos aqui em seguida têm relevância ainda mais central em nossa pesquisa. Os mesmos analisam, em seus respectivos trabalhos, o giro político petista do final da década de 1980 para a década de 1990, com abordagens diversas.

Oswaldo Amaral afirmou em seu trabalho *A estrela não é mais vermelha* que o PT foi uma novidade organizativa. Além disso, considera que o contexto histórico do país foi fator importante para o nascimento e desenvolvimento deste partido. As mudanças sociais e econômicas no Brasil geraram um forte crescimento do setor secundário, o que impulsionou o chamado “novo sindicalismo”, base fundamental da formação do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Amaral, as mudanças institucionais não tiveram apenas influência nos primeiros passos dos petistas, mas também em sua evolução. O crescimento eleitoral foi apontado por ele como fator de destaque no aumento da competitividade deste partido na arena institucional (AMARAL, 2003, p. 155). A conjuntura mundial também teria contribuído para as definições programáticas do partido, sempre polarizadas por paradigmas leninistas e socialdemocratas. Afirmou que, a partir de 1989, o programa social-democrata, contudo, passou a ser preponderante no PT. Amaral sustentou esta conclusão pela análise do programa da campanha petista eleitoral, que não combatia abertamente a democracia representativa, nem as eleições, conseqüentemente (Idem, p. 158).

Com base em critérios como perfil partidário, programa e nível de institucionalização, o historiador Lincoln Secco aponta que o período inicial da história petista foi recortado entre os anos de 1978 e 1984. Reconhecendo que o PT foi oficializado apenas em 1980, o ano de 1978 é destacado por ser o ano em que surge a proposta na sociedade e movimentos existentes até então. Nos primeiros estudos sobre esse partido (especialmente o de Meneguello, citado aqui), a formação do mesmo se deu montado em três setores: a igreja protestante, remanescentes da luta armada e, este com mais força, o novo sindicalismo (SECCO, 2011, p. 26). A pesquisa histórica de Secco assinalou que eram

seis fortes setores (e não apenas três) importantes para a construção petista. São eles os extraparlamentares do MDB; os trotskistas; intelectuais de origens diversas³, além dos três setores já reconhecidos por trabalhos mais antigos.

Entre 1984 até 1989 os petistas passam a construir um centro comprometido com a construção estratégica, a partir da derrota no processo de Diretas Já!⁴. Esse período é de grande força do partido no país como oposição extraparlamentar à ordem vigente. Também nesse período se fortalece o *projeto democrático popular* na maioria do partido, que, segundo a interpretação da DS, afirmava uma concepção afastada do tradicional nacional-desenvolvimentismo e a teoria das etapas⁵. Isso não foi um processo dado, as tendências divergiram bastante sobre para onde deveria caminhar o partido. A Articulação, por um lado, se via como uma reação ao elitismo e ao vanguardismo da esquerda partidária, apontando para uma construção crítica às experiências comunistas e suas diversas tradições. A DS cumpriu nesse período um papel importante de oposição ao projeto para o PT da Articulação, mesmo buscando alianças com parte deste grupo, que era bem mais fluido em comparação com uma organização leninista, como era a própria DS (Ibidem, p. 94-5).

Secco também dá bastante ênfase em seu trabalho na caracterização singular para a política brasileira do PT como um *partido de tendências*. Este elemento é essencial para compreender como evoluiu tal projeto partidário. Na medida em que o partido acirrou suas diferenças internas de programa e estratégia, houve dois movimentos em reação à crescente organização das tendências permanentes dentro do partido: a fundação da Articulação dos 113 e a institucionalização do partido, a partir de vitórias crescentes parlamentares e executivas nas eleições. A liberdade de tendências internas também seria um canal para uma disputa pública entre as diversas teses do partido. A restrição crescente a intervenção pública das tendências passou a ser no final dos anos 80 uma necessidade para a direção poder controlar, de fato, sua agremiação.

³Como, por exemplo, o PSB e liberais radicais (Idem, p. 27).

⁴O movimento por eleições diretas no Brasil começou em 1983 e teve seu ápice em 1984, quando a emenda parlamentar que propunha essa bandeira foi derrotada no Congresso Nacional. Posteriormente, o PT se dividiu sobre votar ou não nas eleições indiretas e amargou o isolamento políticos nos anos seguintes até retomar sua discussão pelo programa democrático-popular (Idem, p. 113-8).

⁵ O tradicional etapismo é uma concepção presente na proposta de revolução brasileira do PCB e do PCdoB. Por uma aliança com a burguesia nacional seria possível, pela proposta, uma revolução nacional democrático-burguesa, o que justificou o apoio destes partidos a governos vistos pelos petistas como direitistas e conservadores (DA SILVA, p. 155).

O historiador Eurelino Coelho resgata as disputas do período considerado por Secco como de “oposição social” (1984-1989), apontando pelo menos como uma fase histórica cujo “espectro de Marx” esteve muito forte na construção do Partido dos Trabalhadores. Em seu quinto Encontro Nacional, realizado em 1987, as disputas internas atingiram um ápice, e obrigaram a maioria formada pela Articulação, que era acusada de agregar elementos “incompatíveis com a independência de classe”, a mediar, na sua proposta democrático-popular, com os setores marxistas do partido (COELHO, 2005, p. 187).

Coelho coloca que o significado de independência de classe no contexto da construção petista considerava “não apenas o esforço de organização política dos trabalhadores (...) mas também uma visão classista da política” (Idem, p. 188), levando o partido a encarar a burguesia como inimiga.

A Articulação formou-se defendendo a necessidade de “acúmulo de forças”, o que apontava para uma preocupação de construir vitórias institucionais para fortalecer uma estratégia de mudança da ordem vigente. No 4º Encontro, começa a defender “a necessidade de uma ruptura radical contra a ordem burguesa”, incluindo “a socialização dos principais meios de produção” (Idem, p. 189).

No 5º Encontro, o acúmulo de forças é traduzido no campo democrático-popular, representado pela busca de alianças dos trabalhadores com pequenos empresários e maior empenho na disputa eleitoral como meio de luta pelo socialismo (Ibidem, p. 189).

O programa democrático-popular de 1987 prepararia o terreno do partido para a disputa presidencial, em 1989. Segundo Coelho, esta campanha foi o ponto culminante no projeto contra-hegemônico petista. A permanência da referência de classe e a concepção de democracia popular, que se colocava de forma oposta à concepção liberal de democracia, foram os principais elementos para sustentar essa afirmação.

A liderança da Articulação nesse cenário foi a de um “intelectual orgânico da classe trabalhadora”, pois o projeto político que formulava representava uma visão de mundo que enfrentava a “direção intelectual e moral da burguesia”. Apesar de indefinições no seu programa, havia referência no marxismo da corrente preponderante do partido por conta de seu papel consciente no contexto histórico do Brasil do final dos anos 1980:

Durante todo o tempo em que a Articulação se propôs à tarefa de organizar politicamente a classe trabalhadora para a luta política pelo socialismo, suas teses e formulações seriam atravessadas por amplas reverberações teóricas do marxismo. Isso era determinado menos pelas afinidades intelectuais de seus ideólogos e muito mais pela sua práxis, pelo modo como se posicionava perante a luta de classes. (Idem, p. 192)

Para Coelho, enquanto a luta de classes foi central no projeto político do PT, este partido esteve próximo de representar uma ruptura com a ordem política capitalista, e assim servindo aos propósitos dos socialistas, especialmente as correntes petistas com essa vertente. Nesse mesmo raciocínio, os anos posteriores a 1989 seriam um imenso revés para este projeto partidário (ibidem, p. 197).

A hipótese de Eurelino Coelho, que afirmou em seu trabalho ter havido um “giro político” no núcleo dirigente do Partido dos Trabalhadores, institucionalizado e burocratizado da década de 90 em diante, é uma referência central deste trabalho. Mais precisamente, o foco da pesquisa de Coelho está na mudança da expressão ideológica, isto é, da publicação do pensamento político, seja nos fóruns internos do PT, seja na imprensa, do grupo majoritário do partido. Neste sentido o historiador serve melhor a este objetivo de pesquisa, pois seu recorte explicita essa mudança de maneira mais detalhada que outros autores que tratam como seu objeto de trabalho o partido operário brasileiro fundado em 1980.

Coelho conclui que a Articulação passa a não defender mais uma estratégia política que enfrenta o capitalismo no Brasil e no mundo pela sua reivindicação do marxismo, especificamente da necessidade de estar de um lado na luta de classes, o lado da classe trabalhadora. O crescente interesse do núcleo dirigente petista em negar o conceito de lutas de classes, isto é, a necessidade de superação da opressão dos proprietários sobre os trabalhadores pela via revolucionária, só pode ser analisada como tal compreendendo uma distorção em um debate complexo da literatura marxista.

A Articulação passou a representar na década de 1990 em diante não mais um campo *anti-leninista* ou apenas contra os grupos ditos marxistas, pelo seu sectarismo com setores não marxistas. O grupo de Lula deixou de ser um centro do partido, para representar um campo político interno ao PT inimigo dos socialistas. Esse movimento interno foi

acompanhado de um dos principais expoentes dos marxistas no partido: o PRC. Este grupo vai justificar sua mudança de paradigma a partir da referência de Gramsci e seu desenvolvimento intelectual no debate de Estado e hegemonia.

1.4 Dos trotskismos ao PT

Quando Leon Trotsky decide integrar o Partido Bolchevique, em julho de 1917, o mesmo deixa para trás por completo seu passado de participação no Partido Menchevique (que formalmente já havia se desligado anos antes) e passa a apoiar uma proposta partidária formulada por Vladimir Ilich Lenin (DEUTSCHER, 1954, p. 301). O chamado “bolchevismo” marcou a bibliografia escrita pelo militante que influenciou os grupos que estudamos aqui. Para compreender seu significado é preciso resgatar a obra de seu idealizador, Lenin.

A “marca característica” do pensamento de Lenin, que idealizou uma proposta alternativa e singular de partido revolucionário, era a defesa de uma organização centralizada, com “estatutos rigorosos que permitissem à liderança manter afastadas as influências nocivas” (Idem, p.89). Tais ideias confrontavam grande parte da direção do Partido Social-Democrata Russo, do qual Lenin era um de seus mais importantes filiados. Em 1902, Lenin acusaria a direção do partido de “não considerar os problemas de organização” como problemas da política do partido (LENIN, 2006, p. 21), crítica que desencadearia uma cisão interna deste partido em duas grandes frações e, posteriormente, levaria à formação do Partido Bolchevique.

Segundo Lenin, a organização dos trabalhadores deveria ser, “em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, a maior possível; em terceiro lugar, a menos clandestina possível” (Idem, p. 22). O revolucionário russo diferenciava a organização partidária das uniões corporativistas, que deveriam agregar todo operário que compreenda “a necessidade de se unir para lutar contra os patrões e governo” (p. 23). No entanto, mostra que nas organizações corporativas “uma ação estritamente de conspiração é impossível”. Esta ação era vista como necessária por conta do caráter do regime russo, cuja liberdade política era variável a cada momento histórico.

A organização centralizada e conspiratória foi a resposta de Lenin para a necessidade de organização da classe, especialmente para períodos de poucas liberdades de atuação política. Esta premissa se justificava mais ainda na medida em que o partido tinha como estratégia o fim do Estado vigente e a criação de um novo Estado, de caráter socialista. Por esta razão que o debate sobre modelo de organização se associou ao debate de estratégia. Para romper, de fato, com o capitalismo seria preciso um partido que tivesse uma organização constantemente clandestina, mesmo que seu impulso fosse constantemente buscar a legalidade.

Em diversos textos, Trotsky referenda a centralidade do partido bolchevique para o sucesso da Revolução Russa. Para ele, esta vitória não foi fruto apenas da tomada de consciência do proletariado, mas também uma vitória do partido em seu papel de relevar a possibilidade de derrota da burguesia e empurrar as massas em seu confronto. O seguidor de Lenin afirmou que sem a intervenção dos bolcheviques, os “soviets teriam sido esmagados pela contra-revolução e os minúsculos sábios de todos os países teriam escrito artigos e livros, dizendo que só os visionários sem fundamento poderiam sonhar” com a tomada do poder pelas mãos dos trabalhadores (TROTSKY, 1978, p. 118).

Portanto, Trotsky manteve ao longo de sua vida uma clara adesão às ideias de Lenin expostas aqui. Para ele, o papel de um militante revolucionário era o de construir um partido operário centralizado com um programa revolucionário. No entanto, sua perspectiva de construção de um partido revolucionário considerava também elementos da conjuntura de um país e um determinado momento da história.

Em artigo publicado em 1938 sob o título de *Três possibilidades com um partido operário*, Trotsky debateria a questão da construção de um partido revolucionário em diferentes períodos históricos. Usando o exemplo da disputa política e social estadunidense, o revolucionário russo admitia que em “período de prosperidade” a questão do partido operário seria teórica, pouco importante para a classe trabalhadora em si, satisfeita com o instrumento dos sindicatos, resumidos à pauta econômica que, pelo cenário positivo, renderia vitórias com certa facilidade (Idem, 89-90).

No entanto, com a mudança da situação histórica, a presença de uma crise econômica, a luta dos trabalhadores sofreria um impasse em sua atuação meramente sindical, obrigando os mesmos a “unirem suas forças a fim de influenciar leis, influenciar a

luta de classes”. Nesta “situação objetiva”, a demanda por um partido da classe operária tornava-se também concreta para os trabalhadores. Trotsky não atribuiria à única possibilidade, contudo, na situação dos EUA, considerando a vontade coletiva dos trabalhadores de estarem organizados num partido de sua classe, seria aquela pensada por Lenin no início do século XX na Rússia.

O revolucionário russo apontava três hipóteses para o provável partido operário nos EUA do final da década de 1930. A primeira era um partido “amplo e confusamente oportunista”, isto é, com capacidade de agregar grande parcela da classe trabalhadora, sendo de fato um partido da classe, mas não tendo uma direção claramente revolucionária. A segunda possibilidade de partido seria um partido centralizado, mas dirigido por “falsários e carreiristas”, sendo a última possibilidade um partido como o idealizado por Lenin, centralizado em torno de uma direção e programa revolucionários.

Mais do que apontar as hipóteses acima, o mesmo admitia que mesmo a primeira hipótese não sendo adequada à proposta leninista, “seria estúpido não participar” de sua iniciativa, caso ela correspondesse aos anseios iniciais das massas. Neste cenário, o objetivo dos revolucionários seria o de tornar-se “a tendência predominante do partido operário” e, a partir disso, defender no interior do mesmo a “centralização desse amplo partido”. No segundo cenário, quando um partido tiver caráter “oportunista e centralizado”, defendia que os revolucionários deveriam ficar de fora do mesmo.

Enquanto os revolucionários dentro do partido amplo e oportunista não obtivessem sua maioria e o enquadrassem num perfil centralizado, deveriam manter uma relação ambígua com sua construção partidária. Por um lado, fortalecer o trabalho ilegal, por outro, manter-se num partido que viabilizasse o contato com as massas e sua educação revolucionária.

Guardadas as devidas proporções, a visão de Leon Trotsky sobre a situação nos EUA no período citado tem muitas semelhanças com o estudo sobre a trajetória política das organizações revolucionárias (e trotskistas) CS e DS. Tais grupos, como setores revolucionários adeptos das ideias trotskistas e socialistas, optaram pela construção de um partido operário amplo, indefinido com relação ao seu funcionamento no momento de sua fundação. Por isso, no estudo dos primeiros anos destas organizações optamos pelo relato de sua discussão interna sobre a construção do PT. As expectativas sobre o partido amplo, a

tática de construção do mesmo e a relação disso com a estratégia dos grupos definem, em grande medida, a trajetória destes grupos.

CAPITULO 2

O trotskismo no Brasil ressurgiu: a formação da CS e DS (1978-1981)

O que levou dois agrupamentos políticos influenciados pelas ideias de Trotsky a tomar a decisão de construir o Partido dos Trabalhadores? A difícil questão é de longa data, pois parte da histórica relevância dada pelos trotskistas à construção de partidos revolucionários.

Este capítulo é dedicado à primeira fase da construção das organizações Convergência Socialista e Democracia Socialista. Neste período, muitas incertezas e expectativas diversas estavam presentes no pensamento dos quadros destes grupos sobre o que poderia ser o futuro do novo partido operário no Brasil. Portanto, a primeira etapa das trajetórias das correntes trotskistas compreende sua formação e seu esboço de como e por qual razão participariam do PT nos seus primeiros anos.

A formação das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista deu-se num cenário posterior ao período mais agressivo da ditadura militar brasileira. Após tentativas frustradas de enfrentar o regime mais repressor da história do país com iniciativas de luta armada, a esquerda brasileira começava a repensar suas formas de atuação.

Das ações diretas armadas promovidas pela esquerda brasileira, uma em particular deve ser destacada para a análise desta pesquisa. No final de 1970, os brasileiros exilados no Chile foram surpreendidos com o sequestro no embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, nas ruas do Rio de Janeiro. O objetivo da ação era o da libertação de 70 presos políticos do regime militar brasileiro para o Chile. A operação foi bem sucedida e no início de 1971 os militantes soltos viajaram para Santiago, capital chilena (PUNTO DE PARTIDA, 1971, p. 29)

Em Santiago, militantes não envolvidos com o episódio lançaram um documento intitulado “A propósito de um sequestro”, e se declaravam uma “pequena tendência de

exilados brasileiros dedicados a ajudar na construção do partido revolucionário no Brasil”. Foi um documento centrado em uma “crítica teórica e prática às concepções ultra-esquerdistas”, que dominavam o pensamento político da vanguarda revolucionária no Brasil (Idem, P. 30) adeptas de ações armadas, como o sequestro que inspirou o texto.

O grupo “Ponto de Partida” tinha este nome em resposta ao intelectual Régis Debray, autor do texto “Ponto final”, que defende a concepção foquista guerrilheirista e influenciou toda a esquerda latino-americana nas décadas 1960 e 1970 (Idem, p. 30). Eles acusavam que a concepção foquista exaltada por Debray era uma versão moderna dos *narodniks*⁶ russos, que romantizavam a ação direta a partir de frases como “bombas nas mãos”, em oposição à visão leninista de organização e estratégia revolucionária.

Segundo o documento, “A essência do foquismo é sua visão voluntarista da história. Creem apenas nos resultados de suas ações vanguardistas” (Idem, p. 34). Contrapunha afirmando que:

A tarefa da vanguarda revolucionária não é apenas a de expor aos olhos das massas fissuras do aparato do Estado. É, antes de nada, construir o poder que terá condição de ocupar o lugar do Estado burguês. Poder que apenas pode ser construído a partir das massas organizadas; e o trabalho de organiza-las se inicia a partir dos núcleos de direção das fábricas. (Idem, p. 35)

O grupo “Ponto de Partida” foi um dos pioneiros a apresentar uma crítica marxista à tática de luta armada contra a ditadura militar brasileira. Com a pulverização, entre os anos de 1969 e 1974, de “praticamente todas as organizações armadas” (GIANOTTI, 2007, p. 211), poucas alternativas restaram para a denúncia do regime militar. Com a forte censura à chamada “grande imprensa”, foi crescendo ao longo da década de 1970 uma imprensa alternativa, “única fonte de informação não oficial, cujo discurso não estava a serviço do regime ditatorial”. (Idem, p. 213)

Depois de 1975 novos jornais alternativos surgiram, com caráter ainda mais engajado que os primeiros *Pasquim* e *Opinião*, para dar alguns exemplos. Desta nova safra

⁶ O significado mais adequado para a expressão “narodnik” seria “populista”. O termo é original de grupos rebeldes intelectuais do final do século XIX, na Rússia. Tal movimento é antecessor do Partido Social-democrata Russo, assim como o Partido Bolchevique e sua proposta leninista. (DEUTSCHER, 1984, p. 13).

que surgiria os jornais *Versus* e *Em tempo*, experiências políticas intrinsecamente ligadas à formação da CS e DS, respectivamente (Idem, p. 214).

Além do ressurgimento da imprensa livre citada acima, o movimento estudantil também retomava sua atuação ao longo da década de 1970. A morte de Alexandre Vanucchi Leme, da Universidade de São Paulo (USP), nos porões da ditadura seria o estopim, ainda em 1973, de uma série de manifestações que trariam a Igreja Católica, com a bandeira de defesa dos direitos humanos, para a luta política contra a ditadura (SEVILLANO, 2010, p. 27-8).

Da segunda metade da década de 1970 em diante, nos governos Geisel e Figueredo, a agitação estudantil foi bem maior e iniciou-se um processo de “reorganização” deste setor. Neste período foram realizados os ENEs⁷, que rearticularam o movimento nacionalmente na luta contra a ditadura militar. O período é coroado com a realização de um Congresso da União Nacional dos Estudantes em 1979, o primeiro depois de 1968. Este processo foi o ambiente propício para a formação de novos grupos estudantis revolucionários. Dentre esses, organizações precursoras da DS e CS.

2.1 A convergência de um trotskismo

Convergência Socialista (CS) foi o nome dado a um movimento organizado por militantes da esquerda em 1978. O principal impulsionador desse movimento foi à organização *Liga Operária*, formada no final de 1973 na Argentina por exilados brasileiros⁸. A Liga tinha relação com a Quarta Internacional, organização fundada por León Trotsky em 1938.

No período de formação da Liga Operária, algumas polêmicas dividiam a Internacional. Na América Latina especialmente o debate em torno da tática de Guerrilha, a partir da experiência revolucionária cubana e as consequentes propostas de resistência

⁷ O Encontro Nacional dos Estudantes ocorreram em 1976 (O primeiro, em Campinas, e o segundo, na USP) e 1977 na Pontifícia Universidade Católica, onde foi realizado secretamente em setembro daquele ano, depois de dois adiamentos. Este último sofreu enorme repressão de policiais da Secretaria de Segurança Pública de SP causando a prisão de 1700 pessoas, aumentando ainda mais a revolta da Igreja católica (SEVILLANO, 2010, 66-7).

⁸ A Liga Operária é formada a partir do grupo Ponto de Partida.

armada em outros países como o Brasil era central. A Liga se colocou criticamente desde o início em relação às teses da guerrilha (FARIA, 2005, p. 224).

A *Liga Operária* e o *Ponto de Partida* se organizaram numa fração da IV Internacional chamada Tendência Leninista-Trotskista, do Secretariado Unificado. Esse direcionamento político tinha direta relação com a aproximação desse grupo com Nahuel Moreno, militante argentino da IV e um dos mais críticos à opção pelas guerrilhas.

A opção pela luta armada estava sendo abandonada pelas organizações de esquerda no Brasil no período de formação da *Liga Operária*, fortalecendo a opção apontada por este grupo de luta política legal. Nesse caminho, nas eleições de 1974, o grupo se posicionou favorável à disputa eleitoral, apoiando candidaturas do MDB, partido que obteve uma grande vitória nessas eleições (Idem, p. 226). Opção essa pouco seguida por outras organizações, mesmo se tratando de um período “desarmado”, ou seja, sem maiores impulsos para a luta armada.

Desde 1975, a Liga Operária defendia a formação de um novo partido: socialista da classe operária⁹. Com o recrudescimento da ditadura militar nesse período, retornando uma onda de perseguições a organizações de esquerda, principalmente o PCB, a proposta foi adiada.

Em 1977 a organização trotskista estava mais consolidada e com uma forte intervenção nas universidades. A partir de eventos importantes, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, manifestações e protestos de resistência à ditadura começaram a crescer e ganhar espaço na sociedade. Com a crise econômica se ampliando e as divisões entre a burguesia brasileira, o regime começaria a perder legitimidade. Ainda nesse ano, começaria também um forte movimento de sindicalistas em São Paulo por reposições salariais da inflação e do arrocho salarial.

Assim como outras experiências militantes do final da década de 1970, a *Liga Operária* não via mais o PCB como uma alternativa partidária de organização da classe trabalhadora, considerando que o mesmo tinha uma postura passiva diante dos acordos institucionais entre o MDB e o regime militar na sua proposta de abertura “lenta e gradual”. Para eles, “o Partido Socialista deveria se organizar como um partido classista e não submeter as reivindicações operárias aos acordos políticos com a burguesia” (Idem, p. 230).

9 Divulgado no jornal Liga Operária em março de 1975. *Idem, Ibidem.* p. 226

Considerando o debate sobre o modo como a esquerda deveria construir um novo partido, os trotskistas partiam de uma aliança ampla nas lutas como o 1º de maio, incluindo direções sindicais das entidades oficiais. A evolução desse pensamento caminhou para uma defesa mais clara de um partido socialista, que disputasse a representação política da classe trabalhadora contra a burocracia sindical, aderindo à proposta do novo sindicalismo. O novo partido assim tomaria impulso, na medida em que a classe trabalhadora intensificasse as suas lutas.

Partindo da compreensão apontada acima, a antiga Liga foi renomeada de PST (Partido Socialista dos Trabalhadores), que lançou em julho de 1977 o Movimento Convergência Socialista (MCS). O principal objetivo com esta proposta era o de aglutinar setores e militantes “socialistas”, para a formação de um único partido socialista no Brasil (DA SILVA, p. 185). A maior adesão ao movimento foi a maioria do Conselho de Redação do jornal *Versus*, uma publicação existente desde 1975, que tratava de assuntos culturais e era uma forte referência de mídia alternativa ao regime nesse período.

O jornal *Versus* foi uma importante iniciativa para o debate político e partidário, ajudando na repercussão obtida pelo MCS, fortalecendo uma proposta de reorganização política para além da oposição liberal ao regime, promovida pelo MDB. Contribuíram com esta iniciativa jornalística diversos intelectuais, como Fernando Henrique Cardoso e Mario Pedrosa.

Em meados de 1978, o MCS lançou o jornal *Convergência Socialista*, realizando um congresso em agosto, que basicamente foi restrito ao PST e ao jornal *Versus*. O MCS passou a ser na prática a organização dos militantes do PST, que no início de 1979 se extinguiu formalmente, enquanto o MCS passa a ser chamar apenas *Convergência Socialista* (Idem, p. 186).

O contexto social e político que marca essa evolução organizativa, dos antigos militantes da *Liga Operária* para a *Convergência Socialista*, são também dos primeiros ensaios na esquerda da formação de um partido dos trabalhadores. As grandes greves de 1978 e 1979 produziram novos vínculos entre os operários combativos. Incorporar essa moderna classe operária era preocupação da maioria dos projetos de organização de um novo partido no Brasil.

Os chamados sindicalistas *autênticos* eram formados pela oposição às cúpulas dos sindicatos oficiais. Nesse grupo ainda havia muita simpatia pelo Partido Comunista Brasileiro, o que era um elemento de resistência à proposta de rompimento com a linha política do MDB e adesão a um novo projeto autônomo e classista. Em maio de 1978 o MCS buscou se inserir nessa disputa para a adesão de um partido socialista, trazendo para o seu lado alguns simpatizantes entre sindicalistas do ABC paulista.

No período de setembro a novembro de 1978 o MCS tinha um grande empenho em formar um pólo operário e socialista, mesmo apoiando candidaturas para o legislativo em 1978, com a condição de que elas apoiariam a fundação de um partido socialista no futuro. Nessas negociações, em especial com a candidatura de Benedito Marcílio¹⁰, que o MCS adotou uma nova tática, ajustando sua formulação inicial de partido socialista para Partido dos Trabalhadores. Dialogando com os dirigentes sindicais que se declaravam favoráveis à organização de um partido político referenciado na classe trabalhadora, essa proposta iniciada pela campanha de Marcílio no MCS se tornou hegemônica na organização e foi apresentada no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979, na cidade de Lins (DE FARIA, 2005, p. 241).

O Congresso de Lins foi um marco na história da esquerda brasileira, por conta da aprovação de uma moção que expressou, pela primeira vez, um acordo coletivo amplo de apoio à formação de um partido dos trabalhadores. Esta moção foi apresentada pela delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e lida por José Maria de Almeida (Idem, p. 242).

A moção foi defendida também por Luís Inácio “Lula” da Silva e aprovada pela grande maioria dos delegados presentes. A tese, segundo Marcos de Faria, avançava num programa de reivindicações democráticas além das liberdades sindicais, afirmando que estas só poderiam ser obtidas pelos trabalhadores organizados em lutas. A participação da MCS foi decisiva nesse processo, não somente pela apresentação da proposta, mas também pelo esforço de articulação da mesma, conseguindo o apoio de sindicalistas ligados à estrutura sindical oficial que estavam, até aquele momento, a favor da proposta de um Partido Social Trabalhista (Idem, p. 244-5).

¹⁰ Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André na época.

No cenário relatado, a MCS readequou sua tática e seu formato organizativo, suspendendo a propaganda de um Partido Socialista e empenhando-se na construção do Partido dos Trabalhadores.

A Convergência Socialista deixava, então, de propor-se como um movimento amplo, de frente única dos socialistas para tornar-se uma organização política conforme a tradição das organizações comunistas, o que significa, entre outras coisas, a adoção do centralismo democrático. (Idem, p. 245)

No ano de 1979 um novo Presidente da República militar tomou posse, João Baptista de Oliveira Figueredo. Logo no início de seu governo, os metalúrgicos do ABC fizeram uma greve geral, que seria a marca de um ano repleto de mobilizações e greves. No 1º de maio, a Comissão Nacional Provisória de formação do PT estava disposta a distribuir a *Carta de Princípios* do partido.

A elaboração da *Carta de Princípios* foi realizada por uma Comissão Provisória definida numa reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, com participação da *Convergência Socialista*, representada por Robson Camargo. Nesse documento já se colocava uma proposta inovadora e radical, se diferenciando dos partidos de esquerda anteriores. Porém, a Comissão enfrentou problemas por conta de oscilações políticas de Lula, que ainda não estava decidido, naquele momento, em apoiar a proposta formulada pela carta.

Em especial, a possibilidade de identificação da proposta de criação de um Partido de Trabalhadores com a CS alimentava ainda mais receios de setores ainda indecisos, como Lula. O manifesto chegou a ser impresso pela gráfica do *Versus*, mas não foi distribuído pela maioria da Comissão Provisória, apenas pelos militantes da Convergência (Idem, p. 254).

O percalço não impediu que o movimento pela construção do Partido dos Trabalhadores ganhasse as ruas e muitos setores da vanguarda de outros movimentos sociais, vencendo resistências entre grupos operários ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, oposições sindicais e organizações de esquerda. Cabe ressaltar que o único

parlamentar, entretanto, que permaneceu no apoio do PT foi Edson Khair, ligado ao grupo trotskista.

Nos meses seguintes, intelectuais como Francisco de Oliveira, entre outros, se incorporariam no movimento de fundação do PT, que seria lançado formalmente no dia 13 de outubro de 1979, em São Bernardo. Outras organizações de esquerda intensificaram sua aproximação com o partido, enquanto a CS tendeu a se ausentar de suas articulações (Idem, p. 256). O grande dilema do grupo, assim como para outras organizações de esquerda que estavam aderindo ao PT na época, era o de lidar com sua estratégia de construção de uma organização revolucionária e a eminência do surgimento de um partido de massas dos trabalhadores.

Segundo Marcos de Faria, a CS viveu uma crise interna motivada pelas polêmicas envolvendo o modelo partidário a ser adotado pela organização. De um lado colocou-se a FURP (Fração Unitária de Reconstrução do Partido) em defesa do retorno da MCS à clandestinidade. De outro lado, a maioria da Convergência não abria mão da legalidade, mesmo reconhecendo a dificuldade de afirmar uma identidade própria e a manutenção de sua atual organização.

Nos anos de 1980 e 1981, a direção da CS dedicou bastante de seu debate interno a equacionar a relação com o partido de massas ascendente e a manutenção de sua organização. Vamos analisar a seguir alguns documentos internos do grupo deste período, que elucidam o teor e o sentido das suas discussões.

O primeiro documento que analisamos foi escrito no início de 1980¹¹, pois anunciava que neste ano “os países semicoloniais e dependentes não produtores de petróleo”¹² deveriam ter déficit de 90 bilhões de dólares em seu balanço de pagamentos.

A partir de uma análise de conjuntura, o texto apontava a justificativa política da CS para a construção partidária petista. Localizava o Brasil na conjuntura mundial de “inversões imperialistas” como um “país privilegiado” por possuir naquele momento “mão de obra abundante e barata, matérias primas, um mercado interno razoável, uma moderna infraestrutura, (...) uma legislação superfavorável para a remessa de lucros para o exterior e

¹¹ A pesquisa de Marcos de Faria confirma o ano da publicação. Dentro do documento há uma projeção de expectativas para o ano de 1980, sugerindo que ainda era o início do ano.

¹² CS: CONSTRUINDO O PT. Documento interno da CS. 1980, p. 1

uma situação política ainda estável”¹³. Apontava, ainda, que o investimento do capital internacional no Brasil tinha trazido e continuaria trazendo a consequência do forte endividamento de nosso Estado, forçando medidas de austeridade fiscal que eram centradas em retiradas de direitos dos trabalhadores.

Existe um ataque mais intenso aos salários dos trabalhadores. O INPC¹⁴ que determina os reajustes semestrais vem sendo sistematicamente manipulado e apresenta uma queda sucessiva desde março enquanto a inflação dispara. Agora o governo discute uma das medidas cobradas pelo FMI¹⁵ – a supressão, ao menos parcial, dos reajustes semestrais¹⁶.

Diante de um cenário de crise mundial, mesmo não admitindo ainda uma crise em escala nacional, o documento apontava para um “ascenso do movimento de massas” em resistência ao regime ditatorial e a retirada de direitos, que tinha como “características principais as greves e a construção de novas direções sindicais”¹⁷.

O documento relacionou as greves com o movimento pró-PT, liderado por Lula. Afirmava que tal movimento seria um “significativo passo do proletariado brasileiro no sentido de ruptura política com os partidos burgueses e pró-patronais”. Nesta altura, o movimento para a construção do partido de massas era visto pela CS com rumo indefinido, e dependente do “curso real da luta de classes no país”¹⁸.

O PT do início de 1980 era para a CS, portanto, “um partido operário em construção”. Outra definição a se destacar presente no texto do partido era que tratava de um “projeto de partido de massas”, que significava “o que de mais progressivo a classe trabalhadora desde a fundação do PC em 1922” havia construído. Para assim nomear o projeto de partido, o grupo trotskista dizia que “a essência da definição de classe desse

¹³ Idem, p. 1

¹⁴ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi criado na década de 1970 e é, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para “orientar os reajustes de salários dos trabalhadores”. Fonte: Site <http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>.

¹⁵ Segundo próprio documento oficial do órgão, o Fundo Monetário Internacional foi criado em 1944 para impedir “a recorrência do círculo vicioso de desvalorizações competitivas” que levaram o mundo à crise econômica de 1929. Link <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/glancep.pdf>.

¹⁶ CS: CONSTRUINDO O PT. p. 2

¹⁷ Idem, p. 3

¹⁸ Idem, p. 5

movimento se apoia basicamente no conteúdo social das correntes que” participavam da mesma¹⁹.

A CS apresentava um balanço do “Encontro Nacional”²⁰ de fundação do partido bastante negativo. A razão para tal foi porque no evento de sua fundação, o PT não se definiu como “um partido sem patrões” e que lutava por “um governo dos trabalhadores”. Para os trotskistas, a ausência desta definição representou uma “derrota das correntes que combatiam no seio do PT”, sua aproximação com o sistema político tradicional do Estado capitalista. Acusava a direção do PT de querer “transformá-lo num partido eleitoral”, com uma “política imobilista ou omissa” nas lutas do movimento operário, estudantil e popular. Isso se soma também à acusação de que a direção petista majoritária estaria dando pouca importância aos núcleos de base, que permitiriam um partido militante²¹.

Ainda no documento *Construindo o PT*, a CS esclarecia sua relação com o partido operário em construção. Para eles, o mesmo deveria ser construído de forma tática, embora fosse uma “tática privilegiada”. Desse modo, os trotskistas alcançariam as massas, que progressivamente aderiam ao partido operário. Sua ação prioritária era a construção de “núcleos em todos os setores dirigidos e organizados” pelo grupo. Com a massificação do PT, a consequência era também a massificação, numa escala menor, mas bastante satisfatória, da CS. Por isso, deixavam claro que sua defesa do partido amplo não era “só propaganda”, mas bastante engajada²².

O grupo trotskista definia-se neste documento como “fração do PT”, pois os mesmos mantinham um funcionamento pleno fora dos núcleos. Não tinham, portanto, àquela altura, definido ser uma tendência do partido. Para não incorrer no que eles chamavam de “interpretações etapistas” do trabalho no PT, construiriam os núcleos deixando claro suas respectivas relações com a CS e a crítica à direção²³.

Meses depois, a direção lança o documento “Minuta sobre o PT” com “orientações táticas precisas para a entrada no PT”. Atentando que a discussão mais de fundo, com as

¹⁹ Idem, p. 5

²⁰ Considerando que o documento apresenta uma análise de conjuntura projetando cenários para o ano de 1980, tal documento provavelmente foi escrito até o início de 1980. Outra questão é que o “Encontro Nacional” a que o documento refere-se fazendo um balanço do mesmo definiu o caráter do partido, que foi o ocorrido em fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SECCO, 2011, p. 35). O provável é que este seja um documento lançado semanas (no máximo) após este encontro.

²¹ CS: CONSTRUINDO O PT. p. 6

²² Idem, p. 8

²³ Idem, p. 9

“razões políticas”, já havia sido feita anteriormente (e lançada em documentos como *Construindo o PT*), a Minuta de meados de 1980 entrava em minúcias sobre como seria a atuação da militância no processo de legalização do partido²⁴.

Admitia-se na minuta que a entrada da CS no PT era mais importante para os trotskistas do que para o restante do partido, visto que o mesmo conseguiria se legalizar sem a ajuda dos mesmos. Enfatizavam a entrada nos núcleos do partido associada à orientação de focar na campanha de legalização do partido. E, por fim, já apontavam para a base de sua organização que a mesma se moldasse ao funcionamento do PT, propondo a criação de zonal de bairros da CS nos locais de atuação de núcleos petistas de bairros²⁵.

Em 1981 outros documentos que foram lançados naquele ano ilustram a persistência de posições (e algumas alterações) encaminhadas pela direção ao conjunto da CS. Em fevereiro, outra minuta intitulada *Algumas considerações políticas prévias* apontou um elemento novo no debate da organização: a posição relativamente pessimista do grupo revolucionário diante da pouca politização das massas. Diziam que “à exceção possível do ME”, havia falta de consciência na população em demasia para sua construção auto-organizada num partido revolucionário²⁶. Com isso, jogava a responsabilidade de orientação socialista para o PT nos “trotskistas ortodoxos”, identificados por eles e pela OSI²⁷.

Os “trotskistas ortodoxos não jogaram nenhum papel decisivo”, dizia a direção da Convergência sobre a campanha de legalização do partido amplo. Era uma posição crítica e autocrítica que tinha intenção de elucidar a relação dos trotskistas com o PT – “são os trotskistas que necessitam do PT” – apontando também que, naquela altura, “a organização dos trotskistas, como partido revolucionário com influência de massas” era tarefa impossível sem o PT como canal²⁸.

²⁴ MINUTA SOBRE O PT. 1980. p. 1

²⁵ Idem, p. 2-3

²⁶ MINUTA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS PRÉVIAS. 1981. p. 1

²⁷ Antonio Ozai da Silva revela que o racha na IV Internacional-Comitê Internacional (QI-CI) provocou um embate interno das frações internas da CS, visto que nesse período havia um alinhamento desta organização com o grupo internacional em questão. A maioria da corrente rompe com a QI-CI, enquanto uma minoria considerou essa ruptura “irresponsável”, criticando o alinhamento automático desta com Nahuel Moreno. Isso gerou um racha na CS e uma reorientação política no período posterior (DA SILVA, p. 186).

²⁸ MINUTA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS PRÉVIAS. 1981. p. 2

Na minuta de fevereiro de 1981 esclarecia-se a estratégia partidária da CS, colocando o PT como “o caminho, a transição necessária a ser feita pelos trotskistas brasileiros (...) para um partido trotskista com expressão nacional e influência de massas”²⁹.

Podemos concluir, portanto, que para a CS, até o início de 1981, o seu papel era de se construir através da forte atuação no PT. Nas eleições de 1982 era tida como arena prioritária para isso, como seria também a busca de legalidade do partido.

No mês seguinte, a CS lançaria uma circular que fazia novas considerações sobre a atuação da corrente no Partido dos Trabalhadores. Afirmava que “a importância do PT (era) estratégica”, por ser um partido fruto das mobilizações dos trabalhadores e que caminhava para a “independência política de classe”. A nova caracterização enfatizava a polarização do partido operário com as “correntes nacionalistas” e que era alternativa à “crise do stalinismo” brasileiro³⁰.

É perceptível no texto citado acima uma intenção da direção da CS em fazer com que seus militantes se tornassem militantes do PT, de fato. A dificuldade era que os trotskistas ainda se clamavam como “partido”, mas um partido que tratava, a partir de então, “a entrada no PT” como a “política estratégica” deles. Por isso, uma detalhada orientação de como atuar num núcleo petista, que transitava o formato de organização por setorial, para uma organização por bairros, como era o partido de massas em construção³¹.

Já em maio de 1981, há uma nítida ponderação a tratar o PT como construção estratégica:

A construção do PT engloba para os trotskistas os dois eixos fundamentais de nossa política: a luta contra a ditadura e a independência de classe, sintetizadas numa conclusão: construir uma corrente revolucionária no interior do PT para combater a ditadura.³²

A CS se definia, em 1981, como um partido revolucionário. O PT era encarado por eles como um canal para o “diálogo político com as massas”, além do plano sindical. O partido operário, portanto, contribuía para que os trotskistas pudessem “chegar às casas e

²⁹ Idem, p. 2

³⁰ CIRCULAR NACIONAL. 1981. p. 1

³¹ Idem, p. 2-3

³² MINUTA A DN. 1981. p. 2

locais de trabalho e estudo de trabalhadores e estudantes, para discutir nossa política”. A importância disso para a direção da CS era fortalecer a “perspectiva de construção de um partido trotskista com influência de massas”³³.

A relação tática com o PT ficava evidente em afirmações do documento interno acima citado, tais como: “mesmo que o PT fique limitado a um setor amplo da vanguarda, de dezenas de milhares de pessoas, para o nosso pequeno partido isto significa, da mesma forma, um salto qualitativo em sua construção”³⁴.

Uma nova e mais bem definida nomenclatura para caracterizar a atuação da Convergência no PT foi dada no documento “Nossa política dentro do PT”, de junho de 1981³⁵. O eixo central de atuação no partido amplo era o “entrismo” no mesmo, associado a “construir no seu interior uma corrente revolucionária”. Justificava isso pelos mesmos critérios de antes, enfatizando que o partido aglutinava “o melhor da vanguarda estudantil e sindical, mas não organiza as massas”³⁶.

No meio de 1981, a CS apresentava para sua militância um mapeamento interno do partido, e nele representava cerca de 20% do PT (aliado à OSI), considerando milhares de filiados, presença em dezenas de diretórios e direções executivas locais. Seu objetivo era chegar a 40% até as eleições de 1982. Mesmo assim, vemos aqui uma demarcação mais clara com relação às expectativas sobre o partido de massas:

Esta política, de lutar para ter um peso cada vez maior e até maioria dentro do PT, não significa modificar nossa caracterização de que o PT não é nem vai ser um partido revolucionário, devido ao caráter da sua direção, cujos interesses são distintos aos do proletariado.³⁷

Reconhecendo a impossibilidade de restringir a organização de seus militantes ao partido amplo, a CS já não mais dividia sua tarefa de disputa da militância operária entre filiar (nuclear), para depois discutir um programa trotskista. O trabalho político já era visto como “simultâneo”. Ao mesmo tempo ganhava-se para o PT e para o “nosso partido”,

³³ Idem, p. 2-3

³⁴ Idem, p. 3

³⁵ No documento há uma nota ao lado do título que dizia “Discussão com Moreno”. Supõe-se que se tratava de um texto para discussão internacional com a LIT.

³⁶ NOSSA POLÍTICA DENTRO DO PT. 1981. p. 1

³⁷ (Grifos meus) Idem, p. 1-2

como dizia o documento “Nossa política...”³⁸. Um elemento a mais reforçaria a formulação sobre a disputa do PT destes trotskistas: seu jornal.

A relação da CS com a sua organização a partir de um veículo de imprensa, como vimos anteriormente, data da experiência do Jornal Versus, fundado em 1975. A partir de grandes manifestações em 1977, a ainda Liga Operária conduzia o editorial do jornal para discutir “a realidade brasileira e a se posicionar em relação aos projetos alternativos para o Brasil”. Esta relação culminaria no apoio do Conselho de Redação desta revista à primeira proposta de partido da Liga, o PST. (FARIA b, 2005, p. 84).

A experiência do Versus serviu como canal de propaganda desde então, para a proposta do partido socialista, mas ainda não era um jornal da organização. Com a formação do jornal Convergência Socialista, a perspectiva da “frente jornalística” se fortaleceu. Tal instrumento contribuiu para o ajuste entre a tática de construir o partido de massas e a própria constituição da organização revolucionária. Mesmo a ambiguidade desta política também se expressava no papel do jornal. Era um “jornal do PT, pela construção do PT” assim como um “jornal trotskista, pelo socialismo, pela ditadura do proletariado”³⁹.

O destaque para a tarefa do jornal pode ser dado por conta de seu papel como “organizador coletivo” dos trotskistas ligado ao grupo internacional de Moreno (ou morenistas). Na medida em que se definiu a relação de “entrismo” desta corrente no PT, mesmo que um entrismo que pudesse alcançar maioria no futuro, para não se definir como tendência formal do partido, eles mantiveram sua construção em torno de seu jornal, dos núcleos e distritos que atuavam no partido de massas. Paralelo a isso, mantinham seu funcionamento como partido revolucionário próprio fora do PT⁴⁰.

Em seu balanço do primeiro Encontro Nacional do PT, em agosto de 1981, algumas questões ficavam mais claras e explicavam a política da CS nos primeiros anos do partido amplo. A preocupação em evitar coligações com partidos burgueses, opositores ao regime ditatorial, se tornava cada vez mais central para sua direção.

Depositavam já nos primeiros anos do partido operário pouquíssima confiança em outras frações de seu interior, à exceção de seu único aliado, a OSI. Acusavam de “apoio explícito ou implícito de todas as correntes, stalinistas ou centristas, da DS aos prestistas,

³⁸ Idem, p. 3

³⁹ Idem, p. 4

⁴⁰ Idem, p. 6

passando pelo MEP, AP, AV, etc.” à “burocracia dirigente do PT”. Atribuíram à resolução de lançamento de candidaturas próprias do partido em todos os níveis uma vitória conquistada pelos “trotskistas”, isto é, eles mesmos⁴¹.

A composição da nova direção foi tratada pela CS como uma imposição vitoriosa da burocracia dirigente, como eles designavam o setor majoritário liderado por Lula. Para eles, esta maioria seguia “diretamente os passos da burocracia sindical” com apoio de outros grupos, como AP e PCBR, além da “subordinação direta do MEP e mais gradual da DS e CLTB”. Assim, atribuía “total controle da burocracia” à eleição da nova direção, com uma capitulação de todos os grupos, exceto da “CS/OT”⁴².

Neste primeiro ENPT, o bloco formado pela CS com OSI, intitulado “fração trotskista” por eles mesmos, representou 13,8% dos delegados presentes, 30 de 217. Comparando-se às outras minorias, mapeavam-se como o maior grupo, o que rendeu um balanço “globalmente positivo” de sua intervenção no evento. Além disso, alguns pontos aprovados na resolução eleitoral do encontro fortaleceram também esse balanço, tais como: 1) candidaturas próprias do partido em todos os níveis; 2) inclusão de boas resoluções que referenciavam o partido na luta social, especialmente a luta contra o desemprego e pela greve geral; 3) a aprovação do “Regimento Interno mais democrático do que o proposto pela direção”⁴³.

2.2 Da clandestinidade ao partido de massas

A perseguição promovida pela ditadura militar, durante as décadas de 1960 e 1970, aos militantes de esquerda no país deixaram marcas no comportamento das organizações políticas que viriam a ser constituídas no Brasil a posteriori. Por conta desta “herança”, dois grupos oriundos do movimento estudantil de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, antes de se unirem em uma só organização, optavam pela autodenominação *O*. O grupo *O*. de Minas atenderia também por *Centelha* e o do RS por *Peleia*.

⁴¹ BALANÇO DO ENCONTRO NACIONAL DO PT. 1981. p. 1

⁴² Idem, p. 3

⁴³ Idem, p. 4

Dos grupos clandestinos de jovens viria a maioria dos militantes que, em dezembro de 1979, formaria a Democracia Socialista (DS). O grupo mineiro foi formado na segunda metade da década de 1970 por estudantes da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e da PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). Sendo críticos à atuação do PCdoB no movimento estudantil e à luta armada (mesmo optando por um nome bem adequado à clandestinidade), esses militantes apostaram em 1977 na construção do jornal *Em tempo* (ANGELO, 2008, p. 4).

Já o *O. gaúcho* foi formado ainda na década de 1960 por ex-militantes do POC e militantes do movimento universitário da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Em 1973 com a corrente estudantil *Nova Proposta*, o grupo apareceu com mais força naquela universidade, criticando a atuação do PCdoB e também buscando um enfrentamento mais classista da ditadura militar. Mesmo assim, em 1974, parte de seus militantes aderiu à mesma tática dos comunistas, participando do MDB e atuando na oposição legal à ditadura militar (Idem, p. 6).

Em 1977, os dois *O.* começaram a estabelecer contato através de encontros estudantis nacionais e iniciaram uma aproximação que viria formar a DS. Enquanto o grupo mineiro montava o coletivo *Centelha*, a *Nova proposta* se dividia em dois grupos por conta das divergências em torno da polêmica sobre como combater a ditadura militar. Um destes grupos, o *Peleia*, bem como um racha da revista *Movimento* (GIANOTTI, 2007, p. 214) passariam a compor o conselho editorial do *Em Tempo*. A essa altura, uma parte significativa do grupo mineiro havia se transferido para São Paulo, formando o centro organizativo e político da revista.

Em 1978 a *O. gaúcha* criaria uma corrente no interior do MDB: a *Tendência Socialista*. Acreditando nas lutas legais combinadas ao combate no movimento social, essa foi a proposta adotada pelo grupo durante o bipartidarismo. Com o novo cenário político do ano de 1979, cuja eminência da formação de um novo partido de esquerda a partir do Movimento Pró-PT, eles passariam a descartar sua permanência no MDB.

Segundo Vitor de Angelo, o comprometimento com uma formação revolucionária da *Nova Proposta* na UFRGS foi decisivo para a aproximação ao trotskismo, em particular à IV Internacional – Secretariado Unificado. Os militantes da POC que se organizaram no

grupo serviram de canal para a adesão, visto que durante o exílio na França conheceram a *Ligue Communiste Révolutionnaire*, principal seção nacional daquela organização (ANGELO, 2008, p. 7). Quando os gaúchos da *O.* decidiram enviar representantes de seu estado para morar em São Paulo e acompanhar o conselho editorial do jornal *Em tempo*, a unidade dos mineiros da *Centelha* com os gaúchos da *Peleia* passou em grande parte pelo pensamento trotskista.

Durante o segundo semestre daquele ano, mineiros e gaúchos – além dos militantes com os quais haviam estabelecido contatos no *Em Tempo* – elaboraram alguns documentos visando aprofundar o processo de unificação nacional. (...) Tomados em conjunto, os documentos sintetizavam a visão que os fundadores da DS tinham a respeito do país, do cenário político e do tipo de partido pelo qual pretendiam lutar. Tudo isso, por sua vez, fundamentado no trotskismo e, em especial, nas posições programáticas do Secretariado Unificado da IV Internacional. (Idem, p. 8)

Segundo Antonio Ozai, o *Em tempo*, mais do que uma imprensa alternativa e crítica ao regime, facilitou bastante a formação da DS (DA SILVA, p. 191). Isto é dito, pois foi nesta experiência jornalística que se consolidaram laços militantes entre os membros da *Centelha* e da *Peleia* em São Paulo.

A formação da DS se deu, portanto, por uma “experiência de bastante trabalho” entre as duas organizações regionais, mas também uma “compreensão comum sobre a herança do marxismo-revolucionário”. Ambas viam a necessidade de construírem para os tempos futuros uma organização de caráter e corpo nacional. Viam também a necessidade de organizar outras fusões para consolidar este projeto nacional. Dentre os grupos elencados por eles no final de 1979, estavam “o GC, GAT, GCR, o FURP, GTR e o MEP”⁴⁴.

A herança comum do marxismo revolucionário consistia na adesão a um programa marxista através de diversas influências. Considerava que “todas as grandes experiências da

⁴⁴ A CONSTRUÇÃO do partido revolucionário hoje. Documento interno da DS, arquivos *Em tempo*/CEDEM. 1979. p. 4

luta de classes” no mundo foram concentradas no programa marxista. Para além da referência direta a Karl Marx, também consideravam Lenin e Trotsky como referências fundamentais do marxismo, visto que Marx “assistiu apenas a uma experiência de poder operário”⁴⁵.

A referência em Lenin se justificava por seu desenvolvimento da teoria da organização revolucionária, e por elevar o patamar da perspectiva de internacionalismo revolucionário do marxismo, devido ao seu investimento de vida na construção de um novo modelo de partido da revolução mundial.⁴⁶

Já a referência em Trotsky era ainda mais abrangente, pois o mesmo era tratado como sucessor de Lenin, em sua defesa do internacionalismo e da construção da ditadura do proletariado, exemplificado pela sua dedicação na formação da IV Internacional. Além disso, o mesmo trazia como contribuição a teoria da Revolução Permanente, que combinaria as etapas democrática e socialista de uma revolução nacional com a revolução internacional.

Partindo dessas figuras intelectuais (mencionando ainda Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci), a DS expunha sua identidade programática e teórica dentro do marxismo, que se organizava referenciados na IV Internacional desde aquele período. A referência ao “quartismo” ficava também evidente, quando o grupo apresentava suas considerações sobre o processo de degeneração do comunismo relacionado à URSS, tratado por Trotsky e pela IV Internacional como um Estado operário burocratizado e degenerado. Para eles, este mapa permitia pensar novas experiências correspondentes ao leninismo e marxismo e os conceitos de “centralismo democrático, ditadura do proletariado como poder dos conselhos operários e internacionalismo”, com as devidas “objeções e dúvidas que a degeneração burocrática do partido bolchevique e dos partidos da III Internacional” impôs aos revolucionários sinceros em todo o mundo⁴⁷.

Isto posto, a DS apontava que seu programa básico consistia na defesa: a) a concepção de centralismo democrático; b) uma organização Internacional; c) a teoria da revolução permanente; d) a concepção de democracia socialista, tanto na organização

⁴⁵ Idem, p. 4

⁴⁶ Idem, p. 5

⁴⁷ Idem p. 5-6

quanto no movimento operário; e) um forte acúmulo crítico às experiências dos Estados operários; f) a frente única operária⁴⁸.

O próprio nome Democracia Socialista é inspirado no documento *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado*, escrito pelo Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional a partir de seu congresso de 1979. Sua versão lançada no Brasil pela própria DS era já uma compilação do encontro mencionado de 1979. O principal sentido do documento, e como caminhou a visão sobre o socialismo da DS, era de dar novo significado ao termo “ditadura do proletariado”. A luta pelo socialismo deveria passar pela “radicalização da democracia” e, portanto, a liberdade no regime socialista seria maior do que no capitalismo.

Se os marxistas revolucionários causam a mínima impressão de que sob a ditadura do proletariado as liberdades democráticas dos trabalhadores – incluída a liberdade de criticar o governo, de ter partidos de oposição e uma imprensa de oposição – serão mais restritas que a democracia burguesa, a luta por quebrar a preponderância ideológica de todos os que difundem as ilusões parlamentares no seio do movimento operário será infinitamente mais difícil, se não está condenada globalmente ao fracasso.

49

Dessa maneira, tanto a sua opção pela luta por democracia no período da ditadura militar, quanto sua ação de propaganda pela imprensa alternativa justifica-se a partir das suas concepções teóricas. A formação da Democracia Socialista é uma unidade da militância prática com um projeto estratégico de luta pela abertura e liberdade, para além das amarras do liberalismo e capitalismo.

Foi a partir da proposta de unidade entre luta por bandeiras democráticas e defesa da auto-organização da classe trabalhadora que a aposta da DS desde 1979 foi a construção do Partido dos Trabalhadores. Prova disso é que muitas das edições do jornal *Em Tempo* (ET) foram dedicadas naquele ano à diferenciação do projeto petista em relação às experiências dos PCs, o trabalhismo e o MDB.

⁴⁸ Idem p. 6

27 SU-IV. *Democracia socialista e ditadura do proletariado*. Cadernos Democracia Socialista, 1987.

Exemplo da diferenciação citada acima aparece em uma das reportagens da revista da DS, que relatava a realização de um encontro nacional de dirigentes sindicais em agosto de 1979, em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Neste evento, o chamado era para que o movimento sindical se unisse na formação do PT. Os partidários dos PCs estavam buscando a sua legalização, e outros admitiam a permanência e unidade da esquerda no MDB⁵⁰. O editorial mostrava a importância para a construção de um novo partido da própria classe operária.

Em um de seus primeiros documentos internos, a corrente apontava que a nova conjuntura de 1979 tinha como “característica fundamental o ascenso do movimento de massas”. Este momento de alta mobilização se caracterizaria por ter uma “combatividade anti-patrão”, um “caráter democrático e anti-burocrático” e envolver “setores significativos de assalariados e nível médio nesse movimento”, além da adesão da “população em geral”⁵¹. A DS levava em conta a crise econômica mundial no balanço, que empurraria as massas para a luta e justificaria “a formação de um novo partido revolucionário capaz de dirigir a luta proletária”. O movimento pelo Partido dos Trabalhadores seria a aposta para a direção revolucionária na conjuntura dada.

Leiam abaixo a descrição da DS sobre a proposta de partido revolucionário:

(...) um caráter frentista. Mas não é uma frente, e entende-lo assim é matar a maior parte de suas virtualidades. Ele não é formado pela junção de partidos ou organizações pré-existentes: e este elemento está presente de maneira secundária e subordinada. A grande maioria dos que ingressam ou podem ingressar como militantes do PT, conduzida pela radicalização do movimento operário e popular, entra apenas no PT, e não em alguma organização particular.⁵²

Neste sentido, o “PT se aproxima(va) da fórmula clássica de ‘partido operário baseado em sindicatos’”, cujo modelo clássico seria o “Partido Trabalhista Inglês”. O PT

⁵⁰ CAMARADAS do PC! Deixem o MDB! Entrem para o PT! *Em Tempo*, São Paulo, n. 76, p. 7, ago. 1979.

⁵¹ A construção do partido revolucionário hoje. Documento interno da DS, arquivos Em tempo/ CEDEM. 1979. p. 1

⁵² *Idem*, p. 2.

no início não era para a DS um “partido revolucionário”, mas sim “partido da classe”, como expressão de “um momento de radicalização e de crescimento de consciência”, que representaria “um passo decisivo na luta pela independência política da classe operária no Brasil”⁵³.

Portanto, a partir da formulação do grupo trotskista, a evolução do partido de massas dependeria da “evolução da luta de classes em geral”. Considerando que no cenário em que houvesse radicalização da classe operária, sem que a mesma estivesse “dominada por aparelhos burocráticos e reformistas”, o PT seria capaz de assumir um programa revolucionário⁵⁴.

Sendo assim, a DS colocava para si as seguintes tarefas na construção partidária petista: a) lutar pela formação do PT como partido de massas; b) lutar em seu interior para fortalecer sua organização marxista revolucionária, justificado pelo PT não ser um partido revolucionário; c) lutar por impulsionar a unidade partidária, mesmo com os diversos grupos presentes em seu interior; d) lutar pelo impulsionamento do caráter de independência de classe do partido; e, por fim, lutar pelo funcionamento democrático, para possibilitar, inclusive, a assimilação gradativa de um programa revolucionário.

Sobre a construção do PT, a aposta da DS era no fortalecimento da auto-organização dos trabalhadores, especialmente o proletariado industrial, em unidade com assalariados de nível médio, os movimentos populares e de bairro, bem como o movimento de mulheres e de estudantes⁵⁵. Apesar de tratar a construção do partido como “tarefa estratégica básica”, enxergava também como sua “primeira tarefa” a construção da organização marxista-revolucionária, estimulando a integração de novos militantes a ela. Nesse sentido, sua direção tinha particular preocupação com a “intervenção pública” da corrente marxista, o que passava por divulgação de textos em seu jornal, e através da intervenção de algumas de suas figuras públicas.

Entretanto, mesmo apostando sinceramente na construção do novo partido operário amplo, a intervenção própria da DS foi um tema importantíssimo para a corrente nos primeiros anos de sua construção. Em 1980, faziam um diagnóstico que, com o ascenso do movimento operário pós anos de chumbo da ditadura, as novas direções dos movimentos de

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Idem, p. 3.

⁵⁵ Idem, p. 8-9

massas não reconheciam grupos de esquerda marxista e leninistas, e por isso tal movimento atuava de forma descentralizada.

A DS, mesmo se pautando pela construção de sua organização a partir do leninismo, tinha um balanço bastante crítico às experiências desse modelo no passado. A necessidade de disputar a direção das massas era central para a organização, que não entendia isso como algo contraditório à construção do partido operário amplo (e não centralizado)⁵⁶.

No entanto, a importância dada à organização clandestina pela DS era bem menos motivada por uma possível crise de identidade com o PT, mas sim com um elemento forte de resguardo com relação à conjuntura vivida. De fato, ainda eram anos ditatoriais no Brasil e a direção da organização não sabia o quanto duraria (apesar de já reconhecerem em 1980 que a abertura política estava em curso). Internamente era debatido se o grupo seria apenas uma organização que só se materializava numa reunião semanal nacional, ou um agrupamento com expressão pública organizada.

A questão da manutenção da clandestinidade motivava tanto o fortalecimento da organização marxista, como o cuidado para que a mesma não fosse tão expressiva publicamente, pois uma “organização leninista de vanguarda deve ser clandestina num regime de ditadura militar”. Este dilema traduzia-se na discussão sobre a frente jornalística da organização.

Num primeiro momento, a DS pensou sua expressão pública mais genuína através da revista DS, que não vingou, mas ainda tinham esperança de êxito em 1980⁵⁷ sobretudo a partir da preocupação central em localizar e precisar sua “dupla militância”, internamente como era tratada pelos trotskistas a política de comunicação externa. Ainda em janeiro 1981, a organização admitia internamente não haver “um acordo suficientemente forte” sobre o tema. O desafio era conseguir um formato ideal para estar a serviço da construção da organização, assim como construir o PT, reproduzindo o dilema da dupla militância⁵⁸.

A proposta que amadurecia neste período era de um “jornal, portanto, engajado na construção do PT, a partir de uma concepção classista de partido” e que, com isso, trabalharia com a tarefa de construção do partido, assim como instrumentalizaria a disputa

⁵⁶ DITADURA MILITAR, conjuntura política e aparição pública da DS. Documento interno da DS. 27/10/1980. p. 1-2

⁵⁷ Idem, p. 5

⁵⁸ BOLETIM INTERNO No. 7. Documento interno da DS. Janeiro de 1981.

interna da DS no partido, fortalecendo o caráter do mesmo como partido responsável pela auto-organização da classe trabalhadora⁵⁹.

A perspectiva da corrente trotskista era ousada, pois enxerga a si mesma como a protagonista da aplicação da política de imprensa para o partido. Mais do que uma rudimentar autoconstrução, o objetivo deles era de autoconstruir-se tomando a direção da política de comunicação de todo o partido, inclusive com ambição de envolver seus principais aliados internos naquele momento.

A DS não foi bem sucedida em seu “plano A” para a política de comunicação. Na prática, o grupo contentou-se com um “projeto jornalístico bem menos pretensioso”, adaptando o jornal Em Tempo, que passaria a ser um periódico mais voltado para debates importantes na esquerda e no PT. Fora isso, por um brevíssimo período, construiu uma revista teórica com debates mais aprofundados dentro da política estratégica.

Após o primeiro ano de sua fundação, a DS apresentou para a militância interna um balanço importante, em que reconhecia o crescimento de sua “inserção no movimento de massa”, mesmo com lacunas nos debates de conjuntura internacional e nacional. Via grandes dificuldades em compatibilizar a sua estrutura interna com a estrutura petista e se cobrava por isso. Ressaltando os “problemas organizativos” como principal causa da não concretização de um bom formato para a “dupla militância”, dava ênfase na disciplina interna do grupo como principal correção a ser feita. Deste debate, foi justificada a existência de uma executiva nacional profissional centralizada em São Paulo⁶⁰.

Neste período houve, somado à autocrítica da pouca organização e disciplina, uma preocupação mais séria por parte do grupo socialista em estabelecer relações entre a atuação e a política de construção partidária com as raízes trotskistas.

Um dos documentos mais importantes que relaciona a estratégia de construção partidária da Democracia Socialista e as ideias de Leon Trotsky foi o intitulado “As tarefas dos trotsquistas no PT”, escrito em 1981⁶¹. O mesmo se inicia com a pergunta chave “É

⁵⁹ Idem, p. 4.

⁶⁰ Idem, p. I-II (trecho do balanço de 1 ano da DS)

⁶¹ A data de 1981 não está registrada no texto, porém o mesmo aponta um balanço do Encontro do PT de 1980 e uma projeção sobre a intervenção da DS na campanha de legalização do partido, somente alcançado em 1981.

possível considerar o PT como um partido operário, como um caminho na construção de um partido revolucionário de massas?”, e a partir da pergunta desenvolve-se⁶².

A DS exaltava a dificuldade para tornar o PT um partido revolucionário devido à “presença de vanguardas ainda muito marcadas por concepções estalinistas” e “vanguardas tornadas céticas com relação ao leninismo pela justa repulsa ao estalinismo”. Esta participação indesejada era contraposta pela esperança na experiência de auto-organização da classe trabalhadora dos movimentos grevistas, que impulsionaram este mesmo partido operário, no final da década de 1970⁶³.

Para concretizar a construção do partido revolucionário no Brasil, os internacionalistas apontavam para as seguintes condições: necessidade de avanço no grau de consciência e combatividade das massas; a importância da construção de um grupo trotskista interno ao PT para dirigi-lo; e fazer com que o mesmo assumisse um programa revolucionário. Considerando que nos primeiros anos do partido tais condições não se colocaram, a política da DS passou, nesse sentido, por não impor “ao PT abruptamente o programa revolucionário acabado”, mas sim construir o partido fortalecendo seu viés classista e contrário à ditadura militar.

Explicitamente a DS revelou na sua discussão interna que sua estratégia partidária remontava a perspectiva de “Trotsky nas suas discussões com o SWP sobre o Programa de Transição” e a construção de um partido operário, apontado pelo antigo líder comunista com relação ao movimento dos trabalhadores estadunidense. A construção do partido revolucionário deveria ser feito pelos próprios trabalhadores; o partido deveria ser independente da burguesia, “sem patrões” e, nesse cenário, eles seriam trazidos para o programa marxista revolucionário. A organização marxista interna ao PT, para ser exitosa em suas tarefas, deveria participar ativamente das lutas operárias e populares e, assim, desempenhar um papel decisivo na construção do partido operário⁶⁴.

Outra referência clara ao trotskismo na expressão política da Democracia Socialista dentro do PT foi sua referência ao *Programa de Transição*. A perspectiva de transição da luta econômica para a luta política é também explícita no documento *As tarefas trotskistas*

⁶² AS TAREFAS trotskistas no PT. Documento interno da DS. Escrito pós Encontro de fundação em 1980 e durante a campanha pela legalização do partido – provavelmente em 1981. p. 1

⁶³ Idem, p. 52

⁶⁴ Idem, p. 53

do PT. O termo “reivindicações de transição” é usado quando se cita a luta contra a ditadura militar como exemplar da mesma.

Percebendo a necessidade de ter mais claro qual projeto partidário apresentar para o conjunto da militância petista, logo a DS reconheceu a importância de se articular internamente em torno de alianças e campos políticos para formar uma direção revolucionária no partido. A avaliação que passava tanto por reconhecer que o PT não estava pronto e acabado, também incorria no reconhecimento dos limites do recém-formado grupo trotskista. Nesse sentido, após sua formação e constituição básica teórica, organizacional e política, a DS passaria de 1982 a 1988 não apenas encarando-se como um grupo com dupla identidade, mas com uma identidade singular.

2.3 Trotskismos e o novo partido operário

Na formação das duas correntes trotskistas, as mesmas apresentaram-se como organizações revolucionárias autônomas para, em seguida, engajarem-se na formação do Partido dos Trabalhadores. A marca deste período inicial dos grupos passou pela dificuldade em encaixar uma visão marxista e leninista sobre a construção partidária, associada à tarefa que é tradicional do trotskismo de lutar pela organização de partidos operários, partido das massas organizadas, partidos que os próprios explorados formem em enfrentamento aos patrões e senhores.

Com um pensamento mais inquieto, a Convergência pensava desde o Encontro de fundação do partido como derrotar seu setor “eleitoreiro”. Já a DS iniciaria um processo mais crítico e engajado na disputa interna do partido com a formação da ORM-DS e, especialmente, após a formação da Articulação dos 113. De qualquer forma, a experiência embrionária das organizações com base no trotskismo tem forte influência sobre a trilha feita pelos grupos ao encontro do PT.

Podemos também associar o programa defendido pela CS com o defendido pelo Movimento Convergência Socialista em dois pontos cruciais: o grupo que fazia entrismo no PT de forma semelhante ao movimento que conclamava a unidade dos revolucionários brasileiros (especialmente os trotskistas) na construção de um partido socialista.

A perspectiva classista teria sido meses depois, o embrião para a defesa de um partido dos trabalhadores. No entanto, a proposta do PST não foi capaz de aglutinar outras correntes fora do MCS. O lançamento do partido no primeiro de maio de 1978 foi pouco mais de seis meses antes do Congresso do Lins, que lançou o que é considerado o primeiro documento do PT. O isolamento da Liga Operária certamente não se justificou pela impossibilidade de construção política em conjunto com outros grupos, o que foi a experiência petista.

Na intervenção da Convergência Socialista no PT, a prioridade dada à construção da militância do grupo trotskista nos núcleos e rechaçando todos os setores de direção não trotskista, revelava as mesmas dificuldades da MCS de 1978 em ampliar sua intervenção para além de uma só tradição revolucionária. Contudo, a trajetória do grupo trotskista seria relativamente longa e tolerante por demasia com aquilo que ela considerava incorreto na construção partidária.

A Democracia Socialista teria uma tendência diferente do outro grupo trotskista que pesquisamos aqui. Convencidos da construção do PT por acreditar que o mesmo poderia tomar uma direção revolucionária e, sendo assim, apostavam na disputa política dos quadros de direção do partido no geral. A esperança deles estava na natureza fundamentalmente operária do setor mais a frente da construção do partido em seus primeiros anos.

CAPITULO 3

Duas trajetórias, dois projetos partidários

3.1 O PT como “oposição social” (1980-1989)

O Partido dos Trabalhadores, mesmo que por um curto período, foi um partido de núcleos e que, por esta característica, promovia a auto-organização dos trabalhadores para defesa de seu projeto político, contrário ao regime militar e aos partidos do sistema político tradicional do Brasil, incluindo as chamadas “oposições burguesas”. Foi, segundo Lincoln Secco, uma “oposição social”. Em 1980, possuía 626 núcleos em todo o país, bastante concentrado no estado de SP. Em 1982, este número chegou a mil.

Dois elementos importantes devem ser denotados no mapeamento de núcleos feito por Secco: 1) Apesar da grande concentração de núcleos no estado de SP, cerca de 120, muitos estados já em 1980 tinham bastante peso do partido, como Ceará (38), Goiás (70), Rio de Janeiro (37) e Minas Gerais (77); 2) Mesmo a nova lei dos partidos políticos, Lei Falcão, não reconhecendo os núcleos, houve uma forte preocupação e giro político do partido de conjunto para a campanha de sua legalização em 1980 e 1981 (SECCO, 2011, p. 80-1).

No entanto, a proporção de participação dos filiados em núcleos sempre foi muito baixa, não ultrapassando os 5%, o que significava que o partido tinha um perfil de massas associado mais intensamente a sua influência eleitoral e “inserção seletiva nas organizações da sociedade civil”, especialmente nos sindicatos, e na CUT, a partir de 1983 (Idem, p. 83).

Porém, a proposta dos núcleos foi difícil de ser implementada desde o início. Já em 1984, no III Encontro Nacional do PT, se debatia uma crise da participação dos núcleos, especialmente por parte dos setores mais radicais do partido, como a CS, DS e outros grupos contrários aos 113 (Idem, p 86-7). Este foi um dos primeiros grandes motivos que justificou uma polarização entre tendências.

Não por acaso, o lançamento do Manifesto dos 113, que também criava uma tendência interna, foi uma reação à liberdade de tendências no partido, em detrimento de sua centralização. Segundo Secco, as tendências "eram um fator de riqueza de debate interno e de crise de direção", embora a primeira questão não esteja necessariamente relacionada com a segunda, isto também dependia da direção.

Veremos que a interpretação e a aplicação prática do direito de tendência, somente definitivamente regulamentado em 1990 (mas já com resoluções específicas aprovadas no partido desde 1987), das correntes do partido foram diversas e uma das mais importantes diferenciações das trajetórias dos dois grupos trotskistas estudados aqui.

A Democracia Socialista tinha uma construção voltada para a disputa da orientação interna do partido, que passava por um diálogo mais cotidiano e fraterno com o núcleo dirigente partidário. A Convergência, ao contrário, preocupava-se com uma intervenção partidária mais ampla, da "vanguarda petista" em meio as principais agendas políticas do país.

O fato é que a pluralidade de posições, sejam organizadas em tendências ou apenas em teses políticas e agrupamentos pontuais, faziam dos Encontros do partido eventos muito relevantes para sua construção social:

A formação inicial basista do PT ditou a maneira pela qual os congressos eram organizados. (...) Eram eventos que duravam os meses entre a convocação e a realização efetiva. Meses de negociação de líderes de tendências (como eram chamados as correntes internas) e agrupamentos, líderes sindicais e parlamentares. Realizavam-se debates públicos e, por fim, as pré-teses eram divulgadas depois de 'fechadas' internamente nas tendências. (Idem, p. 96)

Ainda assim, segundo Secco, a formação política dos militantes petistas era muito limitada, o que era suprido, em muitos casos, na militância de tendência interna. Antes mesmo ser pautado a ausência de um programa revolucionário ou de uma direção revolucionária, os grupos organizados em plataformas políticas mais elaboradas, como marxismo revolucionário, trotskismo, etc. se sentiam incompletos na militância petista.

Ainda assim a vida orgânica do PT foi uma experiência inigualável no país. Além dos núcleos, o partido organizou por anos três outras formas de consulta da militância: “votação direta de filiados, plenárias e reuniões ampliadas” dos diretórios. Nas reuniões ampliadas dos diretórios a militância não votava, mas era incentivada à participação. As plenárias não eram deliberativas. A consulta direta foi um forte mecanismo que dava poder à base do partido, porém muito pouco utilizado (Idem, p. 102).

A relação entre a disputa interna a partir dos encontros e fóruns do PT com a disputa de sua intervenção pública era, pelo menos até as eleições de 1989, intrínseca. A popularização do novo partido operário deu-se em diversos níveis da política brasileira e seu externo alimentava ainda mais sua construção orgânica.

Não foi em uma instância que o partido obteve protagonismo na luta pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984. Ao contrário, a luta política nas ruas pelo fim definitivo da ditadura militar influenciou o caráter do III Encontro Nacional do PT, em abril daquele ano, que foi marcado por um debate menos aprofundado de temas como o socialismo e mais voltado para o impulso da direção petista em torno da grande campanha nacional de rua e de massas (Idem, p. 114).

Depois do fracasso da campanha, que não evitou a decisão final parlamentar sobre o tema das eleições presidenciais, de derrotar a Emenda Dante de Oliveira por uma margem de apenas 22 votos, o partido dividiu-se na participação ou não do Colégio Eleitoral, o método indireto de eleição do presidente definido pelo Congresso Nacional. Os parlamentares Bete Mendes, José Eudes Freitas e Airton Soares desobedeceram a decisão da direção do partido de não participação do Colégio Eleitoral, o que levou à expulsão destes em seguida.

O partido moveu cerca de 450 encontros de base em todo o país para decidir a posição contra a participação no Colégio Eleitoral presidencial. Concluído este processo, o Encontro Nacional seguinte do partido, chamado de extraordinário e realizado em Diadema em janeiro de 1985 também refletia bastante a relação do PT com a luta e as consequências da campanha por Diretas. Avaliando positivamente sua independência de classe, o partido estaria também isolado na conjuntura política do país (Idem, p. 115-6).

O isolamento dentro da política tradicional era reflexo também da extensa trajetória de exclusão da classe trabalhadora da participação política na História do Brasil desde sua

colonização até hoje. Ao mesmo tempo, que o novo partido operário não era capaz de ser uma alternativa de poder institucional competitiva em relação à direita tradicional e a oposição burguesa ascendente através da Aliança Democrática, que ampliava sua referência nas classes subalternas e seu poder eleitoral. Já em 1985 o partido operário conquista suas primeiras prefeituras em Fortaleza e Vila Velha.

Em Fortaleza (CE), na prefeitura gerida por Maria Luiza Fontenelle há uma reprodução do tipo de isolamento político que retratamos aqui. Sem o amadurecimento de um projeto de poder dos trabalhadores, o governo petista da capital cearense foi vítima fácil dos governos estadual e federal que, sem dar apoio, provocaram imenso endividamento no município, além de problemas pontuais e estruturais bem contraditórios com um projeto revolucionário, com denúncias de nepotismo e desestruturação da coleta de lixo, por exemplo. (Idem, p. 117)

Já o governo Magno Pires, em Vila Velha, foi visto como uma experiência um pouco mais promissora, contando com a primeira experiência de “orçamento participativo”, que iria ser incorporado na proposta de governos petistas em diversas cidades no país a posteriori (Idem, ibidem).

É em um contexto repleto de contradições no país que o PT realiza seu V Encontro Nacional, em 1987, considerado pelo historiador Lincoln Secco “o mais importante de sua história”. O autor de “História do PT” destaca que este evento teve sua centralidade a partir da elaboração e aprovação da resolução sobre “Socialismo Petista”, assim como lançou Luís Inácio Lula da Silva como seu primeiro candidato às eleições presidenciais brasileiras (Idem, p. 122).

As pesquisas dos documentos internos da DS, CS e da bibliografia petista sugerem que, na realidade, a preocupação com um programa mais elaborado do núcleo dirigente petista, a Articulação, deu-se por razões contraditórias. Por um lado, a trajetória sindicalista da maioria de seus membros os pressionava por anos para ampliar sua formação política, simbolizado em 1986 pela fundação do Instituto Cajamar.

No entanto, a insatisfação com uma orientação considerada sectária, radicalista e vanguardista dos opositores à direção majoritária petista não podia mais apenas ser respondida com uma mera negação de suas teses. O PRC e a DS, grupos marxistas e

opositores a Lula, tinham um peso significativo no partido e formaram um bloco político relativamente bem organizado para o V ENPT⁶⁵.

Outra questão é que, diante da eminência de vitórias eleitorais nos anos seguintes (possivelmente até na campanha presidencial), a Articulação buscava maior elaboração programática para não repetir o fracasso de Fortaleza e aprofundar o que eles admitiam como sucesso em Vila Velha.

Portanto, a centralidade do V Encontro não se deveu a uma simples definição de socialismo para o partido operário, mas sim a definição programática que seria absolutamente questionada por setores reconhecidamente socialistas no partido, alguns logo em 1987 e outros apenas muitos anos depois. Este foi o contexto de aprovação do Programa Democrático Popular. Uma proposta com bandeiras muito progressistas e de favorecimento explícito da classe trabalhadora, mas com autorias com motivações estratégicas distintas dentro do partido.

As consequências das resoluções do V ENPT foram melhor aferidas nos anos de 1988 e 1989. Nas campanhas municipais de 1988 foram eleitos 36 prefeitos petistas em todo o país, destacando-se Luiza Erundina, eleita na capital econômica do país, São Paulo. Erundina realizou um governo municipal rechaçado por diversos setores do partido, e ironicamente muitos destes foram os que a escolheram como candidata nas prévias do partido na cidade, derrotando Plínio Sampaio por uma pequena margem de votos dos filiados.

Como o maior inimigo do PT era o próprio PT, conflitos com o Diretório Municipal preencheram o resto do tempo de lutas internas, agora entre membros da administração e do partido. (...) Esperava-se que além do orçamento participativo, o qual só deliberava sobre parte ínfima do orçamento real e dependia de aprovação na Câmara dos Vereadores, os Conselhos Populares fossem criados como órgãos deliberativos, ainda que fora da estrutura oficial do poder municipal. (Idem, p. 130-1)

⁶⁵ Esta constatação não era apenas no peso interno das correntes citadas, que junto do MCR alcançaram cerca de 20% dos votos dos delegados do V Encontro, mas também de seus respectivos protagonismos em disputas sociais importantes e eleitorais, como é exemplo de Fortaleza, em 1985, já que Maria Luiza era militante do PRC em Porto Alegre, em 1988, que contava com maioria da DS no seu Diretório Municipal.

No relato de Secco, a prefeitura, mesmo com os problemas internos no partido da prefeita, foi capaz de favorecer a área social em sua administração. Outro episódio que demarcou a diferença política interna significativa no PT foi o caso de Diadema, prefeitura também alcançada antes de 88. Após uma ocupação de seiscentas famílias no Buraco da Gazuza, “o prefeito usou a força policial e isto causou grande celeuma na Direção Estadual do PT”, suspendendo o prefeito por três meses e expulsando o vereador Boni do partido, que teria articulado e apoiado a ocupação contra o prefeito petista (Idem, p. 131-2).

As experiências nas prefeituras de 88 marcam o prelúdio da intervenção eleitoral petista mais importante da década de 1980. A candidatura presidencial de Lula teve suas bases programáticas aprovadas no VI Encontro Nacional sem a menção das palavras “imperialismo e socialismo”, embora propusesse “a suspensão do pagamento da dívida externa”, a reforma agrária e outras bandeiras que colocavam o partido e sua candidatura em choque com a burguesia nacional (Idem, p. 134). Fora isso, o formato da campanha, essencialmente militante e combativo, dizia muito de seu caráter de classe. “A campanha de Lula ascendeu junto com greves e protestos que vinham crescendo desde o fracasso do Plano Cruzado”, afirmou Secco em seu livro.

Na conjuntura de 1989, a direção petista sofria uma pressão de seus grupos internos e frações públicas, mas também da grande mídia e dos partidos de direita, ambos a serviço dos grandes grupos empresariais nacionais. Desde tentativas de atribuir ao PT o caso do sequestro do megaempresário Abílio Diniz, passando pela exposição pessoal de Lula e o caso de sua filha fora do casamento, a direita atacou de todas as formas o projeto ascendente de esquerda nacional para não perder a presidência da República para um operário (Idem, p. 138).

Após a derrota eleitoral de Lula no segundo turno para Fernando Collor, representante dos partidos de direita, o PT se voltaria para um balanço profundo deste período histórico que é mais bem elucidado pela política aprovada no I Congresso do partido, em 1991, e pela ruptura da Convergência Socialista, em 1992.

Segundo Lincoln Secco, o período que marca a década de 1980 foi de uma oposição essencialmente “extra-parlamentar”, que teria ampliado seu espaço profundamente na sociedade civil. Um importante debate remete ao caráter histórico e político da inserção do

Partido dos Trabalhadores no período, que faremos no próximo capítulo com mais propriedade.

No contexto político do início da década de 1980 até 1989 será exposto o principal recorte cronológico das trajetórias das duas organizações trotskistas estudadas aqui. Seja a partir da luta interna, de seus fóruns e de sua discussão estratégica, como fez a Democracia Socialista, seja numa disputa de referência da classe trabalhadora simpática ao petismo contra o núcleo dirigente do partido, como fez a Convergência Socialista, a marca da caminhada destes grupos na história da política brasileira passa pelo PT. Isso é provado pelas mudanças de orientações constantes dos grupos, especialmente no período posterior às eleições de 1989, em reação aquilo que traçava a direção majoritária do partido.

3.2 A ORM e o SU

Costuma-se dizer que a tradição trotskista tende a ocasionar em suas experiências de organização muitos rachas e grupos moleculares. Isso não é exatamente apenas um preconceito, mas também uma conclusão com base em fatos históricos. Poucas foram as experiências trotskistas com caráter de massas, embora as mesmas tenham ocorrido numa frequência maior do que a visão caricatural que outros grupos de esquerda reconheçam. Muito disso também se deve ao fato de que quando o trotskismo supera a barreira do isolamento, não se prende apenas a sua reivindicação específica dentro da história do marxismo, mas tende a ampliar sua construção. Este foi o caso do PT e do trotskismo no partido, especialmente na experiência da DS.

Fundada a partir de uma fusão de dois grupos regionais, o grupo brasileiro trotskista de 1979 a 1982 experimentou sua ampliação a partir de fusões. A primeira, já citada, em dezembro de 1979. A segunda foi a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (formado por militantes oriundos da Liga Operária) cujo balanço é bem significativo. Ambas iriam formar, a partir de um congresso em agosto, uma organização revolucionária marxista para fortalecimento do partido operário: a ORM-DS (OZAI, p. 191-2). Por fim, já em 1982 o grupo CLTB ingressaria nas fileiras do novo grupo revolucionário que, mesmo ainda fortemente influenciado pelas ideias de Leon Trotsky, já assumia uma perspectiva teórica mais ampla.

Os acordos fundamentais do novo grupo socialista passavam pela “definição sobre leninismo”, sobre a teoria da revolução permanente, sobre a necessidade de impulsionar revoluções democráticas nos Estados operários burocratizados pelo estalinismo, na construção da frente única, na necessidade de construir uma organização internacional e, fundamentalmente, em uma compreensão comum e lúcida sobre o centralismo democrático, que implicava tanto o funcionamento interno quanto a defesa da auto-organização do movimento. Partiam do marxismo revolucionário como um todo, não só do trotskismo⁶⁶.

No entanto, o novo setor que ingressava na DS tinha divergências também com este grupo. Como mencionamos, Democracia Socialista é inspirado num documento histórico aprovado como resolução política pelo Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Este documento, intitulado “Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado” foi contestado por conter, na visão da ORT, “elementos de revisionismo”. O documento, considerado pela direção da DS como um “texto excelente”, traria uma noção sobre ditadura do proletariado reformista, próxima da visão social-democrata de não ruptura com o capitalismo através de uma insurreição violenta.

Além disso, a ORT acusava o SU de estar impedindo a construção de partidos trotskistas na América Latina. Tal acusação era respondida com a afirmação de uma construção de intervenções nacionais com a mesma abordagem teórica vista na construção do PT, pautando-se pela perspectiva marxista revolucionária, e menos pela afirmação do trotskismo somente.

Reconhecemos que há outras correntes que (pelo menos em alguns períodos e no quadro de um Estado Nacional) tiveram e têm uma política revolucionária, e que deram contribuições fundamentais para o avanço da revolução a nível mundial. A construção da Internacional revolucionária de massas com certeza incluirá correntes que não tem origem no marxismo revolucionário ou no ‘trotskismo’ (julgamos este termo discutível).

Mais ainda, só podemos construir nossa própria corrente como marxista-revolucionária na medida em que nos identifiquemos com os processos revolucionários em curso, mesmo quando avaliamos

⁶⁶ Processo de fusões. Boletim interno No. 7. Documento interno da DS. Janeiro de 1981. p. 2

criticamente a sua direção. De outra maneira, não estaremos construindo uma corrente revolucionária, mas uma corrente sectária.⁶⁷

A DS insistia, mesmo assim, numa definição sobre o tema, apontando para a integração plena do grupo nacional ascendente com a IV Internacional. Argumentava que a maior razão para que os partidários da ORT tivessem problemas com o SU era pela sua experiência anterior, associado à CS nacionalmente, e à Fração Bolchevique internacionalmente, ambos bastante sectários ao SU⁶⁸.

Apontando que o afastamento da ORT da CS/FB corresponderia no abandono de suas avaliações sectárias ao SU, e atentando para os muitos acordos entre DS e o racha da CS, ainda em março de 1981, a DS apresentaria uma proposta de acordo sobre a definição internacional para o ORT. Ao invés de impor uma “filiação ao SU”, iria propor manter relações com a corrente internacional, sem avançar ainda numa participação mais orgânica naquele momento.

O acordo levava em conta que as organizações brasileiras ligadas ao Comitê Internacional (com CS e OSI) teriam um “projeto sectário”, prendendo-se à identidade exclusiva do trotskismo com a perspectiva revolucionária, enquanto o SU (e a nova corrente brasileira) defendiam que a Internacional não deveria se construir de maneira sectária, mas com correntes de movimento de massas que poderiam evoluir em direção ao socialismo revolucionário⁶⁹. Isto se resumiria no termo “relações fraternas” entre o novo grupo nacional e grupo internacional até sua discussão num congresso da nova organização, que se daria em agosto daquele ano.

Um dos principais quadros dirigentes do período da DS, João Machado, considera hoje que a ORM-DS foi apenas “uma das etapas” da organização, sem grandes alterações no programa ou composição, ou mesmo um debate específico que justificasse a mudança de nome, embora reconheça que no processo de formação da ORM houve bons debates de concepção, como os vistos nos documentos internos. Machado alega que os grupos dissidentes da Convergência que formaram o ORT perderam muita força nos meses seguintes ao seu racha e quando houve o processo de fusão, ele foi mais uma incorporação

⁶⁷ Idem, p. 4.

⁶⁸ ESCLARECIMENTO sobre a proposta de acordo quanto à questão Internacional. Documento interno da DS. Março de 1981. P. 2

⁶⁹ Idem, p. 3.

destes setores do que qualquer outra coisa (pela sua memória, o grupo advindo do morenismo tinha menos de 20% do peso geral da nova organização). Eram considerados, ainda assim, muito importantes pelo seu peso sindical e sua concentração em São Paulo.

Outro elemento importante é o fato de que já em março de 1981, ou seja, antes da formação oficial da ORM, no jornal *Em tempo* um dos principais quadros da ORT, Júlio Tavares, defendia posições como representante das posições da DS sobre temas centrais, como a concepção de partido revolucionário que o grupo deveria defender.

No texto “O partido deu origem à nova esquerda brasileira”, Tavares polemizava com Apolônio de Carvalho (representante do grupo majoritário da direção petista na época), na defesa da participação das organizações de esquerda anteriores ao PT no partido, exaltando a ideia de “nova esquerda”, que consistia numa composição da nova vanguarda sindical com “as novas correntes de esquerda que se originam e se desenvolvem principalmente na classe média”.

Em diálogo com a direção petista, o texto de Tavares combatia o sectarismo dentro da esquerda, que deveria ser superada com debate e a “luta concreta pela construção do PT”, por fazê-lo “no dia a dia dos trabalhadores e setores populares”⁷⁰. Tal posicionamento era bastante convergente com a discussão interna tocada pela direção da DS que analisamos anteriormente.

A formação da ORM-DS tomou outro corpo, mais orgânico, com a incorporação em 1982 do Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB). Em diálogo com este setor desde 1981, quando as direções dos dois grupos trocavam documentos, o grupo liderado por Paulo Skromov integrou-se numa reunião do Comitê Central da ORM em 1982, e consolidou sua participação na organização trotskista a partir do seu II Congresso (III da DS) em 1984.

Nos primeiros contatos formais entre os dois grupos, a CLTB enfatizava a importância da junção pela construção do PT como partido revolucionário operário. Diziam que o PT só poderia chegar “a um bom termo” se existisse em seu interior “uma organização trotskista ampla e solidamente enraizada na classe operária”⁷¹.

⁷⁰ O PARTIDO deu origem à nova esquerda. *Em tempo*, São Paulo, p. 6, mar. 1981.

⁷¹ CAROS camaradas da ORM-DS. Documento interno do CLTB. 22/11/1981. p. 1

O Comitê era formado por um racha da OSI de 1978, intitulado Fração Operária Trotskista. Era um grupo ainda comprometido com o programa da IV Internacional, mas localizado no setor sindical e bem minoritário⁷². O FOT tinha por objetivo “romper com o círculo vicioso da pequenez” das organizações trotskistas elaborando a proposta da CLTB e promovendo uma reunificação de trotskistas, partindo do balanço de que o histórico desta tradição revolucionária teria promovido muitas “cisões irresponsáveis” ao longo dos trinta anos anteriores⁷³.

No diagnóstico dos fracassos dos trotskistas no mundo do CLTB estava a construção de grupos cuja composição social era “essencialmente pequeno burguesa”, que dificultava sua formulação para “aplicar uma política operária”. Neste sentido, a “passagem da FOT para o CLTB no segundo semestre de 1980 significou a criação formal de uma organização quase nacional” incorporando militantes do Nordeste e da região Sul, também com dissidentes da OSI⁷⁴.

A razão da posterior dissolução do Comitê para entrada na ORM-DS passa por compreender que os mesmos representam dois projetos paralelos que caminhavam na mesma direção: o comprometimento na construção do PT e sua perspectiva de fazê-lo um novo partido revolucionário operário. Neste sentido “a organização comum CLTB/ORM-DS” seria o resultado “natural de uma luta comum” que os mesmos desenvolviam separadamente no partido de massas.

Apesar de que a DS foi, desde o início, uma organização mais vigorosa e disseminada que o grupo que veio a constituir o CLTB, sua principal liderança, o presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, o dirigente petista Paulo Skromov teve um papel crucial na construção inicial do partido, acima dos principais quadros da Democracia Socialista. Skromov foi um trotskista que começou sua militância em contato com posadistas, tornando-se depois dirigente da OSI. Era um quadro muito hábil, e apesar de seu sindicato ser de categoria pequena, pelo seu status de presidente, foi capaz de ter um papel importante na composição de oposições operárias e sindicais, e uma participação destacada na articulação do PT. Num primeiro momento, a militância da OSI era contra a

⁷² No documento de balanço do CLTB sobre sua experiência, lançado em 1982, traz o dado que o FOT tinha 32 militantes operários e apenas 2 militantes sem esta origem. BALANÇO da trajetória do CLTB. 1982. p. 1

⁷³ CAROS camaradas da ORM-DS. Documento interno do CLTB. 22/11/1981. p. 2

⁷⁴ BALANÇO da trajetória do CLTB. 1982. p. 2

formação do PT. Segundo um dos militantes deste grupo, José Correa Leite, a FOT teve um peso desproporcional nas articulações pró-PT pela qualidade da intervenção de Skromov:

Imagine um quadro político bem formado, com formação teórica trotskista, inserido como presidente de um sindicato, que deu a ele um papel desproporcional na formação do PT. Papel que foi muito central para, por exemplo, evitar manobras do FHC e companhia que tentavam puxar o Lula e o movimento pró-PT, para não caracteriza-lo como um partido de classe. Ele foi o principal dirigente do CLTB.⁷⁵

O protagonismo do FOT (e, de certa forma, da figura do Skromov) não foi um empecilho para que o próprio CLTB entrasse na ORM-DS. No entanto, por acontecer em meio a um ano eleitoral (e o primeiro ano de eleições que o PT participava na história), o novo setor defendia que a conclusão de sua entrada fosse debatida numa conferência a ser realizada em 1983.

Assim como ocorreu com o grupo ORT, a questão da relação do ORS com a IV Internacional retardou tanto a entrada do grupo de Skromov quanto, depois do mesmo incorporado, foi uma discussão por alguns anos para seus militantes. Apesar de seguir desde sua dissidência o que eles entendiam como programa da IV Internacional, o processo de discussão interna do Comitê mapeava que havia “distintas visões dos problemas envolvidos na luta pela IV Internacional”.

O tema da entrada ou não na organização internacional fundada por Leon Trotsky em 1938 (ou a parcela dela que a DS mais se identificava) era tratado com cautela e, ao mesmo tempo, obstinação pelos militantes oriundos dos dois O's. Meses antes da entrada do CLTB na ORM-DS, sua direção publicava internamente um balanço sobre internacionalismo, com bastante objetividade, em defesa da participação do grupo nacional na organização internacional. Defendia que uma “organização revolucionária desenvolve sempre uma atividade internacionalista” e que, em seu caso, este deveria ser ativo “na construção de um internacionalismo de massas”. A partir desta argumentação, elencava que

⁷⁵ Entrevista José Correa Leite.

à ORM deveria estar formalmente associada ao SU (e que eles se autoproclamavam IV Internacional). Esta definição deveria se dar no próximo Congresso Mundial da SU⁷⁶.

A convicção dos partidários da DS na filiação à IV Internacional não era ocasional. Segundo João Machado:

A aproximação começou antes. Os dois principais grupos que formaram a DS já tinham uma definição de buscar um contato com a IV Internacional, e de formar uma sessão dela no país. O seu principal dirigente do O. gaúcho, Raul Pont, tinha militado com gente da IV Internacional na Argentina, então tinha um contato maior. Além disso, vários militantes que se incorporaram à DS que não eram dos dois grupos originais, eram militantes que vinham da IV Internacional. Portanto, esta identidade já existia no processo de formação da DS. No Congresso de fundação da DS estiveram presentes dois representantes da IV Internacional, Francisco Louça, que continua até hoje, e Socorro Ramirez, da Colômbia, que depois se afastou. Portanto, o processo de aproximação com a IV foi um processo que fez parte da formação da DS.⁷⁷

O próprio João Machado foi representante dos dois grupos antes da fusão no Congresso Mundial da IV de 1979. Neste ponto o consenso era apenas o de manter relações prioritárias com o grupo internacional. Uma parte dos militantes ainda tinha receio com relação a esta definição política, porque acreditavam que isto restringiria o debate internacionalista no grupo nacional. Apesar disso, Machado confirmou que não havia proposta de se manter relação com nenhum outro grupo além do SU.

O debate sobre participação ou não na IV Internacional foi até 1984, quando no II Congresso da ORM-DS, realizado neste ano, foi aprovada a reivindicação do grupo como sessão oficial da IV Internacional. Isso foi referendo pelo próprio grupo mundial em seu Congresso de 1985.

As razões alegadas pela organização brasileira para definir-se como seção nacional da IV passava pelo acordo programático desta com a política e o programa aplicados

⁷⁶ BALANÇO da ORM-DS. Boletim de discussão nacional ORM-DS No. 1. Abril, 1982. p. 8

⁷⁷ Entrevista João Machado. Março de 2014.

naquele momento pela Democracia Socialista; pela vinculação com tradições e experiências de “150 anos do movimento operário moderno”, legado do marxismo revolucionário; e era uma resposta contundente ao processo de “desagregação de inúmeras organizações de esquerda” que ocorriam no Brasil e no mundo. Além disso, o documento que expressou este ingresso formal relembra a referência que a DS desde 1979 tinha na organização internacional, assim como os acordos alcançados com o grupo ORT e o CLTB.

Em dois pontos do documento da ORM-DS que formalizava o ingresso na IV Internacional, contudo, continham questões mais complexas do que sua aparência inicial. Por um lado, o grupo nacional fazia um balanço “amplamente positivo” da atuação da organização internacional. Por outro lado, tratava a influência do SU sobre a linha política nacional da DS “relativamente reduzida”.

Segundo José Correa, a influência que esta referência internacional obteve na intervenção partidária da DS no PT deu-se na sua dinâmica interna. Por conta das polêmicas entre quartistas do SU, lambertistas (OSI) e morenistas (CS), a discussão desta questão na DS foi bem duradoura:

Em dois a três anos fui editor da revista “Perspectiva Internacional”, que tem muita coisa sobre isso. Eu e Francisco Louça visitamos três ou quatro estados, nesta época, para fazer debates com contatos da DS e CLTB sobre a aproximação com a IV Internacional. Debates temas como a revolução nicaraguense, a experiência do Solidariedade na Polônia, as greves dos operários de 78 no Brasil, o início das grandes mobilizações na África do Sul e Coreia e outros. O processo de aproximação foi reforçado pela participação de outras sessões e contatos latino-americanos, como o PRT mexicano, o Hugo Blanco, do Peru, que participa das reuniões da ORM-DS, o SWP dos EUA, bolivianos e uruguaios. Fazíamos reuniões latino-americanas que duravam uma semana inteira, discutiam país por país e tinham quinze militantes da direção da DS envolvidos. Eram aulas de política e participam também representantes europeus como Daniel Bensaid, Francisco Louça, Charles Andre Udry, Ernest Mandel, e outros quadros internacionais.⁷⁸

⁷⁸ Entrevista com José Correa Leite. Março de 2014.

A tal falta de influência do SU sobre a política da DS sobre o PT se explica porque os quadros internacionais “tinham acordos totais com a linha adotada aqui”. Portanto, a influência internacional era localizada numa visão da política e de construção comum, “que basicamente resumia-se a uma visão de contraposição ao sectarismo”.

Este chamado combate ao sectarismo foi a ideia geral que tanto aproximou grupos da DS quanto os convenceu a filiarem-se à IV Internacional-SU. E este lema era comprovado pela aposta na construção do Partido dos Trabalhadores e que o mesmo tinha pleno potencial de se tornar um partido revolucionário. Sob o título de “Uma Internacional aberta” o jornal *Em tempo* publicou em março de 1985 um texto com as resoluções do XII Congresso Mundial da IV Internacional, exaltando a entrada da ORM-DS nesta organização⁷⁹.

3.3 Sectarismos

Desde sua fundação, em 1979, a DS tinha uma preocupação grande em buscar uma identidade política própria, que reivindicasse o programa marxista revolucionário e ao mesmo tempo não fosse demarcatório e sectário. A recusa ao sectarismo em especial tinha dois alvos: o desejo de dialogar com setores dentro do PT que não compartilhavam de seus mesmos pressupostos políticos e teóricos (especialmente os sindicalistas e Lula); demarcar uma diferença da atuação dos outros grupos trotskistas, em especial a OSI e a CS.

Ao elucidarmos a herança trotsquista feita pela DS em 1979, já era explícita a sua diferenciação com outros dois trotskismos, acusando o CORQUI⁸⁰ e a Fração Bolchevique de romperem “com questões fundamentais, como o exercício de um centralismo democrático e a concepção de democracia socialista”⁸¹.

⁷⁹ UMA INTERNACIONAL aberta. *Em tempo Especial*, São Paulo, p. 8, mar. 1985.

⁸⁰ O Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) foi um grupo internacional que reivindicava a herança da IV Internacional. Foi formado em 1972 e passou a disputar politicamente as orientações da militância trotskista internacional com a SU, a Fração Bolchevique e a IV Internacional Posadista. Era o grupo internacional que o OSI se referenciava no início do PT. (OZAI, p. 204).

⁸¹ A CONSTRUÇÃO do partido revolucionário hoje. Documento interno da DS, arquivos Em tempo/CEDEM. 1979. p. 6

A DS definia que no Brasil havia três grandes campos dentro da esquerda. No primeiro, onde se incluía, estariam organizações que lutavam pela “independência política da classe operária”, considerando boa parte dos grupos associados ao PT. No segundo campo, incluía “diversas organizações reformistas-populistas e centristas, sobretudo o PCdoB” e o APML. Localizava nesse campo a possibilidade de alianças contra a ditadura militar e a construção de greves, mas enxergava os tais grupos como conciliadores de classes e defensor de “diversas modalidades de frentes populares”. O terceiro campo era composto por “forças que mais desavergonhadamente vêm praticando a colaboração de classes: o PCB e as organizações que gravitam em torno dele: como o MR-8”. Eram grupos que, após a desarticulação de um projeto nacional da esquerda pela ditadura militar, se desorientaram e agiam naquele período como freio para o movimento operário, com o objetivo de garantir a abertura democrática nos moldes burgueses⁸².

Sobre a Convergência Socialista, em especial, a DS fazia uma caracterização peculiar, somente estendida ao grupo ligado ao CORQUI, à OSI: “(...) É uma organização que tem tido uma linha no geral correta, e com quem realizamos algum trabalho comum. Mas sua tendência a querer manipular o movimento de massas, seus giros frequentes e sem qualquer princípio, seu oportunismo (erigido em princípio), seus vínculos internacionais extremamente negativos, a probabilidade (ou a certeza) de que vai intensificar todas as suas características negativas, especialmente os traços de seita, recomendam que não seja incluída no primeiro campo. Ocupa um lugar à parte”. Ainda sobre a OSI, reproduzia em parte a caracterização sobre a CS, exaltando que este grupo tinha traços de seita “extremamente desenvolvidos e um sectarismo absurdo”.⁸³

No balanço do Encontro do PT de 1980, tratava a CS e a OSI como grupos que trabalhavam de maneira equivocada a questão do partido como uma “frente única operária” e um “mero instrumento tático” para as eleições de 1982. Curiosamente, também os acusavam de capitular a posições do “bloco popular”, em alguns casos⁸⁴.

⁸² Idem, p. 7.

⁸³ AS TAREFAS trotskistas no PT. Documento interno da DS. Escrito pós Encontro de fundação em 1980 e durante a campanha pela legalização do partido – provavelmente em 1981, p. 58.

⁸⁴ Idem, p. 58

Entretanto, um dos primeiros documentos da ORM-DS que pautava a tática de disputa interna no PT, demonstrava que a relação do grupo trotskista era mais aberta a diálogos e alianças com setores centristas do que revolucionários.

No documento de balanço da organização sobre o Encontro Nacional do PT de 1980⁸⁵, já fazia uma denúncia clara, assim como a CS inclusive, sobre a presença de setores que viam menos o partido como “da classe” ou “em construção”, e mais como um “partido popular ou uma frente”. Dentre estes estavam APML, setores egressos do PCdoB, o MEP, Ala Vermelha e o grupo Unidade.

No entanto, para a DS, o primeiro encontro teve seu aspecto decisivo na posição final de Lula. A chapa para a direção encabeçada pelo líder sindical, que defendia a ideia de uma “corrente popular”, foi a mais votada na ocasião. Segundo a DS, muito por conta do apoio de Lula⁸⁶.

Além de avaliar a chamada “corrente popular”, os trotskistas exibiam caracterizações também sobre o MEP, que era visto como um grupo com “posição intermediária e incômoda” entre eles e a maioria lulista. Afirmavam que o MEP, no entanto, defendia o classismo, mas também se recusava a tratar o PT como um partido de fato⁸⁷.

Mesmo no cenário apontado acima, a DS insistia que “a CS e a OSI, ambas com uma política internacional sectária e oportunista”, posições estas que se refletiam numa política também sectária sobre o PT, não seriam setores privilegiados, pois faziam apenas “entrismo” no partido. No momento em que o bloco internacional que dava sustentação ao bloco nacional OSI e CS implodiu, a movimentação da ORM foi de disputar os setores do primeiro grupo que tinha alterado suas posições “sem perder os traços de sectarismo”, para algo mais adaptado “aos setores majoritários” no PT, abandonando posições originais e aderindo ao que a DS chamou de “oportunismo aparelhista”⁸⁸.

Em suma, a perspectiva de relação política da DS com os outros trotskistas nunca foi muito entusiasmada. Ao contrário, em certa medida aderindo aos sectarismos internacionais presentes na IV Internacional, estes militantes apontavam para apenas a

⁸⁵ Idem, p. 57

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, p. 58.

⁸⁸ A CONSTRUÇÃO do partido revolucionário hoje. Documento interno da DS, arquivos Em tempo/CEDEM. 1979. p. 8

disputa de possíveis setores dissidentes das outras organizações que, em tese, defendiam o seu programa internacional:

Dado o caráter destas organizações, particularmente suas referências programáticas e seus vínculos internacionais, não devemos esperar que sofram uma desagregação semelhante a que liquidou a APML ou a que se anuncia no MEP. A hipótese mais provável é a perda de setores da militância (dos setores menos sectários) e a manutenção de um “núcleo duro” sectário.

Já os setores que romperem com estas organizações, rejeitando o sectarismo, e mantiverem uma perspectiva de militância, serão naturalmente atraídos pelas nossas posições.⁸⁹

Esta resposta também sectária ao denunciado sectarismo dos grupos trotskistas vem de uma crescente perspectiva de construção prioritária e estratégica do PT. Como observamos nas primeiras caracterizações da DS sobre o partido, sua perspectiva era de que o mesmo se tornasse revolucionário. E a perspectiva de revolução tanto deste grupo nacional trotskista, como o caminho e a orientação internacional dada pelo SU no final da década de 1970 e toda a década de 1980, apontavam para a construção de organizações revolucionárias no mundo mais amplas que as oriundas da tradição trotskista.

Outra evidência do sectarismo da DS aos outros grupos trotskistas estava no documento de balanço do próprio grupo CLTB, que ingressaria na ORM logo em seguida, aderindo à caracterização bastante negativa da OSI e CS.

Partindo de um resgate histórico que aponta um processo de “fragmentação e dispersão” contínuo desde a década de 70 até início da década de 80, o comitê aliado da ORM tratava OSI e CS como “organizações monolíticas” que produziam “quebra e evasão de militantes trotskistas individuais”. Além disso, caracterizavam-nas como “correia de transmissão” de organizações internacionais, ou seja, seções brasileiras sem autonomia de definição política⁹⁰.

⁸⁹ Idem, p. 8.

⁹⁰ BALANÇO da trajetória do CLTB. 1982. p. 5

Especificamente sobre a OSI, mesmo reconhecendo em 1982 como sendo “a maior organização trotskista brasileira”, a mesma era tratada quase como uma seita. No balanço da CLTB que foi pouco antes de sua entrada na ORM-DS, acusava os lambertistas de realizarem “sucessivos giros de orientação política determinados desde fora, pela direção da corrente lambertista”, como também desvios locais motivados por práticas oportunistas⁹¹.

O maior exemplo de um destes giros lambertistas estava na sua orientação sobre o novo partido operário brasileiro. Em abril de 1978, o grupo teria abandonado a política do “partido operário chegando a denunciar a formação do PT como a constituição de um pilar de sustentação da ditadura”. Em 1980, no entanto, motivada pela política internacional de bloco com os morenistas, a OSI ingressou no PT, compondo a política entrista realizada pela CS neste período⁹².

Por fim, os lambertistas romperam com os morenistas, e logo em seguida passaram a defender uma “política oportunista de aliança com os setores mais atrasados do partido”. A partir deste cenário, o CLTB apontava que eles e a ORM-DS deveriam “combinar o combate a sua política com respeito a IV Internacional a uma denúncia sistemática de sua política no PT”⁹³.

Ao caracterizar a Convergência Socialista, o Comitê dizia que sua trajetória era “tão tortuosa quanto à da OSI”. A ênfase do balanço negativo do grupo morenista era também a partir de sua atuação na formação do PT, quando, supostamente, “o morenismo revelou uma cegueira histórica”.

Ressaltando a participação destacada da CS nas primeiras reuniões dos sindicalistas que impulsionavam a proposta do novo partido, sendo “a única organização de esquerda a estar representada oficialmente” nas reuniões de janeiro a maio de 1979, a mesma teria tido um “comportamento lastimavelmente oportunista”, ao usar a Carta de princípios e o dinheiro dos sindicalistas para fazer uma edição especial de seu jornal.

O erro maior seria ainda o de se afastar da construção do PT, depois de maio de 1979, e passar “praticamente o período mais importante do ascenso de massas no Brasil envolvida em suas intermináveis discussões internas que culminaram com o seu fracionamento mais importante em fins de 1979”. No retorno ao PT, passa a assumir uma

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² Idem, *ibidem*.

⁹³ Idem, p. 7.

postura “sectária e ultimata” com relação ao ascendente partido de massas, e trata o grupo de sindicalistas do partido como meros burocratas sindicais, incluindo seu principal líder, o Lula. Por isso, o CLTB encerra seu balanço sobre a CS concluindo que a mesma possuía uma “política irresponsável” que causava “grande prejuízo ao trotskismo e à luta pela organização independente do proletariado brasileiro”, visto que a mesma ia contra o “anseio da vanguarda operária por construir o PT como o verdadeiro POR e a corrente sindical classista”.⁹⁴

Para além das caracterizações excessivamente adjetivadas, podemos constatar o teor sectário da DS a outros grupos trotskistas quando a mesma, por volta de 1982, apontava para uma política de tendência mais ampla que o trotskismo como principal tática de disputa do PT naquele período. A princípio, ser mais amplo que uma distinta tradição revolucionária não parecia algo necessariamente contrário aos outros trotskistas. Entretanto, o apontamento da corrente brasileira identificada com o SU era o de priorizar uma relação política com grupos que a mesma considerava centristas, em detrimento dos grupos que ela reconhecia serem revolucionários, para a formação desta nova tendência no PT.

Antes das eleições de 1982, para a ORM-DS as “condições para o lançamento de uma tendência (ou fração) de esquerda dentro do PT” não estavam dadas, pois se temia de uma intervenção com esta característica algo que “pareceria mais uma coisa exterior ao partido, uma manobra entrista”. Por isso, o grupo apontava para um período de preparação e diálogo interno para formação desta possível nova tendência⁹⁵.

O grupo trotskista já discutia as bases políticas desta nova tendência. Dentre elas estava a defesa do PT como um “partido operário de combate, militante, construído com base nos núcleos, democrático e centralizado no seu funcionamento interno”. Este partido deveria ter uma política sindical clara e unificada. Deveria combinar as reivindicações imediatas e transitórias com a independência de classe e a unidade do movimento sindical. A tendência, mesmo defendendo sua política própria, deveria ser absolutamente orgânica ao partido e defender suas posições em suas instâncias internas⁹⁶.

Apesar de ser contrária à política de formação desta tendência imediatamente, a DS considerava que o primeiro passo já poderia ser dado, que é o de formação de “blocos” para

⁹⁴ Idem, p. 8.

⁹⁵ CONSTRUÇÃO do PT: uma avaliação. Documento interno da DS. 1981. p. 9

⁹⁶ Idem, p. 10.

defender posições internas no partido. Neste caso, os “diversos setores de centro do PT” eram aliados prioritários, que incluía setores como o MEP, os sindicalistas e Lula⁹⁷.

A proposta de bloco interno que a ORM-DS apresentava para sua militância nos primeiros anos da década de 80 era coerente com seu sectarismo aos grupos trotskistas, assim como sua ambição em construir experiências mais amplas na esquerda do que as referenciadas no trotskismo. Apesar de não reivindicar uma relação internacional centralizada, tal perspectiva era convergente com a visão internacional do SU, que apontava para a aproximação com setores não oriundos do trotskismo em diversos países, a exemplo dos sandinistas na Nicarágua.

Porém, a trajetória da ORM-DS não caminhou para a articulação de uma nova tendência com setores que eles consideram ser o centro do partido. Ao contrário, o que era tratado como “centro” ou “centristas” pelo grupo marxista revolucionário, aos poucos organizou sua própria tendência no partido e, ao contrário dos anseios da DS, não foi com setores a sua esquerda, e sim o oposto disso.

3.4 Manifesto dos 113

Em 1979 começou a publicação de uma série especial no jornal *Em Tempo* intitulada “Contribuição à história da esquerda brasileira”. Afirmando sua linha editorial de construção do PT e disputa desse referencial junto à classe trabalhadora, o jornal contou a história do PC brasileiro e seus rachas, a fundação da POLOP e outras organizações críticas ao nacional-desenvolvimentismo e etapismo, como forma de disputa ideológica também para construção do novo partido⁹⁸.

Um debate que a DS deu bastante ênfase nos primeiros anos do partido foi o da especificidade da sua forma de funcionamento. No comentário sobre o primeiro encontro nacional do partido, em 1980, considerou a dicotomia entre o PT e a proposta de legalização partidária promovida pelo governo militar de João Figueredo.

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ CONTRIBUIÇÃO à história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 79, p. 12-3, ago. 1979.

(...) o Encontro nacional culminou num amplo processo de ‘baixo para cima’, das bases para a cúpula. (...) Com uma reduzida base parlamentar, o PT fez seu caminho a partir da formação de núcleos de base e da incorporação de lideranças populares, grupos de periferia, categorias profissionais. (...) Ele não surge para enquadrá-los, mas para impulsioná-los, articulá-los. Trata-se de uma tarefa que recém-começa.⁹⁹

Em outro artigo publicado no mês seguinte ficava explícita a divergência entre a corrente editora do *Em tempo* e a direção majoritária do partido. Considerando que a legalização dos núcleos era uma questão central para fortalecer a democracia interna, criticou a decisão partidária de não darem voto nas convenções do partido, tratando-o como departamentos formais do mesmo. Deixavam claro no debate da sua frente jornalística que “a questão com a democracia interna do PT não é uma questão secundária, objeto de preocupação de diletantes profissionais”.¹⁰⁰

A DS não pautava suas posições políticas públicas e dialogava com o resto da direção petista apenas a partir de questões internas e de funcionamento partidário. Tinha considerações e análises também sobre os rumos da sociedade, da política brasileira e estratégia para os trabalhadores no país. A diferenciação com a maioria de seu partido não apenas os colocava numa forjada dicotomia “direita x esquerda”, pelo menos não nos primeiros anos. Exemplo disso foram as discussões iniciais sobre a constituinte, ainda em debate embrionário na opinião pública e entre os partidos do período.

Opondo-se às lutas imediatas com a construção de propostas políticas nacionais, a maioria dos dirigentes petistas era bastante cética com a pauta da reforma política no início da década de 1980. Colocando em debate e trazendo diversos militantes do partido, o *Em Tempo* rebatia a ideia de que a Constituinte não mobilizaria os trabalhadores, ou estava em dissonância com suas lutas mais concretas. A partir do artigo de Júlio Tavares e Flávio Andrade defendia-se que esta pauta não se daria deslocada “das reivindicações ‘específicas’ em questão, mas, pelo contrário, se baseia nelas, vem junto com elas, e as radicaliza”.¹⁰¹

⁹⁹ INOVADOR, legal e de massas. Idem, n. 107, p. 6, jun. 1980.

¹⁰⁰ DEMOCRACIA interna: como ficam os núcleos? Id. n. 109, p. 2, jul. 1980.

¹⁰¹ FALSAS questões contra a Constituinte. Id. n. 111, p. 5, ago. 1980.

Pelo jornal da DS era possível ter acesso às posições de seus adversários internos. Francisco Weffort, da maioria partidária, se colocava no início de 1981 contrário ao debate da Constituinte no partido. Mesmo reconhecendo que o PT na época era a “única força capaz de dar expressão popular à campanha e obrigar a unidade de partidos de oposição”, admitia ser a aceitação de uma “jogada conciliacionista” aderir ao processo¹⁰². Já Olívio Dutra, também representante da maioria, dividia a opinião desse setor do partido, admitindo o debate como necessário a ser feito nas bases do partido, e ressaltava que a resposta para a Assembleia Constituinte seria pensada a partir “dos instrumentos de luta popular”. Reforçava, contudo, que “a superação desse regime e do que ele representa antecede a questão da constituinte”.¹⁰³

Um dos principais dirigentes da corrente trotskista era Raul Pont. Em fevereiro de 1981 o mesmo lançou um artigo crítico ao texto da Direção Nacional do PT, defendendo a participação do partido na campanha e pela disputa da Assembleia de construção da nova constituição brasileira. A maioria partidária julgava a disputa da Constituinte sem garantias de resultados e avanços para os trabalhadores. Pont afirmava que essa posição deixava de lado uma oportunidade de ocupar um espaço importante de luta contra a ditadura militar.

A luta por uma Assembleia Constituinte é uma luta tática, faz parte da luta contra o regime militar e dela não podemos esperar mais do que isso. Nesta conjuntura, no entanto, isso é o mais importante. Isso é saber canalizar uma disposição de descontentamento, uma necessidade de alternativa a esse regime.¹⁰⁴

Constantemente a DS convidava representantes da direção majoritária, inclusive seu principal expoente (e do partido) Lula da Silva para entrevistas e apresentação de artigos de diversos temas. Um debate que esta corrente se dedicou bastante foi o da formulação da estratégia petista, ou seja, sua visão e concepção sobre socialismo. Levando em conta que havia uma crise mundial do campo socialista durante a década de 1980, a defesa dessa bandeira era difícil para a nova esquerda brasileira no período.

¹⁰² NÃO seremos avalistas da conciliação. Id. n. 112, p. 2, jan. 1981.

¹⁰³ A QUESTÃO está em debate. Id. ibid.

¹⁰⁴ CONTRA o economicismo e o doutrinário. Id. n. 121, p. 8, fev. 1981.

Os anos de 1981 e 1982 foram marcados pela preocupação da DS em debater as diversas correntes de seu partido e a formulação, a partir disso, de um “socialismo petista”. José Genoíno era na época um dos mais radicais defensores de um modelo de partido que aliava o “socialismo científico” com o “movimento operário espontâneo”. Partindo dessa definição de partido revolucionário, considerava que o PT não tinha condições de incorporar essa definição teórica, pois continha um “culto ao espontaneísmo” e uma “negação do marxismo-leninismo”¹⁰⁵. Júlio Tavares, recém-rompido com a Convergência Socialista e dirigente da DS, na mesma edição do *Em Tempo*, defendia a ruptura do “gueto da classe média”, o combate ao “sectarismo” e “dogmatismo” no partido como tarefa central¹⁰⁶.

Expondo com mais clareza a posição da tendência trotskista, João Machado em maio de 1981, em texto que comentava o lançamento de uma nova corrente autoproclamada revolucionária chamada MEP (que já existia enquanto organização clandestina desde a década de 1970), afirmava o PT como partido, não como “frente política”. Dessa maneira, colocava na ordem do dia a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia, e negava que tanto a DS quanto o MEP ou qualquer outra corrente com um programa revolucionário no PT seriam capazes de formar um partido revolucionário novo, negando o petismo.¹⁰⁷

Numa edição especial intitulada “PT e o socialismo”, o *Em tempo* trouxe diversos artigos que pautavam o socialismo no partido. A ênfase estava na diferenciação desta proposta partidária com o socialismo soviético, identificado com a falta de democracia. Apontaria, segundo texto de Raul Pont, para uma “democracia socialista revolucionária”, superando a mera formulação do socialismo “das lutas do dia a dia”, para resgatar a formulação da “ditadura do proletariado” tal como foi pensada por Marx, Lenin e Trotsky.¹⁰⁸

Nesse período o processo de construção da corrente se ampliou também para o movimento sindical. Em 1981, a DS realizou um congresso para unificar novas adesões em torno de um novo nome – a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS). Consolidados acentuam a construção no PT, que participavam de suas

¹⁰⁵ UM PARTIDO político frentista. Id. 123. p. 6, mar. 1981.

¹⁰⁶ O PARTIDO deu origem à nova esquerda brasileira. Id. *ibid.*

¹⁰⁷ ONDE está o partido revolucionário? Id. 14/05/1981, p. 6

¹⁰⁸ O PT aponta para uma democracia socialista revolucionária. Id. 03/12/1981, p. 16

discussões desde 1979. Neste ano, a DS fazia um balanço otimista da evolução do partido. A ênfase dos trotskistas estava no reconhecimento dos “núcleos de base como fundamento da estrutura orgânica do PT”. Além disso, apontava para um “claro avanço programático” do partido, que agora se caracterizava como “operário e socialista”, à esquerda dos stalinistas e da social-democracia¹⁰⁹.

A questão que mais atormentava a direção da corrente era o dilema entre o partido ser um “representante” dos movimentos sociais ou um organizador e dirigente das lutas, pontuando a necessidade de uma intervenção unificada e menos economicista do partido no movimento operário.

A DS argumentava, contudo, que os problemas do partido, tais como a falta de uma direção política sólida, a falta de uma política unificada para os movimentos e a ausência de um jornal militante demonstravam que o mesmo não estaria com seus rumos definidos. Portanto, mesmo admitindo a manutenção e reforço de posições oportunistas em seu interior, entendia o PT como um espaço de disputa ainda maior que no ano anterior¹¹⁰.

Para a DS, o PT no início dos anos 1980 estava dividido em três grandes setores. O primeiro era tratado pela DS como o setor reformista (neo-reformista ou, ainda, oportunista), com parlamentares e grupos de esquerda ligado à Igreja, com traços fortes de economicismo, que deixava de lado “a questão do poder”.

O segundo campo era o “centro do PT”, constituído por Lula, grande parte dos militantes sindicais e petistas mais sinceros. Embora politicamente confusa, segundo a DS, era um setor bastante convencido do classismo no partido. Nesta caracterização, enxergava o principal líder partidário e seus aliados como um setor em disputa para posições mais à esquerda e, portanto, entendia a relação com este setor como “uma questão chave para o trabalho de construção do PT”. Dentro do grupo de centro havia também grupos da esquerda stalinista, como a dissidência do PCdoB, setores do PO, Ala Vermelha e um setor do MEP¹¹¹.

No terceiro campo estariam os setores declaradamente socialistas e revolucionários, que incluiria a própria DS, além dos setores que a mesma definia como “sectários”.

¹⁰⁹ CONSTRUÇÃO do PT: uma avaliação. Documento interno da DS. 1981. p. 3

¹¹⁰ Idem, p. 4.

¹¹¹ Idem, p. 5

Partindo desta caracterização interna, o grupo trotskista tentaria buscar maior diálogo com o que eles entendiam como centro do partido, pelo menos até 1983.

Em junho de 1983, a ORM-DS foi surpreendida pelo lançamento do “Manifesto dos 113”, que na prática consolidava uma aliança interna do grupo de Lula com os grupos reformistas que a organização trotskista priorizava combater. O grupo ficou bastante reticente em reconhecer sua derrota política num primeiro momento, tentando manter um diálogo com a “articulação dos 113”, embora nos anos seguintes tivessem percebido a necessidade de combater o novo setor majoritário de conjunto, não apenas seus setores mais recuados.

A formação do novo grupo interno do PT passou por diversas fases e a DS, os “marxistas revolucionários”, não foram capazes de se apresentar como alternativa séria aos sindicalistas. Compunha a Articulação dos 113 as lideranças sindicais de São Bernardo, intelectuais como Francisco Weffort e Luis Eduardo, além de setores ligados à Igreja, como Frei Beto¹¹².

O projeto político estratégico da Articulação passava essencialmente pela defesa de um “governo de unidade popular”, defesa esta que tinha para a DS “traços socialdemocratizantes” ou, melhor dizendo, de um grupo que lutaria principalmente “pela ampliação dos direitos políticos e por reformas sociais nos marcos do capitalismo”¹¹³.

No que tange a intervenção no PT, o novo setor se caracterizava pela “vontade de se apresentar como uma direção legítima e legitimada pela autoridade de Lula e dos sindicalistas” exigindo “máxima lealdade das outras correntes não apenas às decisões do PT, mas aos seus dirigentes”. Defendiam a construção do PT como partido de massas que combinaria “características de um partido militante e eleitoral com uma forte direção”¹¹⁴.

A perspectiva de construir uma forte direção não era, em absoluto, uma associação disto ao leninismo, mas sim a construção de um partido que pudesse sustentar a intervenção dos sindicalistas e da CUT. Curiosamente a DS acusava, mesmo analisando a Articulação desta forma, como um setor com “grande desconfiança com as táticas da Frente Única Operária”.

¹¹² CONSOLIDA-SE uma direção para o PT? Documento interno da DS. 1983. p. 1

¹¹³ Idem, ibidem.

¹¹⁴ Idem, p. 2.

No entanto, o sentimento “anti-leninista”, incentivado especialmente pelos setores ligados à Igreja, tem um “papel importante na unificação do núcleo”. A Igreja também tinha importante papel no grupo em disseminar sua intervenção em âmbito nacional, já que os sindicalistas eram muito concentrados em São Paulo.

E no que consistia o sentimento anti-leninista na prática? Contradições importantes dentro do projeto novo eram apontadas pelos trotskistas, especialmente o diálogo com reformistas no plano político, abrindo espaço para colaboração de classe com a burguesia, paradoxalmente simultâneo a desenvolver no plano sindical “uma política sectária em relação ao setor pelego-reformista” do mesmo.

O setor sindicalista petista ascende na política brasileira a partir da ambiguidade entre sua luta contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e uma construção a partir dos limites destes sindicatos e suas lutas econômicas. A ORM atribuía as contradições fundamentais do grupo novo a sua “incompreensão da natureza de classe do Estado e na necessidade de sua destruição”¹¹⁵. Contudo, a Articulação dos 113 foi uma vitória do setor sindicalista acima de tudo, pois era a materialização de um corpo político em uma intervenção ainda de caráter muito economicista. Isto explica, de certa forma, como mesmo tendo uma aposta intensa na construção do PT, os mesmos também eram bastante reticentes à construção de núcleos partidários, pois enxergavam o partido como instrumento de sustentação da intervenção da CUT.

A conformação do novo grupo foi também, para a DS, “um passo decisivo para o aumento de influência deste centro dirigente e do enfraquecimento da esquerda no PT”. Um partido menos estruturado era mais facilmente controlável por uma direção que controlaria um enorme aparelho sindical nacional desde então.

Com base nesta caracterização moveu-se a intervenção política partidária da DS, de crescente enfretamento ao novo setor dirigente. Minimizava, entretanto, os impactos da formação da nova Articulação para justificar sua aposta inicial de disputa do partido operário como futuro partido revolucionário de massas.

Em publicação do jornal *Em tempo* de 23 de junho de 1983, logo após o lançamento do manifesto dos 113, a corrente dirigente do veículo de imprensa comentando que o mesmo foi “em primeiro lugar uma resposta positiva que os setores hegemônicos do

¹¹⁵ Idem, p. 3

partido” dado “às investidas liquidacionistas” de setores mais à direita dentro do PT. Ou seja, mesmo tratando o manifesto como uma “resposta insuficiente”, o maior esforço com o novo grupo por parte da DS era de diálogo e não denúncia¹¹⁶.

Com o título de “Uma articulação excludente e centrista”, o texto da ORM publicado em seu jornal era também bastante crítico ao manifesto, focado em dois pontos. Em primeiro lugar, repudiava as críticas aos grupos de esquerda, especialmente porque o documento tratava, sendo a DS, os grupos de esquerda de forma homogênea, o que atrapalhava seus planos de se diferenciar dos setores que considerava sectários e entristas. Por outro lado, apresentava que o documento e aquela articulação política tinha falta de “resposta política clara” para o partido, e era mais um “chamamento à fidelidade” entre a esquerda e a direita partidária, revelando uma característica essencialmente centrista. Além disso, acusava que o manifesto não mencionava questões centrais como a luta contra a ditadura militar, o arrocho salarial e a necessidade de lutar e construir uma greve geral¹¹⁷.

Um elemento importante a ser destacado na movimentação política do manifesto dos 113 foi que este deve ser tratado (e assim o foi pela DS) como uma resposta contundente a uma conta da crise instaurada no partido naquele período. Segundo o dirigente da DS na época, Flávio Andrade, uma ala de direita do partido tentava “parlamentarizar” o PT, isto é, afasta-lo mais ainda de sua identidade de classe e conforma-lo definitivamente em um partido eleitoral. Num primeiro momento, este setor atacou mais frontalmente a ala radical do partido, que incluía os grupos trotskistas, mas agora se voltava para o secretário geral do partido na época, Jacó Bittar¹¹⁸.

O estopim da crise entre parlamentares (ala direita) e direção do partido veio a partir do lançamento de uma circular da direção que “estabelecia que os pronunciamentos feitos por dirigentes partidários e detentores de mandato eletivo” deveriam ser decididos por instâncias do PT. A orientação da direção vinha após vários posicionamentos contraditórios à linha do partido tomados por parlamentares petistas. Airton Soares, na época líder do PT na câmara federal, tinha votado contra interesses do funcionalismo público em seu

¹¹⁶ UMA ARTICULAÇÃO excludente e centrista. *Em tempo*, 23 de junho de 1983. p. 4

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹⁸ A OUSADIA dos liquidacionistas dentro das fileiras do PT. *Em tempo*, 2 de junho de 1983. p. 6

plenário, enquanto o líder da bancada dos deputados estaduais petistas, Marco Aurélio Ribeiro, tinha votado a favor de aumento de salários de parlamentares na ALESP¹¹⁹.

Prestando completa solidariedade e defendendo a direção, Jacó Bittar expressava que “os motivos, portanto, eram mais que suficiente para uma atitude da direção partidária” com relação aos casos ocorridos em 1983, primeiro ano destes mandatos, por sinal.

O debate aberto pela corrente trotskista através de um de seus principais dirigentes servia também para, publicamente, expressar a linha programática da organização sobre a sua construção partidária. A medida da direção era vista de forma correta e caracterizada como apenas “uma pitada de centralismo democrático que pouco tem a ver com o caráter e o momento vivido hoje pelo PT”. Destacando que no movimento sindical a lógica de “cada um por si” era preponderante, considerou a norma definida pela direção como “defasada da situação real do PT”.

Mesmo internamente, a ORM manteve por um bom período uma caracterização de que o setor era pouco homogêneo, pois promovia uma unidade entre autonomistas, intelectuais, Igreja, castristas, lulistas e parlamentares. Por isso, o grupo teria dificuldades constantes de se apresentar de forma homogênea. Na realidade, a conformação de um novo campo que garantia maioria sólida para os sindicalistas no PT tornava a proposta de nova tendência dos revolucionários com o centro do partido obsoleta e desnecessária para Lula e seus aliados. Neste cenário, nada coube mais à DS que não desistir de sua tática inicial para transformação no projeto petista em um partido revolucionário de massas e formular outra resposta para sua intervenção.

3.5 O bloco revolucionário

Uma nova política, portanto, na DS foi arquitetada pós-fundação da Articulação dos 113. Esta passava tanto pela continuidade de diálogo com os centristas, porém com uma reivindicação mais clara de um bloco a sua esquerda, além da busca de um novo foco na atuação dos militantes da organização: a CUT.

¹¹⁹ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Na tática de disputa interna do PT, a DS tinha uma grande preocupação em evitar sua marginalização dentro do partido e assim não ter qualquer influência sobre as grandes decisões do mesmo. Isto motivava o receio em construir desde um pólo marxista-revolucionário, que mesmo fora do núcleo dirigente e da Articulação dos 113, poderia representar um elemento que forçaria diferenciações com o bloco a sua direita, e faria avançar o partido nas principais formulações.

No primeiro momento pós-fundação da Articulação, a DS ficou indecisa entre uma política de diluição no partido, como fez a OSI, depois renomeada a partir de seu jornal, O Trabalho, e o que eles ainda pautavam como “uma política sectária”, conduzida agora mais isoladamente pela Convergência. Admitiam que era necessário “a afirmação de um núcleo leninista, marxista revolucionário no interior do partido”, assim como, por outro lado, era equívoca “a proposta da formação de uma corrente de esquerda que teria, na prática, o caráter de uma fração pública do partido”¹²⁰.

O balanço de 1983 da DS era de que a esquerda não tinha ainda acumulado forças para se colocar como uma direção do partido em alternativa aos 113 liderados por Lula. O máximo que o grupo trotskista era capaz de assumir como política de enfrentamento e diferenciação do núcleo dirigente petista era “defesa firme” de posições políticas nas instâncias internas, o apontamento do partido como “dirigente das lutas” e uma maior publicação de posições da corrente em sua imprensa própria.

Embora a perspectiva naquele momento ainda fosse de diálogo com os centristas, tudo indicava para uma redefinição do relacionamento da DS com os setores que compunham tal campo, menos por desejo da corrente e mais por rejeição dos outros grupos, fazendo-os concordar gradativamente com a política que antes apontava como sectária¹²¹.

Segundo João Machado, outro elemento que marcou muito a disputa interna contra a Articulação dos 113 do período de 1983 a 1987 foi a busca pela participação plena da DS, e de outras correntes da Alternativa Operária e Popular, na direção do PT:

A posição inicial do setor do Lula, que foi majoritário no PT desde o início (antes mesmo de se chamar Articulação, que foi dado só a partir de 1983). Isso foi debatido em vários congressos. No Encontro Nacional de

¹²⁰ AS NOSSAS tarefas na construção do PT. Documento interno da DS. 1983. p. 4

¹²¹ CONSOLIDA-SE uma direção para o PT? Documento interno da DS. 1983. p. 7

1984, em São Bernardo do Campo, perdemos a votação sobre a representação proporcional na chapa do PT por dois votos para a posição do Lula. A definição que combatíamos era que a executiva era eleita pelo Diretório Nacional e, na prática, só participava da executiva gente da chapa majoritária. A participação no diretório era proporcional e queríamos que isso fosse estendido à composição da executiva.¹²²

Neste período, mudando sua linha de disputa tática do PT, A ORM-DS passou a defender a articulação de um “bloco operário popular com forças organizadas e movimentos” que se reivindicavam socialistas. Este é um começo da tática da construção de uma “Alternativa Operária e Popular”, que era a materialização de uma articulação de esquerda revolucionária interna ao partido (DA SILVA, p. 192-3).

A base política da proposta de aliança com setores de esquerda do partido passava pelo que os trotskistas da DS elencavam como “as tarefas dos revolucionários”. No final de 1985, a direção da organização declarou a sua militância que era fundamental para os revolucionários adotar “o movimento operário e popular” de “alternativa global à transição conservadora” promovida pela Aliança Democrática no país. Elencando a luta contra a política econômica do governo e em defesa da constituinte, apontava para a construção de um PT que tivesse mais intervenção na conjuntura, fazendo uma disputa estratégica, de Estado¹²³.

O foco da organização revolucionária era disputar o PT, acima de tudo, por dentro. Elencava que, para 1986, os principais desafios da corrente era a disputa na Convenção Nacional do PT e defesa da orientação de construção de uma alternativa operária e popular; a batalha pela “participação da esquerda revolucionária na direção” de forma proporcional também na Executiva; a consolidação de avanços da esquerda em diversas regionais; assim como a construção do PT como partido dirigente, militante e de combate¹²⁴.

O secretariado nacional da ORM apresentaria simultaneamente à política radical de proposta estratégica para o partido, esclarecimentos que davam um tom ainda de cautela na sua diferenciação com os 113. Demarcava para sua militância que sua política não

¹²² Entrevista com João Machado. Março de 2014.

¹²³ BOLETIM INTERNO V. ORM-DS. 1985. p. 9.

¹²⁴ Idem, p. 12.

concorreria no “nível de movimento de massas” com a identidade petista, restringindo sua “política ofensiva de aparecimento público junto à vanguarda dos movimentos sociais e à vanguarda do PT”¹²⁵.

Outra ressalva importante é que, mesmo reconhecendo a necessidade de articular um campo revolucionário no partido para disputar a direção contra a Articulação, dentre os aliados prioritários da DS não havia nenhum setor de origem no trotskismo. O Partido Revolucionário Comunista, liderado por José Genoíno, depois de seu II Congresso, em 1985, apontou para uma aproximação com a ORM e sua política de unificação de um campo de “esquerda revolucionária no PT e na CUT”¹²⁶. Este grupo era uma dissidência do PCdoB, que até o Congresso descrito aqui sequer havia definido sua participação plena no PT (DA SILVA, p. 195). Ainda assim, foram tratados como principais aliados na construção do bloco alternativo ao núcleo dirigente petista, em detrimento da CS, por exemplo.

O Movimento Comunista Revolucionário foi também elencado pela DS como aliado prioritário para a conformação de um campo revolucionário dirigente do partido. Fruto da unificação de grupos como Ala Vermelha e MEP, também de tradições distintas ao trotskismo, o grupo era avaliado pela ORM como sendo claramente a favor da unificação da esquerda revolucionária, a partir de uma proposta de “Frente dos Comunistas Revolucionários” com a DS e o PRC¹²⁷.

No início de 1986, às portas de seu III Congresso nacional¹²⁸, a ORM-DS lança, através de seu Secretariado Nacional, um caderno com textos-base para a discussão política interna da organização preparatória para o grande evento. É nesse momento que a proposta de tática de disputa interna do PT do bloco revolucionário estaria mais amadurecida e bem elaborada.

No documento pré-congressual se reafirma a necessidade de construção de uma “articulação da esquerda revolucionária no PT”, buscando uma “ampla vanguarda operária e popular”, que abrangia numericamente “dezenas de milhares de ativistas” com “um

¹²⁵ Idem, p. 13.

¹²⁶ Idem, p. 22-3.

¹²⁷ Idem, p. 24.

¹²⁸ Considerando a trajetória da ORM-DS como apenas uma etapa da DS, este seria o IV Congresso, visto que o I Congresso da DS (1979) foi desconsiderado, começando a numeração pelo Congresso de fundação da ORM-DS (1981), seguido do II Congresso (1984) até o III Congresso (1986).

impulso revolucionário” no país. Tal vanguarda seria a “base fundamental para a construção da militância de um partido revolucionário no Brasil” e, portanto, peça-chave para a política do bloco revolucionário¹²⁹.

A tática convergia com “uma perspectiva estratégica de construção do PT, não apenas como um partido operário independente de massa”, mas como o partido revolucionário de massas tão sonhado pela DS desde sua fundação. A corrente justificava sua tática, pois a mesma ofereceria, em tese, um campo de militância no partido mais avançado que de seu restante; uma maneira de ampliar a influência da esquerda do partido na direção; e uma forma de explicitar as posições do campo revolucionário de forma mais impactante ao conjunto do partido¹³⁰.

Havia o reforço também da política de alianças internas da ORM:

Como parceiros na constituição desta articulação, além de numerosos grupos de militantes petistas, locais ou regionais, temos em vista, principalmente, duas organizações (o PRC e o MCR) e um setor forte, sobretudo em São Paulo de militantes sindicais revolucionários.¹³¹

Além de uma política de alianças interna bem definida, havia uma plataforma mais bem elaborada por parte da ORM para materializar a articulação revolucionária. Seus principais pontos eram:

- a) Uma defesa da independência de classe dos trabalhadores, de uma alternativa operária e popular à “Aliança Democrática”;
- b) A defesa clara da revolução socialista, e contra a estratégia das reformas no capitalismo;
- c) A defesa da democracia operária para a construção do socialismo;
- d) A defesa do PT como partido militante e dirigente das lutas dos trabalhadores;
- e) A luta por um sindicalismo independente, democrático, unitário e classista;

¹²⁹ UMA NOVA etapa na construção do PT. Documento interno da ORM-DS. Fevereiro de 1986. p. 7.

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

- f) Uma visão internacionalista da política, expressa no engajamento do PT em campanhas de solidariedade Internacional, como o apoio à Revolução da Nicarágua;¹³²

A essa altura, a DS admitia que sua articulação revolucionária poderia ser encarada como “uma corrente revolucionária do partido identificada com o leninismo”, demonstrando que seu sentimento era mais demarcatório no início de 1986 do que em anos anteriores¹³³.

É possível afirmar que os primeiros grandes cenários de atuação da ORM-DS e sua proposta de bloco revolucionário foram os espaços nacionais do PT de 1986. Na convenção do partido, em maio, o grupo trotskista publicava em seu jornal com entusiasmo que os “setores de esquerda do partido se uniram, respondendo aos ataques recebidos e demonstrando ter um apoio expressivo: mais de um terço do partido”. Inflammava esta intervenção também ao dizer que tinha ficado evidente como eram indispensáveis “os setores mais à esquerda do partido, e mais identificados com o marxismo” na construção do PT, em contraponto aos “sectários” que defendiam um partido monolítico¹³⁴.

A demarcação programática também era mais explicitada pela organização trotskista ao comparar negativamente as teses aprovadas na Convenção do PT de 1986 com o seu programa de 1982. Ao final do balanço sobre este evento, afirmava que a mesma, apesar dos problemas apontados, tinha sido um evento que aumentava o entusiasmo na construção do partido.

Mesmo sendo parcialmente vitoriosa em sua intervenção naquele ano, a ORM-DS alcançava objetivos bem menores do que sua expectativa inicial para a construção do partido. O PT, longe de ser um projeto partidário revolucionário, tinha agora uma maioria explícita e clara de setores anti-leninistas e que se colocavam progressivamente refratários à participação dos marxistas revolucionários mais convictos de seu partido. Os anos seguintes seriam marcados pelo acirramento desta disputa e, após novas derrotas da DS, uma opção de sua adaptação ao tom geral da política hegemônica interna ao partido, definida pelo

¹³² Idem, p. 8.

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ UM BALANÇO, apesar de tudo, positivo. Em tempo, 3 de maio de 1986. p. 11

grupo em torno da figura de Lula e ficando cada vez mais distante da concepção socialista dos trotskistas.

3.6 Proporcionalidade

Diante de diversas mudanças na conjuntura do país e, em especial, no Partido dos Trabalhadores, a DS adaptou seu plano de construção do PT como um partido revolucionário de massas ao longo dos anos. Pelo menos até 1988 a direção da organização trotskista mantinha-se, ainda, convicta do potencial revolucionário do partido operário brasileiro, e o ápice de sua formulação sobre o tema convergiu com uma vitória tática superdimensionada.

Segundo João Machado, o que mais marcou a disputa interna da DS no PT contra sua direção majoritária durante a década de 1980 foi a luta pela sua participação, e de outros campos da esquerda petista, na executiva nacional do partido. O Diretório Nacional já tinha desde sua primeira formação, em 1981, uma composição proporcional e o objetivo da organização trotskista e de seus aliados era reproduzir este mesmo critério de divisão de cargos também no fórum mais enxuto e mais orgânico da direção política partidária. Com isso, o bloco marxista revolucionário taticamente teria um espaço de intervenção que o permitiria avançar na influência sobre a linha geral do partido, já que sua participação na direção seria mais frequente.

A agenda de disputa pela proporcionalidade na executiva tomou mais centralidade para a corrente trotskista quando esta consolidou sua aliança política com PRC e MCR, grupos bastante convencidos da linha de raciocínio de aumentar a participação orgânica na direção para aumentar sua influência política. Os balanços públicos da DS para o IV e V Encontros Nacionais do PT privilegiaram este tema em questão.

No início de 1987, a ORM cobrava a direção majoritária um encontro extraordinário do partido em fevereiro daquele ano para discutir “a regulamentação de tendências, e a inclusão na Executiva Nacional de membros das chapas minoritárias no Encontro”. Em janeiro uma reunião do Diretório foi realizada aprovando a não proporcionalidade,

frustrando os trotskistas e confirmando a executiva eleita no IV Encontro, em 1986, que teria caráter provisório até o Encontro extraordinário¹³⁵.

No Encontro Nacional seguinte, em dezembro de 1987, tanto a questão da regulamentação de tendências quanto a reivindicação da participação da minoria na Executiva Nacional avançou. O balanço da DS sobre o evento foi um pouco mais animador que o anterior, ainda com diversas ressalvas.

A primeira constatação foi que o Encontro Nacional representou um recuo dos debates realizados na maioria dos Encontros Estaduais, onde se “aprovaram resoluções de alcance estratégico para o partido, em relação à estratégia revolucionária do Brasil, à política de alianças e também avançou na definição do socialismo pelo qual lutamos”. No espaço nacional, além da pouca visibilidade para os delegados presentes nas resoluções políticas aprovadas, houve, para a ORM, uma “polarização extremamente sectária” no evento.

Ainda assim, a DS exaltava em seu balanço do V ENPT o “aumento do pluralismo” tanto na divisão das chapas para a direção quanto na definição das resoluções políticas. O campo composto por eles, PRC e MRC alcançou 20% dos delegados do espaço, ficando como segunda chapa, contra 57% da Articulação, que no Encontro Anterior havia alcançado dois terços do peso geral. A resolução sobre direito de tendências contemplou a reivindicação de modelo de partido da oposição, garantindo o direito delas existirem internamente, desde que respeitando seu Estatuto¹³⁶.

A crítica de fato mais enfática do grupo trotskista ao núcleo dirigente petista a partir do V Encontro foi seu desrespeito aos anseios da maioria dos delegados do espaço em garantir a proporcionalidade das chapas na executiva do partido. Segundo a DS, no mínimo 80% dos delegados dos Encontros regionais foram eleitos defendendo esta resolução.

A denúncia à direção era uma acusação de que a mesma “centralizou” seus membros e realizou uma reunião extraordinária do Diretório para aprovar um documento da instância na véspera do encontro nacional contra a proporcionalidade da direção. Ao invés de proporcionalidade, a Articulação defendeu no Encontro, a partir desta manobra política,

¹³⁵ PT TEM nova Executiva Nacional. Em tempo, fevereiro/março, 1987. p. 10.

¹³⁶ OS OBSTÁCULOS a serem superados na construção do PT. *Em tempo*, dezembro 1987. Página não identificada.

a “participação das chapas minoritárias na Comissão Executiva Nacional”¹³⁷. A diferença estava no fato de que a “participação” das minorias era também determinada pela maioria, enquanto a “proporcionalidade” seria um critério objetivo e inalterável pelo Diretório, já que seria definido pelo Encontro.

Mesmo a participação (e não proporcionalidade) na Executiva não foi respeitada pela Articulação num primeiro momento, apenas indicando os nomes de suas chapas. Depois disso, houve um recuo dos mesmos e foi garantida a participação de dois membros das minorias: o próprio João Machado e o líder do PRC na época, José Genoíno.

Não é possível constatar com segurança se a vitória parcial e regimental da DS sobre a Articulação tinha uma sintonia completa com sua caracterização das disputas programáticas do partido daquele mesmo período. O que é possível apontar é que a organização trotskista tinha uma evolução ano após ano na caracterização do PT, que admitia em 1987 uma hipótese bastante viva (para não dizer como era àquela que os trotskistas mais contavam) de transformação do partido operário de massas num partido revolucionário de massas.

Em avaliações internas anteriores à formação de seu bloco revolucionário com PRC e MCR, a ORM-DS pautava a importância do PT como um projeto indefinido, caracterizando-o como “principal resultado do desenvolvimento das lutas dos trabalhadores”, além de um “movimento político legal da classe operária”. Admitiu que, com o passar dos anos 80, o partido havia tido “avanços políticos importantes” que consolidaram sua “independência de classes”, pressuposto fundamental para a análise inicial dos trotskistas acerca de suas expectativas em transforma-lo num partido revolucionário¹³⁸.

Mas no período de formação da Articulação dos 113, em meados de 1983, até o período próximo ao V Encontro Nacional do partido, no final de 1987, o foco da organização foi menos numa formulação político-programática de sustentação da proposta de partido revolucionário para o PT e maior na disputa burocrática e alianças internas ao partido. Com propostas como “fração revolucionária”, “alternativa popular operária”, “alternativa marxista-operária”, a DS tentava conter a ofensiva interna dos 113 ao processo

¹³⁷ Idem, *ibidem*.

¹³⁸ O PT, a ORM-DS e a construção do P. Revolucionário no Brasil. Documento interno da ORM-DS escrito por João Machado. sem data. p. 1

de “marginalização da esquerda leninista”, para garantir seu espaço e legitimidade interna necessária para o debate mais profundo.

Após o acordo de representação das minorias alcançado em 1988 pelo bloco marxista do partido, a corrente trotskista iniciou um processo de discussão interna que estabelecia uma adaptação da organização aos parâmetros políticos e organizativos de uma tendência do PT. Aboliu a sigla ORM, para voltar a chamar-se apenas de DS. Mudou seu Estatuto interno para Normas Constitutivas, e passou a chamar o Congresso do grupo de Conferência Nacional da tendência. Estas alterações passavam por legitimar os acordos feitos tanto com relação a sua participação na direção, como também às restrições aprovadas no V Encontro, com relação a comportamentos fracionais e sectários no PT. Era na prática um abandono da perspectiva de “fração revolucionária” deste grupo, assim como de seus aliados.

A avaliação política que a direção da organização apresentou para sua militância no período para justificar esta mudança de orientação interna ao PT era mais sofisticada do que apenas afirmar que por entrarem na executiva tudo deveria mudar. Defendiam que havia uma “mudança de qualidade em curso do núcleo dirigente do partido”, que passava agora a ter uma direção consciente “no sentido da construção do PT como partido capaz de dirigir a revolução no Brasil”¹³⁹. Em outras palavras, a DS estaria agora resgatando sua avaliação do núcleo dirigente do PT anterior à fundação da Articulação dos 113, sem grandes alterações nas suas formulações e definições políticas:

No interior de um partido com definições revolucionárias, onde passa a existir um projeto mais claro e explícito de construção do PT como partido revolucionário, projeto este que é majoritário no interior da direção do partido e engloba os setores mais importantes que constituíram o PT (o setor referenciado em Lula e no sindicalismo do ABC), devemos aprofundar a definição da DS como corrente partidária e sua integração no PT.¹⁴⁰

¹³⁹ A DS como corrente do PT. Documento interno da ORM-DS. 1988. p. 1

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

De fato, podemos analisar que as resoluções aprovadas no V ENPT tem um caráter semelhante, em diversos pontos, às reivindicações de programa que a DS fazia desde o início do partido. Mas os elementos criticados pelos trotskistas no PT desde sua fundação, tratados como questões chave na construção partidária (construção de núcleos, a relação com o movimento sindical e a política eleitoral) não pareciam ser alteradas de forma a justificar uma reavaliação política do grupo. Apenas no que tange o debate de democracia interna isto poderia ser apontado, mesmo assim com problematizações. Enquanto a Articulação envolvia na direção formal mais orgânica do PT, o bloco composto pela DS tendia a perseguir e isolar setores não alinhados com os acordos firmados no V Encontro Nacional, especialmente a Convergência Socialista.

3.7 O PT como partido revolucionário em construção

A nova formulação passava pela ideia de que o PT era um partido revolucionário em construção, construção esta que não se daria de forma rápida e corresponderia a uma radicalização mais profunda de um setor mais amplo de trabalhadores. Esta mobilização dos trabalhadores ocorria, de fato, em larga escala e fortalecia a perspectiva militante do PT, sem dúvidas. Por isso, a intervenção da DS como corrente do partido passava, logo, por trabalhar concretamente para a “construção do PT como partido revolucionário, para efetivar uma direção do PT, a síntese política e a unidade orgânica do conjunto dos seus setores revolucionários”¹⁴¹.

Justificava também sua política demarcando que, dentro do PT, a DS não se considerava a única força revolucionária, admitindo este caráter até mesmo, explicitamente, para a Articulação, que chamava em 1988 de “a Corrente”, mesmo criticando suas “práticas de exclusão dos setores minoritários”¹⁴².

A reavaliação da Democracia Socialista referida aqui foi detalhada num dos documentos mais importantes de sua trajetória, intitulado “A construção do PT como partido revolucionário”. Lançado pelo seu Comitê Central ainda em 1987, logo após o V

¹⁴¹ Idem, p. 3.

¹⁴² Idem, p. 8.

Encontro Nacional do PT, é a fonte que mais evidencia a relação de reorientação programática dos trotskistas com sua nova esperança na disputa da direção petista, incluindo seu núcleo dirigente.

Com o objetivo de “construir um partido capaz de dirigir a revolução brasileira”, apontado em sua primeira página, o texto admitia que tal partido deveria ser de combate, reunir “o setor mais avançado da classe operária”, sendo um “partido de vanguarda”, e formado a partir de “um esforço consciente, obstinado” e, portanto, não submetido a apenas um “movimento espontâneo da classe”¹⁴³.

O resgate do modelo de partido revolucionário clássico era feito enfatizando a necessidade de que o mesmo fosse regido pelo centralismo democrático, programa comum, e superasse as derrotas das experiências da social-democracia alemã e da burocratização dos bolcheviques. A conexão com o PT e a justificativa de participação da corrente trotskista em seu interior vem pela constatação histórica de que “em 1979 não havia nenhum partido operário significativo” e que, neste contexto, o PT representaria “um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido político próprio dos trabalhadores”¹⁴⁴.

O debate da DS neste texto também destacava que “os processos vitoriosos de construção de partidos revolucionários sempre souberam levar em conta as particularidades nacionais” e como a vanguarda destes se mobilizou de forma específica. Desse modo, a construção de um partido revolucionário não seria uniforme, determinada e passaria, assim, por “processos diferenciados (e complexos) de recomposição da vanguarda”, não sendo isto contraditório com “a necessidade de um processo persistente, rigoroso e acumulativo de formação de quadros marxistas e consagrados integralmente à revolução”¹⁴⁵.

No geral, mais do que uma grande nova formulação, os pressupostos do qual partia o grupo trotskista para identificar sua perspectiva de partido revolucionário era bastante coerente com seu acúmulo interno sobre o tema, desde sua fundação à redação do texto debatido aqui. No entanto, no que tange a análise sobre o que a DS compreendia como “recomposição no interior do PT”, muito houve o que acrescentar ao documento para o debate interno de seu autor coletivo.

¹⁴³ A CONSTRUÇÃO do PT como partido revolucionário. Documento interno do CC da DS. 1987. p. 1

¹⁴⁴ Idem, p. 4.

¹⁴⁵ Idem, p. 6.

Os trotskistas estavam convencidos de que estaria em curso “um amplo processo de mudanças nas posições dos vários setores” do PT naquele momento, e que o mesmo seria motivado por diversos fatores, dentre estes: o reforço do partido como principal agrupamento de esquerda do país, a radicalização da ampla vanguarda operária e popular e “uma reflexão do conjunto da militância sobre as perspectivas e tarefas da construção de um partido revolucionário”. Apontavam para a crise do PCB e PCdoB e, centralmente, a evolução do núcleo dirigente partidário, a partir da formação de uma tendência interna intitulada “a Corrente”, como razões chave para concluir tal avaliação.

A fundação do grupo “a Corrente” tinha significado uma redução da antiga “Articulação dos 113” e tornado “um agrupamento mais politicamente definido”. Agora formado mais concentradamente em torno de Lula, os sindicalistas, marxistas castristas e alguns setores da Igreja, o grupo não contava com mais expoentes importantes como Francisco Weffort, os deputados Eduardo Jorge e Roberto Gouveia¹⁴⁶, além um setor liderado por João Alfredo, no Ceará, e setores da Igreja mais moderados, como Plínio Arruda Sampaio e Waldemar Rossi¹⁴⁷.

As críticas da organização trotskista ao novo grupo dirigente petista passavam por considerar que este não tinha forma clara, delimitado por três fatores: a dificuldade de funcionar com base no centralismo democrático, a necessidade de manter uma maioria estável no partido e a intensa luta interna em seu interior.

Na defesa de seu “programa democrático e popular”, principal texto programático aprovado pelo V ENPT, “a Corrente” se aproximaria da perspectiva de “governo operário popular” e do “programa de transição” da IV Internacional. No entanto, a ausência do “operário” na nomenclatura era para a DS uma sinalização do grupo dirigente petista para as camadas médias, em detrimento da auto-organização da classe trabalhadora¹⁴⁸.

A falta da compreensão sobre a questão da democracia operária era apontada pela DS como a maior limitação da Corrente. Como consequência disto, o grupo ainda consideraria a URSS e demais países que os trotskistas consideravam Estados Operários

¹⁴⁶ Os deputados citados formaram um grupo próprio à esquerda dos “113” e da “Corrente” denominando-se “Poder popular e socialismo” no V ENPT. Idem, p.6

¹⁴⁷ Idem, p.6.

¹⁴⁸ Idem, p. 8.

burocratizados como ainda socialistas em 1987. Outra consequência era a dificuldade com a democracia interna e a pluralidade de posições internas ao PT.

Mas mesmo com as críticas acima, a DS concluía sua avaliação geral sobre a “Corrente” como um grupo defensor de que o PT deveria ser um partido revolucionário e muito mais alinhado com o marxismo do que os 113. Atribuía isto tanto à percepção de defesas internas do grupo, como a solidariedade do mesmo a processos revolucionários na América Latina, a exemplo da Nicarágua.

Para a DS, o setor majoritário do partido estava adotando, assim, “um projeto de construção de um partido revolucionário”, apesar da enorme pressão eleitoralista no partido e de seu funcionamento interno débil. Por isso, a etapa mais relevante a ser alcançada era a promoção de uma integração efetiva entre os setores revolucionários, que incluía a ex-Articulação na direção partidária¹⁴⁹.

Ao final do documento, a esperança na direção revolucionária do partido dos trotskistas era tamanha que eles defendiam para sua base que “a Corrente” deveria ser o eixo da direção política petista, e que até mesmo o esforço de fusões com setores revolucionários contra a direção majoritária estaria suspenso por ora, em detrimento da tática de “grande fusão” que era a “consolidação do PT como partido revolucionário”¹⁵⁰.

Pouco tempo depois, para infelicidade da direção do grupo trotskista, se sucedeu um período de novas recomposições internas, após as eleições de 1989, que iria significar o abandono forçado das orientações elaboradas pelo “A construção do PT como partido revolucionário”, para uma tática mais beligerante de um período, de certa forma, trágico para os trotskistas petistas.

3. 8 O Alicerce e a LIT

Os primeiros anos de intervenção da Convergência Socialista no Partido dos Trabalhadores foram marcados pela existência de um partido dentro de outro partido. O verdadeiro partido para os trotskistas era a CS, enquanto o PT era uma frente de vários

¹⁴⁹ Idem, p. 20.

¹⁵⁰ Idem, p. 24.

partidos, grupos, organizações sem a devida coesão para ser caracterizado como um partido só. Tal situação gerava bastante desconforto para um agrupamento que havia passado alguns anos na década de 1970 lutando para formar um partido revolucionário, independente, centralizado e politicamente bem definido.

Após breve período de um ambíguo investimento na disputa interna no partido operário, a Convergência rompe com o bloco com o OSI, grupo que passaria a apostar de maneira mais decidida na construção do PT, diferenciando-se da política de fração da CS. Ironicamente, a própria formação inicial do bloco OSI-CS vem de uma política pautada pelo seu campo internacional, o Comitê Paritário, que em 1980, centralizou a OSI a ingressar no partido de massas brasileiro¹⁵¹.

Desde a formação da Liga Operária, o que viria a ser o núcleo dirigente da Convergência tem forte relação com o PST da Argentina, grupo ligado ao dirigente internacional Nahuel Moreno. Desde a década de 1960, Moreno é bastante crítico à linha majoritária da IV Internacional e formava, nesse primeiro contato com os brasileiros exilados fundadores da Liga, a Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado. Ainda na década de 1970, Moreno compõe a Fração Bolchevique internacional e, em seguida, o Comitê Paritário, composto por outra fração da IV, a OSI, liderada por Pierre Lambert. Seus respectivos seguidores, além de trotskistas, também ficaram conhecidos como, respectivamente, morenistas e lambertistas (DA SILVA, p. 184).

A formação do Comitê Paritário se deu por iniciativa de Moreno e da Fração Bolchevique após sua ruptura definitiva com o SU, ocorrida em 1979. Este processo foi resultado da divisão na atuação dos dois grupos internacionais (SU e FB) com relação à questão da Revolução da Nicarágua. Segundo os morenistas, o SU teria se alinhado ao Governo de Reconstrução Nacional legitimando a repressão à Brigada Simón Bolívar, que era composta por militantes ligados à fração morenista. Pela resposta pública e imediata contrária à direção majoritária da IV Internacional feita pela FB, a relação se tornou insustentável e este grupo buscou a formação de uma nova organização internacional, que não deixasse “por um minuto o trotskismo sem uma direção internacional” (LIT, 2012, p. 103). Os lambertistas se solidarizaram com a Brigada nicaraguense morenista e logo

¹⁵¹ BALANÇO DA trajetória da CLTB. Documento interno do CLTB, 1982. p. 6

estabeleceram a fugaz relação internacional com a FB, formando o CP, em dezembro de 1980 (Idem, p.108).

Esta fusão internacional teve breve duração. No ano de 1980, a partir de experiências em alguns países, como Argentina, Portugal, Costa Rica e, especialmente Peru, os morenistas tiraram conclusões importantes sobre como deveria ser a sua organização internacional.

O partido peruano enfrentou uma grave crise interna, que foi tratada pela FB como o fim de sua relação com o “movimentismo”. O grupo peruano era pouco orgânico, desorganizado, sem um controle efetivo do número de membros, com um desequilíbrio evidente entre seus militantes profissionalizados e os não profissionalizados. Isto que levou os mesmos a fugirem bastante da perspectiva de uma organização revolucionária centralizada.

A FB reestruturou sua seção nacional no Peru com forte preocupação em manter todos os seus militantes vinculados ao mundo do trabalho ou como estudantes. No caso dos militantes liberados, deveriam ter uma situação absolutamente regular, fruto de rigorosa cotização e disciplina coletiva. Tais resoluções convergiam para o importante acúmulo da organização internacional, que defendia que o “eixo de trabalho permanente, de toda a vida, é o proletariado industrial” (Idem, p. 106).

Os morenistas polemizaram com os lambertistas nas questões levantadas acima. Também defendiam um grupo orgânico e centralizado, mas ainda eram mais rigorosos que os morenistas, o que era visto pela FB como “um perigo, e uma fonte de pequeno-aburguesamento e burocratismo”. No segundo ponto, os morenistas afirmavam que os lambertistas não se preocupavam com uma situação de vida estável dos militantes, ou pelo menos não de maneira séria como os morenistas (Idem, p. 105-6).

A articulação nacional entre os dois setores trotskistas durou menos de um ano. Sua implosão remete à atuação da seção nacional francesa, dirigida por Lambert, que em 1981 apoiou o governo, considerado imperialista pelos morenistas, François Mitterrand. Visto como uma capitulação e um enorme oportunismo, o apoio ao governo francês de uma seção trotskista fortaleceu ainda mais a ideia de uma organização internacional centralizada. Nesse sentido, em janeiro de 1982 os morenistas formavam sua organização internacional, intitulada de Liga Internacionalista dos Trabalhadores (LIT). Com base no centralismo

democrático, o grupo teria como questão central a importância de construção disciplinada e rigorosa em seus países, a fundação da LIT conformou um setor que negava a identidade trotskista aos seus adversários internacionais SU e Lambert.

A partir de um modelo bastante orgânico de organização internacional, a LIT influenciou diretamente a linha política nacional da CS que, curiosamente neste período, apontava para um giro estudantil de sua militância local. Em combate aos “capituladores e oportunistas que se reivindicam do movimento trotskista”, os morenistas citavam nas resoluções da fundação de seu grupo internacional, uma particular preocupação com o SU no Brasil, pela sua capitulação a setores burocratizados do proletariado industrial, engajados na direção do Partido dos Trabalhadores.

Ainda na construção da Liga Operária, os morenistas atuavam no movimento estudantil a partir da “Tendência Alicerce”. Muito concentrados na capital paulista quando ecoam as primeiras greves do ABC, em 1977 e 1978, o enorme impacto na juventude comoveu o grupo estudantil a fazer atos de solidariedade aos grevistas operários. Segundo um de seus ex-membros, Henrique Carneiro, ações como a paralisação de escolas, atos em frente à Câmara Municipal de São Paulo foram exemplos da manifestação de solidariedade dos estudantes liderados pelo Alicerce¹⁵².

Em seguida, o Alicerce passou a lutar por pautas dos alunos, combatendo os preços abusivos de colégios particulares e o autoritarismo das diretorias das escolas. Em 1980, o grupo participou da articulação pela União Municipal de Estudantes Secundaristas. Quando a UMES é reorganizada e elegeu Henrique como presidente da entidade, numa eleição direta naquela ocasião, com participação de 20 mil estudantes. No ano seguinte, o mesmo Henrique foi eleito presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas, que teve 60 mil estudantes participantes¹⁵³.

A tendência Alicerce esteve também na formação da Convergência Socialista. Em 1979, com as prisões ligadas à formação do partido socialista proposto, a juventude organiza um grupo que dá apoio aos presos que faziam greve de fome, realizando uma greve de fome externa na PUC, onde ficaram onze dias.

¹⁵² Entrevista Henrique Carneiro.

¹⁵³ Idem.

Segundo Henrique Carneiro, o Alicerce representou o despertar de uma nova geração de ativistas sem nunca ter tido uma grande onda de lutas de massas. O movimento secundarista, no qual o grupo juvenil se focou, teria sido muito mais um movimento molecular, atomizado, que se refletiu numa realidade muito opressora no interior das escolas, que levou a explosões em diferentes escolas do Brasil (alguns chegaram a ocupar, fazer greve, onde existia, em geral, invasão da polícia militar), mas nunca uma espécie de greve geral dos estudantes secundaristas. Afirma ainda que:

A gente sempre trabalhou para tentar criar o que chamávamos de “a primeira onda”. Elas se mantiveram num campo molecular que foi no próprio direito de auto-representação. Ter conquistado espaço foi a maior luta do movimento secundarista, que o movimento existisse nas escolas.¹⁵⁴

Em 1981 o grupo passaria a atuar conjuntamente com o grupo Liberdade e Luta, dirigido pelos lambertistas da OSI, que foram o “Alicerce e Luta”. Esta experiência foi consagrada numa chapa vitoriosa da União Paulista de Estudantes Secundaristas que elege novamente pela CS Henrique Carneiro. Neste período, esta aliança também convergia para um momento de forte aposta de intervenção da CS na disputa interna do PT, especialmente através de seu bloco com a OSI.

Na conjuntura de aliança entre CS e OSI, o forte trabalho político dos dois grupos no movimento secundarista levou a tratar o Alicerce como tática prioritária de atuação do bloco trotskista. Segundo Carneiro, a direção dos morenistas na época apostava na hipótese de que fosse surgir um levante nacional secundarista. Mesmo que o levante não tenha chegado a ocorrer, a radicalização em torno das liberdades democráticas no interior das próprias escolas para a realização das eleições acabou por ser “um despertar para a luta de uma geração inteira”¹⁵⁵.

Portanto, mesmo que a maior aposta da CS não tenha se confirmado sobre a política do Alicerce, tal proposta rendeu à organização a formação de dezenas, senão centenas de quadros. Portanto, mesmo sem haver uma luta social de massas, havia uma efervescência bem grande no setor.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

Fora isso, o Comitê Paritário, mais precisamente sua seção argentina, o PST, partido de Moreno, foi responsável por uma injeção de ânimo no investimento no movimento secundarista, em virtude do sucesso desta aposta em seu país. Isto foi expresso pela vinda de quadros de juventude e dirigentes argentinos, como Pedro Fuentes, que teriam ficado muito impactados com o sucesso da intervenção brasileira secundarista. Defendiam uma “inserção privilegiada num setor dinâmico e correspondia a uma nova vanguarda”¹⁵⁶.

O ápice político da tática prioritária Alicerce dentro da CS se deu nas eleições de 1982, quando a mesma lançou seu principal quadro público do movimento secundarista à candidatura para deputado federal em SP. O então presidente eleito da UPES, Henrique Carneiro elucidava numa campanha política a aliança operário-estudantil, e debates contraculturais e identitários, como o combate à homofobia e a defesa do movimento negro¹⁵⁷.

Paralelo à evolução do Alicerce e Luta, uma polêmica começou a ser acumulada no bloco OSI-CS com relação à construção do PT e a caracterização de seu núcleo dirigente. De um lado a CS conclui que o setor sindical liderado por Lula não tinha uma política classista, sendo apenas uma burocracia acima da classe operária, enquanto os lambertistas viam o mesmo setor como sendo uma representação honesta do movimento sindical¹⁵⁸. Esta polêmica leva ao fim do bloco trotskista e uma reavaliação geral da atuação da CS no PT.

Ao avaliar que Lula e seu grupo eram nada além de burocratas, a CS passaria a apostar menos na construção do PT, o que também influenciou negativamente sua aposta na construção do movimento operário entre os anos de 1980 e 1983.

Segundo Henrique Carneiro, no período de maior fortalecimento do Alicerce como tática prioritária, houve uma reação da patronal e da própria ditadura às greves, que conseguiu colocar a direção lulista numa via de entendimento. Hoje historiador, ele relembra fatos como a ida de Lula para negociar secretamente com o Ministro Macedo em Atibaia, ficando todo este período fora da atividade sindical, concluindo que seu núcleo de direção sindical adotara a tática de deter o ascenso sem que ele fosse derrotado.

A partir de um balanço negativo sobre a greve do ABC de 1980, os trotskistas avaliaram depois que esta mobilização marcou o fim de um “período de grandes greves”. Ela teria sido, logo, “uma tentativa desesperada e heroica da vanguarda do MM

¹⁵⁶ Entrevista Henrique Carneiro.

¹⁵⁷ Entrevista Henrique Carneiro.

¹⁵⁸ Idem.

(movimento dos metalúrgicos) por mudar o curso da luta de classes”¹⁵⁹. A falha da direção sindical neste momento já teria sido para os trotskistas a falta de uma proposta de central sindical e greve geral:

Ao não ter uma estratégia da greve geral e da CUT, também nós não respondemos corretamente ao ascenso. Em 1979, nós perdemos de imediato a greve, sem responder à necessidade de unificação das lutas e à organização estadual e nacional dos trabalhadores. Em 1980, ao não entender a situação geral, apoiamos o lançamento da greve, apesar de não ter perspectiva e, depois, não nos preocupamos com a questão básica de sua extensão.¹⁶⁰

A CS apontava que a derrota do movimento sindical era acompanhada de um novo “ciclo de grandes lutas” proporcionado pela situação mundial de crise capitalista e o fim do milagre econômico brasileiro, que ampliava a miséria e o desemprego. Em tal contexto, a direção dos metalúrgicos teria sido um colaborador do governo de transição democrática por controlar “o ascenso que se dirigia no sentido de sua derrubada”¹⁶¹.

Curiosa era a avaliação sobre o PT, bastante divergentes de outros grupos, como a DS. Os morenistas admitiam que depois das lutas do ABC, milhares de novos ativistas formavam uma vanguarda e tinham grande disposição de se organizar, mas apontavam que o partido operário comandado por Lula tinha envolvido apenas uma minoria destes lutadores, configurando-se num partido de vanguarda, apenas.

Alternativo ao projeto político petista, o Alicerce buscava num nível superestrutural a defesa da CUT e em sua construção de base o apoio a greves isoladas e esparsas. Portanto, a análise de conjuntura dos morenistas nos anos pós-ascenso do ABC até o lançamento da nova central sindical passava pela persistência em jogar peso na organização dos trabalhadores e sindical. A aposta no movimento secundarista não abalou esta perspectiva, porém tratou-a de forma mais ampla, não focada mais nos metalúrgicos e no PT.

¹⁵⁹ DOCUMENTO NACIONAL CS. Documento interno da CS. 1982. p. 3

¹⁶⁰ Idem, ibidem.

¹⁶¹ Idem, p. 4.

Segundo Ozai da Silva, a CS caracterizava a transição democrática no Brasil como uma revolução do fevereiro russo de 1917, não entendendo o processo como uma continuidade política, mas sim uma vitória das mobilizações populares. O momento era para eles de “crise revolucionária” e, com o ascenso dos explorados, a tática prioritária deixava de ser apenas a luta pelas liberdades democráticas para um enfrentamento global a burguesia nacional. Organizar, portanto, as lutas sindicais e a construção da CUT como prioridade era o encaminhamento coerente com essa visão sobre a conjuntura. Para o PT, a proposta da Convergência nos primeiros anos do partido operário foi para que o mesmo tivesse um papel dirigente neste processo de mobilizações de massas, sendo o principal opositor à ditadura militar, assim como à futura “nova república” (DA SILVA, p. 188).

3. 9 Alicerce e a Convergência

Por um breve período, cerca de um ano, a tática prioritária do Alicerce levou a *Convergência Socialista* a se chamar publicamente de *Alicerce da Juventude Socialista*, consagrando o desenvolvimento político notável no movimento estudantil secundarista. A juventude passou a ser majoritária na organização e a mudança de nome mostrava uma ambição de se constituir como organização nacional desses militantes. AJS tem posição mais crítica à direção do PT, já apontando que o mesmo seguia um caminho de conciliação com a burguesia. Pensando dessa maneira, eles tinham uma preocupação com a autonomia das frações sindicais petistas, defendendo que a ligação partidária não determinasse uma aliança sindical. Além disso, queriam um partido mais de base, ou seja, que as direções tivessem uma preocupação maior na construção de núcleos e dessem maior poder interno a essas instâncias (DA SILVA, p. 188).

Segundo Henrique Carneiro, falar de partido nos anos em que o Alicerce foi a tática prioritária dos morenistas, era falar da CS. O PT era visto como uma frente, não como construção estratégica. No profundo esforço de formação política feita pelo grupo de juventude, o PT era defendido como uma ferramenta importante, mas nunca como algo acima da luta social.

Com base num balanço sobre as greves do ABC, documentos de formação do Alicerce diziam que “os trabalhadores foram aprendendo que as suas lutas iam além dos limites de suas fábricas e de enfrentamento com os seus patrões individuais”. Das lutas sindicais, foi formada uma vanguarda, que reconhecia a necessidade do avanço da organização sindical para a organização política. A partir deste raciocínio, apontava que o PT era a expressão máxima do processo de independência de classe¹⁶².

No entanto, internamente sua caracterização do partido permanecia bastante dura e negativa. Ao mesmo tempo em que percebiam na radicalização da juventude que priorizam disputar para sua organização uma referência no PT como partido “mais à esquerda que os outros”, apontavam que esta vanguarda juvenil não tinha vínculos com o mesmo, principalmente porque o próprio partido operário não teria uma “política de intervenção na luta de classes, nos conflitos concretos” e seria incapaz de organizar esta vanguarda com referência nele¹⁶³.

No plano partidário, o objetivo da prioridade na construção do Alicerce era retomar a ideia de um partido revolucionário gestado pela experiência da Convergência Socialista. Em 1983, é possível afirmar pela análise de alguns documentos internos do grupo (e até mesmo voltados para a formação política de base de sua colateral de juventude), que era isso que a CS planejava naquele momento.

No documento utilizado para uma de suas formações políticas, intitulado “O que é o socialismo e como chegar a ele?”, o Alicerce menciona o PT como “o partido legal que defende a necessidade de organização independente dos trabalhadores”, no qual a Convergência Socialista integraria sua ala de “revolucionários socialistas, trotskistas” desta legenda¹⁶⁴.

Apesar de ainda haver um resquício de ambiguidade no estabelecimento desta relação política, o Alicerce deixava claro por este trecho que seu partido era a CS:

Numa primeira divisão se verá que os partidos burgueses ou patronais são aqueles que defendem o sistema capitalista, a propriedade privada dos meios de produção, e os partidos de esquerda são aqueles que lutam pela

¹⁶² CLICO de estudos: Alicerce. No 1. 1983. p. 8-9

¹⁶³ COMPLEMENTO ao documento de balanço. Documento Interno da CS. 1983. p. 2.

¹⁶⁴ O QUE é socialismo e como chegar nele? Documento de formação do Alicerce da Juventude Socialista. 1983. p. 7.

sua extinção. No Brasil, hoje em dia, existem como partidos patronais o PDS, o PTB, o PMDB, e o PDT, mas já existiram o PSD, UDN, o PDC, etc. Na esquerda estariam: o PT (até aqui todos na legalidade), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), nossa própria organização Convergência Socialista e algumas organizações, com pouco peso no movimento.¹⁶⁵

Na formação política do Alicerce, uma boa parte do tempo era dedicada à discussão sindical, focando na diferenciação dentro do movimento operário entre burocracia e sua base:

É muito comum que se tenda a comparar a burocracia sindical, os pelegos, com a ideologia burguesa e ataca-los como se fossem um setor patronal. Nós opinamos que o fenômeno da pelegagem é fundamentalmente econômico-social e não ideológico. Não são pelegos porque compartilham determinada ideologia ou determinado programa com a burguesia, senão porque constituem uma casta economicamente privilegiada dentro do movimento operário, são os parasitas dos trabalhadores, que desfrutam do próprio movimento operário, com bonitas secretarias, carros último tipo, etc.¹⁶⁶

Por fim, o documento defendia a necessidade da construção de um partido revolucionário que estimularia a mobilização permanente em direção à revolução com as seguintes características:

Em escala nacional e internacional levantará um programa de transição de mobilização permanente das massas. Seu objetivo é a tomada do poder pela classe operária e esta tomada de poder será uma razão fundamental para acelerar a mobilização revolucionária não só a nível nacional, senão internacional. (...) Este partido só poderá se construir ao se basear no mais profundo internacionalismo.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Idem, p. 6.

¹⁶⁶ Idem, p. 8.

¹⁶⁷ Idem, p. 10.

O partido revolucionário desejado pelo Alicerce era explicitamente um projeto em torno da Convergência, atribuindo a este grupo as características mencionadas acima.

Uma avaliação política era acumulada na CS quando a mesma apostou todas as suas fichas na construção do Alicerce. Tratando o grupo de juventude como “parte de um fenômeno mundial”, atribuía à conjuntura do início dos anos 1980 uma “gigantesca crise econômica mundial” associada a uma “crise crônica, convulsiva, e de todos os aparatos”. Com esta conjuntura, concluía que o estalinismo, a social-democracia, os partidos nacionalistas burgueses também entravam em colapso no período, o que abriria “imensas possibilidades para o trotskismo”.¹⁶⁸

Ainda durante o ano de 1983, a busca de uma alternativa trotskista de atuação política passaria pela capitalização de “um setor da vanguarda juvenil”. No entanto, em 21 de julho daquele ano, um novo fato político no país iniciaria um processo de reavaliação da tática da Convergência para sua construção: a greve geral.

3. 10 CUT e Diretas

Ainda no início de 1983, quando a proposta do Alicerce era tida como o principal eixo de intervenção da Convergência, seu Comitê Central atentava para o apelo da campanha pró-CUT percebido nas zonais do grupo Alicerce. Em resposta a isso já se pensava a construção de atos de solidariedade e apoio ao movimento dos trabalhadores no sentido de impulsionar a defesa de uma nova central sindical¹⁶⁹.

No final do ano um documento nacional do Alicerce da Juventude Socialista fazia um balanço entusiasmado com os acontecimentos político-sociais no país daquele ano, em especial o “ensaio de greve geral” de 21 de julho, uma mobilização com alcance de mais de um milhão de trabalhadores, com foco em São Paulo, mas de disseminação nacional:

O ensaio da greve gerado no dia 21 de julho mostrou a mudança da etapa da luta de classes. Passamos de uma etapa não-revolucionária para uma pré-revolucionária. O impacto do ascenso sobre a maior crise econômica e

¹⁶⁸ ALICERCE é parte de um fenômeno mundial. 1983. p. 6.

¹⁶⁹ CIRCULAR nacional. Documento interno da CS. Janeiro de 1983. p. 4

política que a ditadura já viveu, provocou uma alteração na correlação de forças entre as classes, a favor do proletariado. Existe uma rota de colisão entre o ascenso e a ditadura em crise, apesar de todos os bloqueios dos aparatos. Assim a mudança de etapa marca também a perspectiva de derrubada da ditadura.¹⁷⁰

O próprio documento do Alicerce citado compreendia a etapa “não-revolucionária” como “períodos de estabilidade, nos quais a dominação burguesa é exercida sem grande crises ou violências”, enquanto o fase “pré-revolucionária” consistia numa situação de “crise e confusão da classe dominante, radicalização da pequena burguesia e disposição revolucionária do proletariado”¹⁷¹.

O primeiro aspecto da situação pre-revolucionária citado, a crise da burguesia, era identificado fundamentalmente pela CS através da crise do regime ditatorial militar e a crise econômico-financeira. A burguesia estaria para os trotskistas dividida em três blocos: o primeiro, majoritário, formado por banqueiros e parte da burguesia agrária, buscava uma candidatura de “consenso” das elites (situação e oposição), a defesa da renegociação da dívida externa e acenava com possíveis eleições diretas; o segundo setor, mais reacionário, liderado por Paulo Maluf e o setor da construção civil, era aliado mais forte do imperialismo e “saudosos dos tempos repressivos”; o terceiro setor burguês, ligado à oposição e liderado por Teotônio Vilela, defendia moratória unilateral da dívida e eleições diretas¹⁷².

A chamada radicalização da pequena burguesia se deu num processo contraditório. Em abril de 1983, houve uma imensa onda de saques de massas de desempregados (principalmente em São Paulo) que geraram repúdio da classe média urbana e, posteriormente, até uma simpatia pelo movimento. Os impactos da crise econômica atingiram o nível de vida deste setor social, empurrando-a para a esquerda, em especial as categorias dos professores e bancários, que puxaram importantes greves também naquele ano¹⁷³.

¹⁷⁰ DOCUMENTO nacional. Alicerce da Juventude Socialista. Outubro de 1983. p. 3

¹⁷¹ Idem, p. 4

¹⁷² Idem, p. 6

¹⁷³ Idem, p. 5.

A vontade revolucionária do proletariado era aferida pela CS a partir da greve geral de julho e pela fundação da Central Única dos Trabalhadores no mesmo período, levando à conclusão do grupo trotskista que o regime estaria enfraquecido naquele momento histórico. Neste cenário, além de apontar as bandeiras “Fora Figueredo, Fora Delfim”¹⁷⁴, a agitação do grupo revolucionário sugeria um novo apontamento político sobre o movimento sindical: a construção e disputa da CUT como nova prioridade.

O giro para o movimento operário foi operado pela direção da Convergência por etapas. Num primeiro momento, apontou para uma aproximação política, para a “aliança operário-estudantil” em apoio à greve geral e à construção da central. Orientando que seu jornal tivesse como foco a disputa da vanguarda operária pró-CUT, o grupo revolucionário expressava sua política de propaganda.

Em 1984, o cenário político nacional mudou e passou a ser visto pela CS como um momento ainda mais avançado na luta de classes, em favor dos trabalhadores, do que o ano anterior. O elemento novo era a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, um movimento de massas ainda mais amplo que a greve geral de 1983, e com contornos mais políticos, pois era centrado no debate de regime e de formas de poder, além de elucidar a enorme deslegitimação popular da ditadura.

Já no início de 1984 tinha ocorrido um imenso comício pelas Diretas Já! na praça da Sé, em São Paulo, reunindo cerca de 500 mil manifestantes. Era, desde então, tratado pelos trotskistas como “uma campanha de massas não só pelo número de pessoas mobilizadas, mas pela repercussão desta palavra de ordem entre a população”, propiciando “imensas possibilidades de diálogo com companheiros de trabalho, com vizinhos, parentes, amigos, etc.”.

Em abril, quando seria votada a emenda parlamentar que aprovava o voto direto da população para as eleições presidenciais nacionais, ocorreu o maior comício da campanha levando um milhão de pessoas para o centro do Rio de Janeiro. Posterior a isso, a proposta de diretas foi derrotada no congresso pela proposta de votação no colégio eleitoral, ou seja, de maneira indireta por parlamentares eleitos para tal, como de fato ocorreu na história do Brasil e elegeu Tancredo Neves.

¹⁷⁴ Respectivamente o Presidente e o Ministro da Economia naquele ano.

A situação histórica da campanha das Diretas foi encarada pelo Alicerce como uma derrota dos trabalhadores, que foi de uma “situação revolucionária” a uma “derrota conjuntural” para a burguesia e o regime. Mesmo assim, reconheciam que no processo “os trabalhadores e o povo deram um salto colossal em sua consciência política”. Diante deste quadro um novo balanço da atuação dos morenistas foi aberto¹⁷⁵.

Em discussão com a seção argentina por troca de documentos das respectivas organizações nacionais, se chegou a um consenso na LIT que o período no Brasil recortado cronologicamente entre a greve geral de 1983 e o comício do Rio pelas diretas em 1984 se configurou da passagem de uma situação pre-revolucionária para uma situação revolucionária¹⁷⁶.

Uma questão, no entanto, provocou um debate importante na organização internacional e entre as seções argentina e brasileira. Os argentinos destacavam que, para ocorrer de fato uma situação revolucionária, de acordo com definição de Trotsky, era preciso, além dos três elementos levantados no debate interno do Alicerce (crise da burguesia, radicalização da pequena-burguesia e vontade revolucionária do proletariado), deveria se somar a estes o elemento da “existência de um forte partido marxista revolucionário” que fosse capaz de dirigir as massas e preparado para tomar o poder. Este último elemento é que, de fato, separaria a situação pré-revolucionária da revolucionária, segundo a leitura dos morenistas sobre Trotsky¹⁷⁷.

Por mais que a CS se considerasse um partido marxista revolucionário disposto a tomar o poder, nenhuma de suas análises apontava que seu fortalecimento pudesse alimentar a hipótese de que eles poderiam, em 1984, dirigir a revolução brasileira. A conclusão mais evidente da trajetória da organização trotskista para aquele momento foi de reconsiderar sua tática prioritária para, caso houvesse nova situação revolucionária, os mesmos pudessem se afirmar como direção do proletariado.

No sentido, portanto, de formar um forte partido revolucionário que encaminharia a Convergência para saída do PT em 1992. Antes disso, contudo, seus esforços pós-campanha das Diretas seria para se construir como o setor político com mais referência na classe operária do Brasil.

¹⁷⁵ HÁ COMENZADO la revolución brasileña?. Documento interno da LIT. maio de 1984. p.1

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

Já em maio de 1984, a Convergência Socialista, abandonando a tática prioritária do Alicerce, passava a seguinte orientação para sua base militante, publicando em seu boletim interno:

A partir deste número a parte da circular referente à Juventude virá em separado com orientações próprias que sejam discutidas nas reuniões de sedes dos secundaristas e preparadas pelas direções de sede do setor.¹⁷⁸

A juventude não seria mais o eixo, mas apenas mais um dos diversos setores de intervenção da organização. Entretanto, ao contrário do movimento secundarista paulista, que contava com a maioria da direção da própria Convergência via sua colateral de juventude, a CUT tinha uma direção que não era vista como revolucionária pelos trotskistas. Era o mesmo setor que detinha a direção política também do PT, a chamada burocracia sindical, setores da Igreja e a social-democracia.

A constatação de que não estaríamos no Brasil mais num período revolucionário e a similaridade entre a direção cutista e petista fez a Convergência recuar em seu plano estratégico de construção de um partido revolucionário para renovar uma tática de disputa interna da nova central e do partido operário¹⁷⁹.

3. 11 De volta ao PT

Com base nas redefinições ocorridas no VIII Congresso da Convergência, ocorrido em 1984, foi produzido pela sua direção o documento “Ala Socialista do PT e da CUT, tarefa inadiável”, ainda em maio daquele ano. Sua principal diretriz era corrigir “uma prática sectária em relação ao PT” e apontar para a construção de uma “ala socialista da CUT e do PT, para precisar a tática de fração pública”¹⁸⁰.

A nítida autocritica interna da corrente trotskista evidenciava-se na seguinte declaração:

¹⁷⁸ BOLETIM interno No. 20. Documento interno da CS. 23 de maio de 1984. p. 7

¹⁷⁹ BOLETIM interno No. 34. Documento interno da CS. 29 de agosto de 1984. p.1

¹⁸⁰ ALA SOCIALISTA do PT e da CUT, tarefa inadiável. Documento interno da CS. 14 de maio de 1984. p. 1

(...) o nosso distanciamento da vida interna do PT limitou a discussão ocorrida a uma política genérica. Hoje é necessário precisar nossas caracterizações em relação ao PT e concretizar as nossas táticas para viabilizar imediatamente nossa postura de ala socialista da CUT e do PT.¹⁸¹

O documento afirmava que o partido operário tinha ampliado sua influência política no país, a partir de uma nova etapa da luta de classes que culminou com a greve geral, a fundação da nova central e a grande campanha por Diretas. Nesse cenário, uma nova vanguarda teria despertado para a luta social e tomado o PT como sua principal referência política.

A CS apontava um problema fundamental daquela conjuntura: a direção não revolucionária dos 113 que, voltados para o lema “acumular para 86”, tentava encaixar “a política do PT na estratégia de reforçar seu peso eleitoral em 86”, vista como uma “estratégia de adaptação ao curso da oposição burguesa”, do antigo MDB e agora PDT, PMDB, etc.¹⁸²

A caracterização negativa dos 113 por parte dos morenistas era explicada pela “hegemonia da Igreja, submetendo o conjunto a uma orientação política clara”, no caso, “burocracia sindical, intelectuais, parlamentares e funcionários do aparato”. Ainda destacava o papel de “quadros oriundos da ALN, como José Dirceu, Frei Beto” e “a inclusão da OSI, após quase um ano de pedidos e demonstrações de servilidade”¹⁸³.

Além do desvio eleitoralista, a CS identificava que os 113 tinham dentro de seu projeto a intenção de centralizar o PT em torno de sua direção e afastar a esquerda do partido:

A centralização do PT obedece à necessidade de controle de um partido que surgiu com um nível de democracia interna muito superior a de qualquer outro partido legal, e para evitar que se levasse ao movimento de massa outra política que não a da direção. O afastamento da esquerda da

¹⁸¹ Idem, *ibidem*.

¹⁸² Idem, p. 2

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

direção obedece ao mesmo objetivo. A Igreja tem hoje uma campanha anticomunista permanente no interior do PT, contra as ‘tendências’, como sendo anti-petistas. Sistemáticamente buscam excluir a esquerda dos organismos de direção ou mesmo de chapas sindicais, com uma prática que chega ao nível de histeria, e muitas vezes com um comportamento burocrático similar ao stalinismo.¹⁸⁴

A Articulação, segundo a Convergência, tinha como objetivo reforçar-se nas eleições elegendo deputados, vereadores e prefeitos para afastar mais ainda a esquerda das decisões do partido. Para combater isto, identificam que o campo de disputa eram as “políticas concretas”. Exemplo disso é a atuação diferenciada do grupo nos movimentos sindical, estudantil e em suas propostas eleitorais. Segundo eles, a evolução da vanguarda petista, pela fraca organicidade do partido em comparação a sua influência política na sociedade, dava-se fora das instâncias e organismos petistas, e esta seria a principal arma contra a política e a direção dos 113.

Uma das arenas mais importantes da disputa partidária era, paradoxalmente, a central única. Considerando que a CUT teria sofrido “um processo de desgaste desde a fundação” por falta de ação concreta, a exemplo da suspensão de duas greves gerais no período, os trotskistas viam na mobilização da base sindical com referência na nova central uma tática de aproximação para seu campo essencial¹⁸⁵.

Era preciso para a CS também reorientar o que era tratado como esquerda do partido. Segundo eles, o campo seria “monopolizado pelo centrismo” e precisaria de uma definição mais clara de defesa do socialismo e de polarização e enfrentamento com os 113. Os grupos mapeados pelos morenistas no campo da esquerda partidária eram, naquele momento, o PRC, a ORM-DS (que eles chamavam apenas de “Em tempo”) e o PCBR. Falaremos dos dois primeiros¹⁸⁶.

O PRC era visto como um grupo com “bases sólidas para a manutenção do centrismo”, pois negavam o stalinismo e também o trotskismo, e tinham um “um conteúdo oportunista”, além de “apego aos aparatos que lhe dá um fisiologismo impressionista”.

¹⁸⁴ Idem, p. 3.

¹⁸⁵ Idem, p. 4.

¹⁸⁶ Idem, p. 5

Outra questão é que se tratava de um grupo não organizado apenas no PT, mas ainda no PMDB em alguns estados e com relações com o PCdoB¹⁸⁷.

O SU, ou Em tempo, era visto como um grupo adaptado ao “revisionismo”, mas que defendia políticas próximas da CS, como a greve geral, independência de classe e governo de trabalhadores, embora não levasse “a luta até o fim” por estas questões, em virtude de sua característica. O maior problema deste grupo é que agia a favor da “centralização do PT”¹⁸⁸.

A formação, portanto, da chamada “ala socialista” por parte da CS passava pela aliança com os setores da esquerda do partido citados acima, além de grupos regionais e pulverizados. O principal objetivo dos morenistas, contudo, não era a disputa por maioria do partido, isto não parecia estar colocado. O foco do grupo revolucionário era a disputa da “vanguarda petista” não organizada. Neste sentido, mesmo com os grupos de esquerda a relação era pouco estratégica, para não dizer utilitária, com base na caracterização de que não existia massificação do PT e estes grupos não entrariam para a Convergência¹⁸⁹.

O grande objetivo da proposta de aliança com setores à esquerda era o de retirar a CS do isolamento no partido operário. Só assim o grupo poderia operar sua política prioritária que era de atuar como fração pública, utilizando a referência do PT como forma de aproximação de novos militantes, animados e radicalizados pela nova conjuntura de lutas abertas pela greve geral e campanha das diretas, para sua organização. Esta orientação passava também por um “retorno” da CS a uma construção mais orgânica do PT.

Afora o sectarismo, pensamos que é necessário corrigir também uma parte desta tática para viabilizar a política de fração pública, a ala socialista do PT e da CUT. Sem participar de alguma forma de vida interna no PT não é possível ser parte dele.¹⁹⁰

Até mesmo, entretanto, uma proposta de participação mais ativa no partido operário via seus núcleos e diretórios passavam por combater o discurso do núcleo dirigente petista de que a CS seria “anti-PT”. Por isso, a organização trotskista orientou sua militância para

¹⁸⁷ Idem, ibidem.

¹⁸⁸ Idem, ibidem.

¹⁸⁹ Idem, p. 9

¹⁹⁰ Idem, p. 7

filiar-se ao partido integralmente, girar boa parte de sua militância para defesa de propostas de seu grupo nos espaços do PT, participar dos Encontros do partido formando alianças com a esquerda e até mesmo participar de diretórios como “ponto de apoio no interior” do partido¹⁹¹.

Portanto, não era exatamente um retorno tão promissor o construído pela CS ao Partido dos Trabalhadores, visto que a chamada “centralização” era um processo que o seus potenciais aliados não combatiam, embora defendessem que o partido mantivesse seu direito de tendências internas. Mesmo o PRC, alheio em 1984 a uma construção mais orgânica ao partido operário, mudou sua política em 1985, no seu segundo congresso, e alinhou-se com uma perspectiva mais próxima da DS, de disputa da direção para garantir a participação dos setores de esquerda.

A política de construção do PT aos moldes do aprovado no VIII Congresso da Convergência não teve longa duração. Em 1985 as dúvidas eram crescentes sobre o real potencial do partido operário diante da retomada na construção do PC, de fenômenos regionais como a ascensão no Rio de Janeiro de Brizola, do PDT, e a forte presença ainda das oposições burguesas tradicionais, como o PMDB¹⁹².

As dúvidas sobre a viabilidade das alianças com setores à esquerda do PT, especialmente a SU, eram constantes. Considerada internamente no grupo morenista uma “frente pequeno-burguesa”, o bloco tendia a romper com a referência de classe do partido. Isso se expressava até mesmo pelas propostas de candidaturas da DS, consideradas com nomes sem identidade direta com os operários.

(...) nós erramos por completo na tática. O PT não pode ser explicado sem a CUT, sem o ABC, sem a luta contra os pelegos, porque é parte desse processo e o mesmo está por cortar-se. Nós deveríamos ter levantado uma linha muito simples e clara: candidatos de classe. Operário vota em operário.¹⁹³

¹⁹¹ Idem, p. 7-8

¹⁹² CONVERSA com Zezé. Documento interno da CS. Julho de 1985. p.1

¹⁹³ Idem, p. 2

3. 12 Prefeituras

Nas eleições de 1985, 1988 e 1989, a *Convergência* vai se colocar dentro do PT de uma forma muito mais crítica à linha política geral de seu núcleo dirigente. Considerando que nas eleições de 1985 e 1988 a Nova República saía fortalecida, cenário que permitia um maior ataque do Governo Sarney à classe operária, via a linha petista nessas eleições como sendo de *desvirtuamento do caráter classista* e com um discurso mais “moderado”.

No balanço das eleições de 1985, a CS cobrava da maioria petista a mudança do perfil dos candidatos do partido, que seria menos de dirigentes sindicais e mais de representantes das classes médias. Defendiam como alternativa a essa proposta que 80% dos candidatos petistas fossem oriundos do movimento sindical ¹⁹⁴. Seguindo essa crítica, a corrente associava os candidatos intelectuais à descaracterização do programa petista, que “não mencionava os trabalhadores e sequer suas lutas contra os patrões”. ¹⁹⁵

Já no ano de 1988, a preocupação do grupo trotskista era com as anunciadas coligações com partidos “abertamente patronais”, como o PSB e o PDT. Em seu jornal *Convergência Socialista*, denunciavam essas possíveis coligações como alianças com a burguesia ¹⁹⁶. Outro elemento importante é que a atenção dada pelo jornal desta corrente ao debate interno petista era bem inferior às intervenções na CUT da corrente e suas análises sobre diversos aspectos da conjuntura nacional e mundial.

As vitórias eleitorais do PT em 1988 acenderam na CS uma expectativa de que tais gestões fossem, possivelmente, a serviço dos trabalhadores. Em especial o caso da capital paulista foi emblemático e destacamos a evolução de análises da organização trotskista publicadas no jornal *Convergência Socialista*, ao longo do primeiro ano de governo de Luiza Erundina e sua dura análise posterior a isso na disputa interna petista. O caso de repressão ao movimento popular de Diadema feito pela prefeitura do PT daquela cidade também é exemplar para reorientar a direção do grupo revolucionário.

Logo em janeiro de 1989, primeiro mês do governo eleito em 1988, ressaltava o aumento de ocupações urbanas feitas por movimentos de luta pela moradia na cidade, como demonstrativo de um novo cenário político, mais propício para a luta dos trabalhadores.

¹⁹⁴ AONDE vai o PT? *Convergência Socialista*, n. 66, p. 4. nov. 1985.

¹⁹⁵ AVANÇOS e retrocessos do PT. *Idem*, n. 68, p. 3. dez. 1985.

¹⁹⁶ COLIGAÇÕES: uma ameaça para o PT. *Idem*, n. 162, p. 5. Abr. 1988.

Otimista, o jornal da corrente exaltava que “a prefeita eleita declarou que entendia a ação dessas famílias”, referindo-se às ocupações, e defendeu a necessidade de reforma urbana como solução real do problema¹⁹⁷.

O plano de governo proposto pelos trotskistas passava pelo que alegavam ser o programa petista: a suspensão do pagamento de dívidas externas das prefeituras, que provocariam uma “guerra contra o governo federal”, mas contaria com uma “entusiástica mobilização dos trabalhadores dos municípios que governam” para sustentar essas medidas radicais¹⁹⁸.

Passados cem dias da prefeitura (e dos trinta e nove municípios que o PT governava naquele ano), a *Convergência* já se mostrava insatisfeita com a indefinição de Erundina sobre o pagamento da dívida externa. Diziam que a falta “destes gigantescos recursos, que são arrancados ao povo trabalhador pelos patrões e banqueiros nacionais e imperialistas”, tornaria impossível o contorno do “déficit habitacional, a situação desastrosa em que estão a saúde, educação e os transportes”. A pauta mais importante, no entanto, da organização marxista, era a defesa do governo pelos conselhos populares “com poder deliberativo”.¹⁹⁹

No balanço de seis meses, o tom já era de decepção com o governo paulistano. Diziam que a prefeitura não tinha melhorado “em nada as condições de vida dos milhões de trabalhadores e favelados habitantes da periferia paulistana”. Colocava como “tarefa urgente” a “mudança de rumos das administrações petistas” (em especial de Erundina). Admitiam que o momento atual do país, sofrendo de uma hiperinflação, obrigava essas gestões a defender todas as greves contra a fome, controlar os empresários e fortalecer os conselhos. Encerravam reforçando “que os governos petistas cumpram o programa com o qual foram eleitos”²⁰⁰.

A orientação que norteou os balanços da CS sobre as administrações municipais petistas foi também reproduzida na avaliação sobre os rumos do PT nacional de 1989. Desde os primeiros meses do ano que seria marcado pelas primeiras eleições diretas para presidência da República no país em décadas, eles acusavam a direção petista, liderada pela Articulação, de buscar um programa de “reformas dentro dos marcos do capitalismo”.

¹⁹⁷ PREFEITURAS do PT. Id. n. 195, p. 6. Jan. 1989.

¹⁹⁸ Id. Ibid.

¹⁹⁹ UM PRIMEIRO balanço. Id. n. 205, p. 4. Abr. 1989.

²⁰⁰ NÃO adianta tapar o sol com a peneira. Id. n. 218, p. 8. Ago. 1989.

Baseava essa posição confrontando uma proposta “democrática” da direção do partido contra uma “anticapitalista e antiimperialista”.

(...) Aqui não existe meio-termo: qualquer medida que implique na satisfação das reivindicações dos trabalhadores se choca imediatamente com toda burguesia nacional e internacional; a mobilização dos trabalhadores que imediatamente se dará para defendê-la obrigará o governo a cada vez mais ir além dos limites da propriedade privada, e assumir as medidas anticapitalistas. Se não o fizer, ele irá se chocar com os trabalhadores mobilizados.²⁰¹

No caso de Diadema, a ruptura da Convergência com a administração petista se deu ainda de forma mais dramática. A partir da solidariedade ao movimento popular do “Buraco da Gazuza”, que foi duramente reprimido pela administração municipal petista, traduzia-se na discussão interna do grupo trotskista como “um enfrentamento qualitativo da direção do PT com o movimento de massas”²⁰².

Em março de 1989, num documento interno da CS intitulado “O que pensa a Convergência Socialista sobre a situação política e os próximos encontros petistas” esta corrente coloca que o PT “apresentará os limites do capitalismo com o horizonte de consolidar a democracia” para as eleições presidenciais. Coerente a isso, a intervenção pública da CS apontava para uma clara oposição à Articulação, que se confirmou no 6º Encontro Nacional do PT, em junho de 1989. No balanço deste evento, denunciam a inexistência no programa aprovado de uma “reforma agrária radical”, assim como o não comprometimento com a “implantação imediata do salário mínimo do DIEESE”. Além disso, o mesmo documento ressalta que a Articulação teria cedido a pressões dos partidos da frente partidária eleitoral daquele ano, assim como as tendências consideradas de esquerda do partido, especialmente a Democracia Socialista e a Força Socialista, que apoiaram a Articulação neste encontro. O campo organizado pela CS defendia um

²⁰¹ QUE DIRETRIZES para a campanha de Lula. Id. n. 205, p. 3, abr. 1989.

²⁰² CIRCULAR Interna No. 32/89. Documento interno da CS. 05 de setembro de 1989. p. 2

programa “anticapitalista, antiimperialista, socialista, apoiado na democracia operária dos Conselhos Populares”.²⁰³

Desse período em diante, a Convergência Socialista se convence de que o embrião do Partido Revolucionário passava centralmente pela sua construção, possíveis fusões com outras organizações (tendências) socialistas petistas e frações sindicais. Esse caminho seria sem volta para esse grupo, que sairia do PT em 1992.

A postura ofensiva da tendência revolucionária passou a incomodar profundamente os principais dirigentes do partido. Nos anos anteriores, os conflitos internos não geraram reações piores do que sanções ou documentos críticos à postura da CS e de outras correntes consideradas fracionistas pela maioria petista. Em outubro de 1989, o *Boletim Nacional do PT* atacava a *Convergência* pelo seu apoio às greves dos trabalhadores contra as prefeituras de Porto Alegre e Diadema. O jornal do grupo trotskista destacava a declaração efusiva de José Dirceu: “Será inevitável que eles saiam ou sejam expulsos individualmente do PT, caso insistam em passar por cima das resoluções do partido”.²⁰⁴

3. 13 O início do fim

As experiências das prefeituras foram mais do que um elemento novo para a análise política das relações da Convergência Socialista com o PT, foram exemplos que lustraram uma análise de fundo acumulada ao longo da década de 1980 pela DS e CS sobre o núcleo dirigente do PT. A margem para interpretação e divergências sobre o que se pensar, a partir de uma base de pensamento trotskista, do grupo conhecido por 113, a Articulação e a Corrente, do início da década de 1990 em diante seria muito menor. Não por um acaso, este foi o momento de ruptura da Convergência e de mais nítida adaptação ao projeto petista da Democracia Socialista.

²⁰³ RETROCESSO político. Id. n. 214, p. 6, jun. 1989.

²⁰⁴ QUEM rompeu com o programa do PT? Id. n. 231, p. 8, out. 1989.

CAPITULO 4

Contra-hegemonia e fragmentação

4.1 PT e a ascensão da contra-hegemonia

O Partido dos Trabalhadores foi, pelas diversas referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, um partido com uma concentração considerável de grupos revolucionários brasileiros. Nenhuma aponta que o mesmo foi, de fato, um partido revolucionário ou mesmo, como defendia a DS em 1987, um partido revolucionário em construção.

Para o historiador Eurelino Coelho, no entanto, até 1989 o PT moveu e liderou a classe trabalhadora em torno de um projeto de “contra-hegemonia” ao Estado capitalista brasileiro. A base desta conclusão teórica se dá por entender que o projeto petista, assim como seu principal núcleo de direção teve uma relação com premissas dos grupos marxistas revolucionários para a construção de seu partido socialista.

A presença de alguns elementos e critérios importantes para definir o PT como projeto contra-hegemônico, também será decisivo para a afirmação de que tal projeto sobre uma crise na virada da década de 1990, devido ao abandono destes critérios e características.

Mesmo Coelho trata como “estranho” a inclusão da tendência da Articulação entre grupos que estariam no campo do marxismo e, portanto, atingidos diretamente por uma “crise do marxismo” que ocorreria concomitantemente ao abandono do PT de seu projeto contra-hegemônico. Mas, mesmo sendo o grupo responsável por diversas rejeições à inclusão “nos documentos programáticos do Partido dos Trabalhadores afirmações explícitas de filiação do partido ao marxismo” (COELHO, 2005, p. 34).

O contexto histórico é fundamental para compreender a tese de Coelho sobre o PT e seu núcleo político dirigente. Nele encontra-se a localização histórica do partido, do lado da classe trabalhadora na luta de classes brasileira:

(...) Nas lutas sociais daquele contexto atuam claramente dois contendores principais: setores da classe trabalhadora e representantes do capital. O caráter de classe das lutas é mais evidente no caso das greves, que foram momentos de enfrentamento direto entre patrões e empregados. Mas havia outros movimentos “explodindo” na mesma conjuntura. Assim como as greves não vieram do ar, também estes movimentos têm suas raízes plantadas ao longo dos anos 70, frequentemente associados a organizações da Igreja Católica. (Idem, p. 42)

Coelho argumenta que a “objetividade da sua condição de classe” fazia dos petistas uma ameaça inigualável para o poder capitalista burguês. As experiências de greves e diversas lutas sociais que foram apoiadas pelo novo partido operário, e muitas dirigidas pelo mesmo, seria essencial para formar milhares de novos sujeitos coletivos educados numa forma de fazer política alternativa, ao que era visto na política tradicional hegemônica.

A parte essencial do grupo dirigente do partido que veio a formar a Articulação (o grupo de sindicalistas em torno de Lula) foi também formado a partir das experiências de luta da classe trabalhadora e isso tem relação direta com a persistência do grupo na defesa da “independência da classe trabalhadora”, referencial de sua ação e discurso contra-hegemônico.

Se por um lado a ação motivada pelo PT no seio da classe trabalhadora, a partir das greves do ABC, posteriormente greves gerais, campanhas Diretas Já, e a fundações da CUT eram objetivamente confirmações práticas de enfrentamento de classes, o tema do socialismo não foi exatamente abandonado. E apesar de polemizar constantemente com “correntes de inspiração leninista”, seus discursos defendiam uma “sociedade justa, livre e igualitária” e uma “sociedade sem exploradores” como expressão de sua visão socialista (Idem, p. 62).

Para Coelho, portanto, o que credenciava a Articulação como campo dirigente de um projeto contra-hegemônico era sua capacidade de sustentar “o princípio da independência de classe” da seguinte forma:

Os três elementos do princípio da independência de classe encontram-se neste texto: a qualificação classista dos sujeitos políticos, o privilégio da democracia interna e a afirmação da independência de classe. O trabalhador é aquele a quem o discurso interpela, o partido é dele, mas aqui encontramos uma modulação diferente da fórmula “Partido sem padrão”: o partido está aberto *também* para os que aceitam seu programa. Não existe um PT verdadeiro que se coloca de um lado ou de outro desta polêmica em torno do slogan “Partido sem padrão”. Esta tensão é uma das manifestações do conjunto de relações políticas que constitui o próprio PT e, durante os primeiros anos, o próprio grupo hegemônico é atravessado por ela. (Idem, p. 66)

No entanto, a Articulação tinha em seu projeto uma preocupação assoberbada das questões da conjuntura nacional dos anos 1980. Considerava, por exemplo, que em 1988, a luta pela Constituinte não seria decisiva para a conquista do socialismo, mas enxergava que uma vitória na votação da nova Constituição brasileira “proporcionaria espaço para o acúmulo de forças, para lutar pela democratização radical da sociedade”. O grupo liderado por Lula entendia que ao “inscrever direitos como o direito de greve, enfim, para propor medidas que desde já ajudam a realizar a socialização da política”, se abriria espaço para que o PT demonstrasse em processos concretos “a natureza da crítica que fazemos ao capitalismo” e, assim, travariam publicamente o “debate ideológico com a burguesia” (Idem, p. 84).

A perspectiva da Articulação de “acúmulo de forças” era polêmica para a esquerda partidária. Estas divergências aparecem nas discussões do 5º. ENPT, “no delineamento do *projeto democrático e popular (PDP)*, que seria a base da elaboração do perfil da candidatura Lula”, além da “Resolução sobre as Tendências” que “tentava ordenar, segundo a ótica da Articulação, a convivência entre as forças políticas constitutivas do PT”.

A resolução política aprovada pela maioria continua apontando a burguesia como a classe ‘inimiga principal das mudanças e dos trabalhadores’, mas faz duas ressalvas: não estão no ‘campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais’ e

é preciso aproveitar ‘as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia’ através de alianças táticas ou pontuais. (Idem, p. 86)

Segundo Coelho, o PDP apontava para “acordos pontuais com a burguesia”, uma novidade na defesa política da Articulação naquele Encontro e que somente seria referendado pelas experiências de prefeituras a partir de 1989, influenciando também a linha política da campanha presidencial de Lula.

Além da aliança estratégica, a Articulação propunha uma política de alianças táticas com outras forças políticas na Constituinte, na luta sindical e popular, no parlamento e em eleições. O *projeto democrático e popular* e as resoluções sobre tendências e sobre a proporcionalidade tornaram-se objeto de intensa polêmica durante e após o Encontro. Algumas correntes de esquerda tinham formulações radicalmente contrárias à constituição de frentes populares, outras viram no documento uma reedição da teoria etapista da revolução, quase todas eram contrárias à possibilidade de alianças com partidos burgueses e todas criticavam as resoluções sobre proporcionalidade e sobre a regulamentação das tendências. Em abril de 1988 a Articulação realizou um Seminário Nacional em que uma das questões principais era a existência de ‘uma guerra no partido, contra a linha do 5º [ENPT]’ e, naturalmente, contra a Articulação que a sustenta e aplica. (Idem, p. 87)

Em meio a estas contradições, ainda assim Coelho tratou a mobilização em torno da campanha presidencial de Lula um processo exemplar do enfrentamento entre as classes sociais no país.

Uma porção poderosa da classe trabalhadora estava, mais uma vez, em movimento. Agora não mais, como dez anos antes, fragmentada em greves por categorias ou movimentos sociais específicos, mas unificada através de um projeto político que se expressava na candidatura Lula à presidência do país. Trabalhadores voltaram a encher as praças, aos milhares. Dessa vez, porém, não era para protestar ou para reivindicar direitos: tinham um projeto para o país, construído sobre a experiência

coletiva de fazer política com independência de classe, a experiência de elaborar um projeto de contra-hegemonia. Com esse projeto, desafiavam seriamente a direção política da burguesia sobre a sociedade. No segundo semestre de 1989 os trabalhadores lutavam pela hegemonia. Fizeram ecoar pelo país inteiro o seu lema: *sem medo de ser feliz*. (Idem, p. 91)

4.2 A crise da contra-hegemonia e o petismo autêntico

Segundo Eurelino Coelho, a Articulação teve “mudanças substantivas no seu projeto político” logo após a campanha presidencial de 1989 ao longo da década de 1990, tomando-se por uma nova atuação que a afastaria da “independência de classe” (Idem, p. 199). A análise deste “giro” na luta de classes do grupo dirigente petista é peça-chave para compreender porque houve também uma mudança na postura deste grupo com relação aos seus algozes internos, especialmente a Convergência Socialista.

O contexto mundial marcaria profundamente a vida dos principais quadros políticos do PT em 1989. Mesmo os menos adeptos das teses do “socialismo real” ficariam abalados com a queda do Muro de Berlim, em novembro. O advento da reunificação das cidades de Berlim Ocidental e Oriental foi explorado ao máximo pelas grandes mídias no mundo inteiro, assim como no Brasil.

A esquerda como um todo no país “se viu confrontada com a necessidade urgente de tomar posição frente à sequência vertiginosa daqueles eventos”. A Articulação aproximava-se de uma referência do marxismo muito associado ainda às experiências do Leste Europeu, como no caso dos castristas. O grupo se viu bastante órfão de uma proposta concreta, do presente, viva para lidar com suas utopias revolucionárias, considerando que os mesmos tinham estas utopias em suas consciências. Esta foi a porta de entrada para uma rejeição mais clara do socialismo interno ao PT e a maior intolerância deste pensamento e dos grupos que advogavam em defesa deste.

Num primeiro momento, houve pouco impacto objetivo na vida interna do partido a falência do bloco estalinista mundial. Na realização do 7º. ENPT “as posições da Articulação sobre a crise da URSS e dos países satélites pouco diferiam dos posicionamentos anteriores”, visto em outros encontros (Idem, p. 202-3).

Desde 1987, contudo, a ênfase na ideia de democracia sobre a ideia de socialismo era perceptível, segundo Coelho, nas teses do grupo dirigente petista. Criticando o “caráter autoritário do socialismo real”, ilustrado por elementos como a “concepção de partido único, o cerceamento da liberdade de expressão, o sufocamento das ‘organizações do que poderia vir a ser uma sociedade civil socialista’ e a ‘promíscua fusão Estado-partido’”, o grupo parecia já anunciar sua proposta de poder alternativo dos partidos comunistas tradicionais. Isto não evidencia seu abandono do socialismo, visto que a própria visão trotskista, por exemplo, também reproduz críticas parecidas.

Leon Trotsky, no entanto, assim como toda a oposição de esquerda internacional buscava separar a defesa da União Soviética do combate ao estalinismo. Neste sentido, atuava em defesa do Estado operário quando o mesmo estava ameaçado pela contrarrevolução, assim como se diferenciava da linha do Partido Comunista num dos seus principais pontos: a atuação dos comunistas no mundo com relação à ascensão fascista. (FRANK & BENSAID, 2010, p. 30)

A participação popular era colocada pela Articulação como algo contraditório ao socialismo real e favorável ao “socialismo petista” ou “socialismo democrático”. Por mais que, possivelmente, a defesa desta tese passava até mesmo por um avanço e melhor elaboração das ideias socialistas, a partir das críticas das oposições ao estalinismo dentro do campo socialista, tratou-se na trajetória do PT apenas de uma transição ideológica de seu grupo majoritário para seu desenlace definitivo com uma perspectiva revolucionária de tomada de poder.

Sobre o tema da economia, a diferenciação com todas as formas de socialismo parecia mais evidente desde antes da queda do Muro:

O fracasso econômico do socialismo real demonstraria os limites da concepção econômica que ‘confundia socialismo com estatismo’. Serviços elementares como ‘consertos domésticos, padarias, bares, táxis, etc.’, que ‘poderiam fluir com agilidade, leveza e eficiência sob gestão particular tornaram-se entravados e geradores de forte descontentamento popular’. Erros de planejamento, sobretudo na agricultura, e um modelo de industrialização incapaz de atender à demanda por bens de consumo

somaram-se a um problema mais profundo: a gestão burocrática e autoritária da economia. (COELHO, 2005, p. 205)

A partir desta análise crítica, a Articulação indagava as relações socialistas de produção como um todo.

Em 1990 em diante, contudo, a direção majoritária petista iria tratar a “democracia como um valor permanente”, de maneira bem mais entusiasmada do que em 1987, tratando-a como “valor estratégico” em contraposição ao “caráter autoritário do socialismo real”. Segundo Coelho, o texto de Francisco Weffort, *Por Que Democracia?* era retomado pela tese, que passou a enxergar a “democracia, concebida como ampla soma de direitos do cidadão no campo da participação e da representação política, não pode ser encarada como um valor burguês”, e sim como conquista do movimento operário. A “luta pela democracia assumiu ao longo da história um conteúdo universal, ao sair das mãos da burguesia para ser empunhado pelos trabalhadores”. (Idem, ibidem)

As posições anticomunistas iam ficar mais evidentes em 1991, num seminário preparatório do partido, em junho daquele ano, em que o grupo passa a ter grandes dificuldades em “firmar posição a respeito de temas como insurreição e ditadura do proletariado”, apresentando uma tendência à conciliação de posições não socialistas e socialistas no partido, atuando como um centro político, mas cada vez menos. No mesmo seminário, Aloísio Mercante referia-se a que, apesar de considerar a “inspiração leninista” algo importante e necessário de manter-se presente na linha do partido, as concessões deveriam ser menores aos defensores da ditadura do proletariado, pois os mesmos dificultavam “o crescimento e o avanço do partido”. (Idem, p. 211)

Com base na ideia de “petismo autêntico”, ou os verdadeiros petistas, foi fundada a Articulação. Esta perspectiva não só tinha uma demarcação com os parlamentares reformistas no lançamento do Manifesto dos 113 publicamente, como era uma demonstração inicial de intolerância e beligerância às tendências internas de inspiração marxista. Estes grupos seriam vistos como “não autenticamente petistas”, ao contrário dos 113. No momento em que o grupo dirigente petista define-se de maneira mais clara e de forma estratégica contra a perspectiva do socialismo como processo de ruptura com o capitalismo e implantação de um Estado Operário, esta intolerância passou a representar

um argumento para um expurgo de tendências dissidentes e contrárias às posições majoritárias do PT. (Idem, p. 218)

4.3 A Nova Esquerda e a Nova DS

O impacto do colapso do socialismo real foi sentido também no restante dos grupos envolvidos no PT. O bloco de oposição à direção majoritária da Articulação, liderado pela DS e PRC seria também um dos setores mais afetados pela mudança na conjuntura, assim como os reflexos desta mudança no giro político do antigo 113.

O PRC, que somente em 1984 decidiu participar exclusivamente do partido operário, tinha uma auto-definição relativamente próxima da Convergência Socialista. Eram, antes de militantes filiados ao PT, identificados como inseridos numa organização revolucionária à parte com uma relação meramente tática, ou mesmo entrista, no partido operário amplo.

A estratégia da organização era o comunismo, mais precisamente o de “dar continuidade à luta dos comunistas brasileiros, iniciada em 1922” a partir da formação “da verdadeira vanguarda da classe operária, capaz de dirigir o proletariado e as massas populares no caminho da revolução socialista e do comunismo” (Idem, p. 92).

A situação de participação de membros do PRC não filiados ao PT perdurou ainda alguns anos, mas de 1985 em diante, sua relação passou a ser mais bem definida como petistas. A organização tinha origem dada “por ex-militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e por alguns grupos políticos regionais”, independentes ou “egressos de organizações como a POLOP, em Pernambuco, ou MEP, em Minas Gerais”. (Idem, ibidem)

Foi o PRC responsável pela eleição do primeiro prefeito do PT numa capital, em 1986, com Maria Luiza Fontenelle. Após um balanço bem negativo desta gestão, os comunistas indicaram pela primeira vez na história um membro para Comissão Executiva Nacional de uma chapa minoritária, seu principal dirigente, José Genoíno²⁰⁵. Numa mesma chapa que a DS e o MCR, o grupo mudara sua perspectiva de participação no partido

²⁰⁵ A indicação foi simultânea a de João Machado, da DS.

operário, agora mais envolvido em sua direção e mais convicto do papel na luta de classes do projeto petista.

Não foi apenas a participação efetiva na direção mais cotidiana do partido que fez a organização antes autoproclamada a vanguarda da esquerda reconsiderar sua relação com o PT. Esta reavaliação culminou na dissolução do PRC em 1990, que passaria a rechaçar uma “filosofia mecanicista” e “o doutrinário e o burocratismo, portanto, uma organização do não saber, da passividade e da inoperacionalidade na disputa política e da não hegemonia”. Em seu debate interno, sua direção apontava para a sua base que fizessem “uma avaliação crítica da nossa trajetória desde 1984, encerrar, com base nela, a existência da organização então criada e fundar uma nova organização”. (Idem, p. 277).

No III Congresso do PRC, em fevereiro de 1990, uma maioria ampla votou pela sua dissolução enquanto um partido e organização desta mesma militância numa tendência interna. A nova organização que estava sendo fundada seria pautada por “normas simples” e um “um nome despretensioso”, assim como seu programa político. “Estas viriam a ser, não por acaso, características da nova organização que surgiria da liquidação do PRC, a *Nova Esquerda*”. (Ibidem, ibidem)

Os principais quadros que assumiram a direção da Nova Esquerda foram “José Genoíno, Tarso Genro, Ozéas Duarte, Aldo Fornazieri, Marcos Rolim e José Eduardo Uzig, entre outros”. A principal orientação política do novo grupo era diametralmente oposta às diretrizes principais do original PRC, em 1984. Partiam da “constatação de que a ‘luta pelo socialismo, hoje, encontra-se em um impasse de dimensões históricas que não pode mais ser ignorado’” e tratavam o marxismo agora como uma filosofia que “em sua origem, um humanismo radical” e eram adeptos da “paixão revolucionária”. (Idem, p. 279)

No 7º Encontro Nacional do PT, em meados de 1990, “a Nova Esquerda aliou-se à *Vertente Socialista (VS)*²⁰⁶ para lançar a chapa *Socialismo e Liberdade*, de candidatos à direção nacional do PT, que obteve cerca de 17% dos votos”. Os dois grupos se aproximavam muito nas análises sobre a crise do socialismo real, criticando os “postulados

²⁰⁶ Na origem da VS estava um grupo de dissidentes da Articulação em São Paulo, o *Poder Popular e Socialismo* (PPS – nome da chapa apresentada pelo grupo no Encontro Estadual do PT de São Paulo, em 1987), do qual fazia parte o deputado federal Eduardo Jorge. (COELHO, 2005, p. 289)

centrais do marxismo”, propondo uma concepção de socialismo “como projeto humano a realizar (...) e não como resultado da marcha da história”. (Idem, p. 288)

A expressão maior da nova formulação dos ex-militantes do PRC estava na condenação da noção de ditadura do proletariado e da desvirtuação do conceito de luta de classes. A noção de ditadura do proletariado é condenada com base numa crítica à teoria do Estado marxista, que reduziria o Estado “como aparato de coerção e o obscurecimento da ‘dimensão de hegemonia’, hoje mais importante”. Além disso, “atribuiria ao Estado socialista uma natureza ‘particularista, voltada para os interesses corporativos de uma classe que seria portadora de uma missão universal’” (Idem, p. 291).

O conceito de luta de classes passaria a ser visto como uma noção apenas válida “para o entendimento de uma realidade social marcada pelos choques de interesses”, mas não como “concepção de história”, negando a perspectiva de emergência de novas classes sociais a partir do conflito entre as classes. A perspectiva científica da luta de classes seria agora determinismo e dogmatismo histórico, e negava que a contradição entre a burguesia e o proletariado levaria a uma revolução socialista. (Idem, *ibidem*)

Já em 1992, este bloco político apareceria no 8º ENPT com o nome de Democracia Radical (DR), e atuaria em defesa de um “campo majoritário renovador”, associado à Articulação, como seu principal objetivo na disputa interna do partido. Esta nova maioria teria o papel de estabilizar o PT em torno de um novo “centro dirigente”, considerando que as resoluções do 5º ENPT “teriam sido superadas na realidade”, em detrimento de “novas ideias, novas formulações”. A identidade de classe, a construção do PT como partido opositor ao regime e partidos burgueses, na visão desta Nova Esquerda, deveria agora ficar definitivamente para trás. (Idem, p. 308-9)

Os outros dois grupos que compunham o bloco revolucionário com o antigo PRC tiveram impactos também da realidade objetiva da nova conjuntura mundial e brasileira, mas em proporções bem distintas. O antigo MCR “também havia passado em 1989 por um processo de autocrítica, que resultou na sua transformação em *Força Socialista*”. Mas o novo grupo mantinha sua concordância com “aspectos centrais do marxismo”. (Idem, p. 282)

A Democracia Socialista já tinha se organizado após o 5º ENPT em torno de uma nomenclatura e intervenção pública mais adequada à ideia de tendência interna do PT.

Segundo João Machado, um de seus principais desde período, “não foi uma mudança drástica porque desde o início do PT, nós já tínhamos a concepção de que a DS era uma tendência interna dele”²⁰⁷. De fato, durante toda a década de 1980, a tendência trotskista acumulou em seus fóruns internos (e em muitos debates públicos) a perspectiva de buscar que o PT se conformasse num partido revolucionário, sendo sua participação neste processo uma tarefa estratégica da organização.

Em 1987, a DS passou a entender o PT como “partido revolucionário em construção”, com base na convicção de que a nova configuração da Articulação, sob o nome de “a Corrente” seria socialista e parte do campo marxista. Quando ocorreu o giro interno da Articulação e do PRC, desconfigurando o bloco revolucionário e conformando uma nova maioria, agora declaradamente anti-marxista a anti-leninista, num espaço de cerca de dois anos, a organização revolucionária referenciada no SU ficou num impasse importante dentro de sua formulação política para a disputa do partido operário. Esta premissa foi fragorosamente abandonada pelo grupo dirigente petista e seu principal aliado no fortalecimento do socialismo petista, o PRC.

A partir do novo cenário mundial e da nova configuração da direção petista, a organização trotskista optou por reavaliar sua defesa programática no partido para abraçar o “projeto democrático popular” e passar a disputar o seu significado concreto. Enquanto a DR e a Articulação trabalhavam sua estratégia numa negação do comunismo, do enfrentamento de classes e da defesa da ditadura do proletariado, a DS defendia que o programa democrático popular representava um enfrentamento com o capitalismo e sua mais nova face mundial: o neoliberalismo²⁰⁸.

O projeto democrático popular encontra-se, por sua vez, bloqueado. De um lado, pelo controle conservador na institucionalidade e, de outro, pela pressão que a crise exerce sobre os movimentos sociais que lutam por conquistas econômicas. A eleição de Collor, de governos estaduais, e a composição do Congresso Nacional desmentem as expectativas que a via

²⁰⁷ Entrevista João Machado.

²⁰⁸ A ALTERNATIVA democrático popular. Documento interno da DS. 1990. p. 7

institucional se abra para reformas profundas na ordem política e econômica.²⁰⁹

No sentido acima, a proposta democrático-popular daria um “rumo revolucionário para o PT”, como a DS defendeu no I Congresso do PT, em 1991. A “estratégia democrático-popular” era apontada pela organização trotskista neste encontro a partir de um “momento negativo” que passaria por contrapor-se ao projeto neoliberal da burguesia e um “momento criativo, positivo”, construindo uma “ampla hegemonia dos trabalhadores na cena nacional”²¹⁰.

A noção de hegemonia defendida pela DS divergia profundamente da visão anti-marxista do conceito de hegemonia apropriado pela Nova Esquerda. Nela era compreendido o conceito “como a construção de um campo majoritário na sociedade, inspirado no socialismo, dirigido pelos partidos e correntes referenciadas nos trabalhadores e nas massas populares a se transformar em poder dominante”²¹¹.

Na tese da DS do Congresso de 1991 havia uma nítida demarcação ideológica com a maioria tratando hegemonia também como “luta política e não apenas luta de ideias ou expressão parlamentar”. Além disso, defendiam explicitamente em seu texto congressual “a necessidade de uma ruptura revolucionária da ordem” como sua concepção de socialismo e a importância de “fundação de um novo Estado, de uma nova ordem jurídica e a implantação do controle social sobre a economia”²¹².

Mesmo apresentando uma polarização ideológica de fundo na questão da estratégica, o grupo reafirmava o projeto petista como estratégico, propondo o fim da crise interna do partido, a reafirmação da regulamentação de tendências, a necessidade de recuperação “da capacidade de decisão do partido” e uma abordagem da autonomização dos mandatos parlamentares e prefeituras petistas, em detrimento da direção nacional do partido²¹³.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

²¹⁰ UM RUMO revolucionário para o PT. Cadernos de tese do I Congresso Nacional do PT, 1991. p. 63.

²¹¹ Idem, *ibidem*.

²¹² Idem, p. 65

²¹³ Idem, p. 66-7

4.4 Fora Convergência

O cenário de mudanças na conjuntura mundial de colapso do socialismo, a ascensão da nova ordem mundial capitalista, o neoliberalismo e a revisão programática das correntes do Partido dos Trabalhadores levou à Convergência Socialista, uma organização que já desde a década de 1980 se autodenominava uma “fração pública do partido”, a um isolamento ainda maior interno no PT.

Era uma das correntes que apontava “divergências de fundo com o *projeto democrático e popular* desde o 5º Encontro” e optou por manter sua autonomia como organização, embora tenha feito concessões ao grupo dirigente petista. Neste cenário, o debate de regulamentação de tendências foi visto como uma tentativa de impor amarras à atuação da tendência trotskista.

A Articulação começou a pressionar o conjunto do partido por mudanças na sua organização interna, propondo que o mesmo atuasse de forma mais centralizada. No encontro nacional citado foi aprovada a primeira resolução de regulamentação de tendências por ampla maioria do partido, incluindo setores minoritários como a DS e o PRC, que se sentiram vitoriosos pelo reconhecimento oficial das tendências.

A discussão sobre o funcionamento das tendências era coligada com a defesa da proporcionalidade na executiva nacional do partido. Ambas “diziam respeito às disputas internas entre a Articulação e as demais correntes”, o que explica também o posicionamento favorável do bloco da DS à proposta de regular as tendências.

No entanto, tanto as correntes *Causa Operária* e CS não foram reconhecidas como tal pela direção partidária, mas sim tratadas como facções, frações públicas que não cumpriam acordos mínimos para participação no partido. No caso específico dos morenistas, “a decisão ficava ‘em suspenso’ até que novas informações fossem obtidas por uma comissão do DN”. Logo a Causa seria definitivamente não reconhecida como tendência, tendo suas inscrições em candidaturas petistas suspensas nas eleições de 1990, inclusive com apoio da DS, neste caso (Idem, p. 207). A proposta final de legalidade das tendências internas no partido foi aprovada apenas no Diretório Nacional de 20 de maio de 1990 (SECCO, 2011, p. 92).

O processo de expulsão da Convergência foi mais dramático. Durante os anos 1980, a Articulação localizava nesta corrente uma rebeldia inaceitável na sua prática política, vista como sectária e desconstrutiva para o PT. Com o balanço bastante negativo dos trotskistas das administrações municipais logo no primeiro ano de suas gestões em 1989, especialmente nos casos de Timóteo, Diadema e São Paulo, a direção majoritária resolveu reagir duramente ao balanço público, considerado altamente fracionista para a Articulação.

A prefeitura de Timóteo, em Minas Gerais foi ocupada originalmente por um militante da CS, Geraldo Nascimento, que rompeu com a organização logo no início de sua gestão, em virtude do apoio desta a uma greve do funcionalismo público municipal daquela cidade. Outros militantes da corrente trotskista que também faziam parte da administração municipal romperam com a gestão e permaneceram na CS, fazendo uma forte denúncia da prefeitura mineira²¹⁴.

No balanço da Convergência, lançado publicamente em seu jornal, reconhecia que vinha “colaborando estreitamente” com a administração municipal. Mesmo assim, a partir de seu principal quadro na cidade, Bernardo Cerdeira, pronunciava já em junho do primeiro ano desta administração seu rompimento com a mesma. Alegavam que “a administração petista de Timóteo, de uma administração classista e de governar democraticamente com o conselho popular, passou ao extremo oposto, ao querer derrotar uma luta pelo cansaço”²¹⁵.

Houve polêmica do posicionamento da CS em favor da greve do funcionalismo até mesmo por parte da Democracia Socialista, representada no Secretário de Finanças do PT na cidade Márcio Marques, que apoiou as reivindicações dos funcionários, mas considerou-as “inviáveis” para atendimento imediato²¹⁶.

A manifestação pública da polêmica foi tratada pela direção do PT como “uma prova flagrante da existência da Convergência Socialista como partido político”²¹⁷. Com certa dificuldade de explicar para a sua militância de base uma posição contrária a uma greve, instrumento de luta tradicional dos petistas, o núcleo dirigente focou sua perseguição à Convergência pela alegação de ruptura com a linha geral do partido, que aprovou em seu

²¹⁴ TODO APOIO à luta do funcionalismo de Timóteo. Convergência Socialista. n. 218. p. 3

²¹⁵ Idem, ibidem.

²¹⁶ Idem, ibidem.

²¹⁷ Idem, ibidem.

diretório municipal apoio ao prefeito Geraldo, e na crítica à exposição de debates internos detalhados no seu jornal para as massas.

Em 14 de agosto de 1989, a Comissão Executiva Nacional, que contava com a participação inédita nesta composição de um membro da CS, Valério Arcary, foi votada uma resolução explicitamente ofensiva à Convergência.

Para a Comissão Executiva Nacional, os últimos acontecimentos em Timóteo e na Prefeitura de São Paulo não deixam dúvidas de que a Convergência Socialista está agindo como um partido político com política própria e expressão pública.²¹⁸

A resolução também denunciava a “atuação da Convergência em vários sindicatos, em flagrante oposição às orientações sindicais do PT e toda a tática política que esta, por conta própria, desenvolve nos movimentos sociais, sem nenhum respeito às instâncias” do partido. Além disso, associava esta postura da CS a “o rompimento com as resoluções do 5º Encontro”, isto é, com a regulamentação de tendências. Ao final, exigia o cumprimento desta resolução, assim como autorizava uma advertência pública da direção do partido à corrente trotskista²¹⁹.

A resposta da Convergência foi manter-se como fração pública e preparar-se, já em 1989, para a “difícil tarefa de preparar o lançamento de uma nova organização”. A grande preocupação dos trotskistas não era ser ou não expulsos, mas sim manter-se no partido durante as eleições de 1989, que avaliavam ser uma grande oportunidade para a construção do novo partido a ser impulsionado por eles²²⁰.

Uma segunda crise, em 1991, foi mais difícil de contornar, até mesmo porque nesta altura, a CS tinha sua posição de construção de um novo partido mais consolidada internamente. No I Congresso do PT, os morenistas defenderam que fosse aprovada a palavra de ordem “Fora Collor”. Esta palavra-de-ordem sequer constava na tese assinada pela militância no caderno de teses do congresso, mas devido ao momento efervescente do

²¹⁸ RESOLUÇÃO sobre a Convergência Socialista. Documento interno da Comissão Executiva Nacional do PT. 14 de agosto de 1989. p. 1

²¹⁹ Idem, p. 2

²²⁰ O NOVO partido e a campanha eleitoral. Documento interno da CS. 22 de setembro de 1989. p. 1

país no período, apegou-se a esta proposta como forma de elucidar a polarização de cunho estratégico e de natureza de Estado com a Articulação e seus aliados.

A Articulação derrotou a proposta do “Fora Collor”, apresentada por “setores da esquerda do partido”. No entanto, nas semanas seguintes o país viveria um ascenso popular contra o presidente após a divulgação da “entrevista em que o irmão do presidente o acusava de corrupção, em maio, e quando já começavam a aparecer manifestações populares reivindicando” que defendiam o fim do mandato presidencial atual (COELHO, 2005, p. 221).

A direção do partido aderiu ao movimento Fora Collor em seguida, “mas não antes que as propostas de CPI e de *impeachment* fossem recusadas mais de uma vez, pelos votos da Articulação, no Diretório Nacional, até serem finalmente aprovadas”. Esta hesitação política da maioria petista foi abominada por muitos militantes na base do partido, que chegou a aprovar na CUT uma proibição de fixação de cartazes e faixas nas manifestações do 1º de maio daquele ano (Idem, *ibidem*).

Esta foi encarada como a principal razão oficial para, em torno de um ano depois, a direção do PT cassar a condição de tendência da CS. No entanto, para Eurelino Coelho, estava evidente tanto para Articulação, quanto para o restante das correntes petistas, incluindo a Convergência, que uma “incompatibilidade entre os projetos políticos evoluíra até o ponto de provocar rupturas” (Idem, p. 222).

A discussão sobre o não acatamento foi uma questão mais formal do que concreta. Foi como conta o relato de Henrique Carneiro, apenas um pretexto:

O mote central era o fato de que tínhamos uma fração secreta, que não se subordinava a certas determinações político-organizacionais que eles tinham definido e que compreendia não ter organização própria separada das estruturas do PT. Aquela polêmica foi um pretexto, mas o conteúdo da disputa política que estava colocada ali tem relação com a natureza do regime e a natureza da intervenção do PT. Para a direção, para o lulismo, deveria ter mais integração na lógica intrínseca do regime, e daí não se podia criar qualquer saída da institucionalidade. E o fato da CS ser contra o regime, reivindicando novas eleições foi central para a ruptura. A justificativa interna era que éramos uns insubordinados e

desrespeitávamos medidas administrativas, mas este mecanismo formal da discussão escondia o debate político que estava por trás, que eles aceitavam o calendário institucional do regime.²²¹

Mesmo assim, o secretário-geral do partido no período, José Dirceu, pessoalmente moveu uma representação política contra a CS para insistir em sua domesticação. Além das acusações de insubordinação de linhas políticas defendidas pelo partido, especialmente no caso Collor, os trotskistas “eram acusados de manter estrutura e relações internacionais próprias”. No dia 9 de maio de 1992, o Diretório Nacional “cassou a condição de tendência da *Convergência Socialista* e estabeleceu um prazo de quinze dias para que ela revisse suas posições”. Nesse ínterim, “tendências da esquerda petista apresentaram recursos contra a decisão do DN e várias personalidades públicas (inclusive alguns da própria Articulação) se manifestaram contra a expulsão”. No Boletim Nacional de maio de 1992, a sua manchete era enfática “A Convergência está fora do PT”. (COELHO, 2005, p. 222)

Segundo Coelho, a CS “se tornara um problema incontornável para a Articulação ao reproduzir palavras de ordem e intervenções políticas que faziam parte do repertório comum dos petistas nos anos 80”. Neste sentido, mesmo com uma trajetória muito alheia à construção cotidiana do partido e tendo vários momentos de quase abandono da referência petista, o grupo trotskista foi capaz de se apropriar habilidosamente do sentimento do “PT das origens”, como estava em sua tese para o I Congresso do partido, em 1991, contra a sua própria direção original.

João Machado, um dos principais líderes da Democracia Socialista neste período, considerou errada a saída da CS do partido, pois o setor mais enfraquecido com ela seria justamente a esquerda do PT. Comenta em seu relato sobre a trajetória das duas organizações no partido, que no Encontro de 1993, um ano depois da saída dos morenistas, a esquerda obteve maioria da direção contra a Articulação:

Houve uma ruptura da Articulação e formou-se a Articulação de Esquerda, que se aliou a DS para formar a Opção de Esquerda; e houve uma aliança em outra chapa do O Trabalho, Força Socialista e a Tendência Marxista. Estas duas chapas mais à esquerda tinham maioria.

²²¹ Entrevista com Henrique Carneiro.

Se a Convergência tivesse ficado, a maioria seria um pouco mais forte.
Então foi um erro sair do PT ali.²²²

Esta maioria mencionada por Machado, no entanto, durou apenas alguns meses, pois, segundo relato de José Correa, a própria direção da Articulação de Esquerda se recompôs internamente alinhada ao grupo de Lula e José Dirceu na Executiva Nacional, aliança que foi consolidada e que reconduziu a Articulação a uma maioria sólida, no Encontro Nacional seguinte.

²²² Entrevista João Machado.

CONCLUSÃO

Tática, estratégia e opção de classe

Há uma grande dificuldade em chegar a conclusões nesta pesquisa sem associar-se a um debate preconceituoso da militância destas organizações. Ao tirarmos o termo “preconceituoso”, aí mesmo que o desafio se torna impossível. Para equilibrar a questão, as fontes e a bibliografia pesquisadas foram essenciais para uma abordagem científica do seguinte problema apontado: como qualificar as diferenças políticas e de trajetória entre a CS e DS?

Vamos começar pela caracterização das próprias organizações registradas em diversas passagens ao longo de suas respectivas trajetórias. Autoproclamando-se de esquerda e revolucionária, associada à Lenin e Trotsky, a DS acusava a CS de organização “sectária”, e recebia o troco sendo tratada por “centrista”. Mesmo sendo duas caracterizações, em certa medida, caricaturais, tomam como base a mesma justificativa. Ambas referem-se à relação dos grupos com o núcleo dirigente petista, ao longo de suas trajetórias.

A Democracia Socialista insistiu nos primeiros anos do partido em apontar que a Convergência tinha uma linha política correta em muitos momentos, mas errava em fechar o diálogo com outros grupos internos ao PT e, especialmente, caracterizar de forma muito categórica os sindicalistas liderados por Lula e seu grupo interno, inaugurado mais formalmente em 1983 pelo Manifesto dos 113. Esta visão crítica convergiu para uma trajetória de raras alianças da DS com a CS internas ao PT, a não ser em momentos incontestáveis de enfrentamento a direção majoritária petista.

A Convergência Socialista, por tratar de fato o grupo lulista como um setor incurável e a ser combatido desde os primeiros anos do PT, teve pouco empenho na disputa interna do partido, mesmo quando ainda parecia bem próximo de um modelo de partido operário previsto e analisado por Leon Trotsky em diversas experiências em outros países, especialmente nos EUA. O grupo trotskista associado a Nahuel Moreno tratava a DS como

um setor que capitulava constantemente ao estalinismo e ao reformismo por não tratar a direção majoritária petista do mesmo jeito que eles tratavam.

As definições políticas acima são fruto de uma calorosa disputa política interna no maior partido de esquerda no Brasil naquele período. Ambas tinham como base o objetivo de construir um partido revolucionário nos moldes da abordagem teórica marxista. Nesta pesquisa consideramos a evolução dos partidos socialistas com base no trabalho acadêmico de Umberto Cerroni, que admite a seguinte evolução política para a construção de um partido socialista:

Fases de evolução do partido socialista	Descrição
FASE PRÉ-POLÍTICA	Partido restrito a um espaço de associação da luta operária
FASE INTRA-UTERINA	Oposição ao Estado burguês sem uma alternativa política (proposta restrita ainda ao economicismo)
FASE EXTRA-UTERINA	Supera a organização exclusiva da classe para opor ao Estado com uma nova forma de organização (contra-hegemônico)

Partindo da base cerroniana (que parte das referências de Marx, Lenin e Gramsci para sua análise), recuperamos os trabalhos dos autores especializados no estudo do Partido dos Trabalhadores que utilizamos nesta pesquisa. Tanto Eurelino Coelho quanto Lincoln Secco reconhecem, neste partido, uma proximidade com o que constatamos como elementos centrais no modelo de Cerroni.

A primeira fase do partido operário brasileiro liderado por Lula pode ser reconhecido nos anos de 1978-1979, quando datam as grandes greves do ABC paulista e o anseio da construção de um partido político além da mera luta sindical. No segundo

momento, o partido passa pela evolução de uma proposta meramente representativa da classe operária, para impulsionar esta classe na disputa política geral do país.

Coelho afirma que até 1989 o partido ofereceu uma proposta de contra-hegemonia para os trabalhadores do país e os organizou desde seu momento de fundação. Da mesma forma, Secco reconhece o contraponto político do PT ao Estado burguês, amadurecido em experiências fundamentalmente políticas como a luta por eleições diretas, culminando na formulação do socialismo petista, em 1987, no V Encontro Nacional petista.

Evolução do PT	Recorte cronológico	Descrição
FASE PRÉ-POLÍTICA	1978-1980	Das greves à fundação do PT
FASE INTRA-UTERINA	1981-1986	Partido com identidade mais resumida a sua composição de classe. Não há projeto político claro (frente de tendências e frações).
FASE EXTRA-UTERINA	1987-1989	Formação do Socialismo Petista. Participação das minorias na executiva nacional. Regulamentação (restrição) do direito de tendências.

A década de 1990 em diante é marcada, segundo Coelho, pelo abandono da direção petista de qualquer referência marxista e sua adesão a uma estratégia de não enfrentamento ao Estado burguês. Numa versão menos categórica, Lincoln Secco aponta para um momento de “Oposição parlamentar”, isto é, dentro da esfera das instituições políticas do Estado capitalista. Podemos tratar como “capitulação”, “ruptura com o socialismo” ou “esquerda para o capital”, este último termo pronunciado por Coelho.

A partir da pesquisa de fontes e entrevistas feita aqui, constatamos que tanto a Convergência Socialista quanto a Democracia Socialista caracterizaram de forma diferente a evolução petista dos autores que utilizamos especializados no estudo do partido operário.

Numa perspectiva, a DS aproximou-se da perspectiva de Coelho e Secco em suas análises até 1989. Depois disto, sua persistência na participação no partido em moldes semelhantes ao de sua intervenção na década de 1980, também na década de 1990 sugerindo um profundo distanciamento entre uma análise marxista e a orientação desta organização originalmente trotskista.

Evolução petista para a DS	Recorte cronológico	Descrição
FASE PRÉ-POLÍTICA	1978-1982	Partido operário frentista
FASE INTRA-UTERINA	1983-1986	Manifesto 113, confusão programática.
FASE EXTRA-UTERINA	1986-	Fundação da “Corrente”. Partido revolucionário em construção.

A Convergência Socialista produziu um pensamento divergente em sua trajetória da proposta de evolução do PT de Coelho e Secco desde os primeiros anos de sua participação no partido operário, ainda década de 1980. Já em 1981 o grupo morenista afirma que a direção majoritária petista não mais era uma representação legítima da classe operária, pois já estaria submetida ao eleitoralismo e à burocratização. Desta forma, nunca teria alcançado uma proposta contra-hegemônica, e sequer se consolidado como partido socialista, aos moldes de Cerroni.

No entanto, a análise da CS oscila quando é fundada a CUT, em 1983. De uma consideração mais categórica de que o grupo de Lula era sequer uma direção operária legítima, passou a reconhecer a importância na participação do PT para unificar um campo contra os sindicalistas lulistas. Do V Encontro Nacional em diante, especialmente a partir

das primeiras experiências de gestões petistas de prefeituras, a orientação dos trotskistas define-se por tratar o partido operário não mais como tal, intervindo no mesmo de forma entrista e preparando-se para um racha/expulsão desde 1989, que só consolidou-se em 1992. Não houve, portanto, para a visão deles um momento contra-hegemônico do PT na história do Brasil.

Evolução petista para a CS	Recorte cronológico	Descrição
FASE PRÉ-POLÍTICA	1978-1983	Partido operário com direção burocratizada e de frente.
FASE INTRA-UTERINA	1983-1988	Partido com direção burocratizada e setores centristas, em disputa. Ainda em defesa dos interesses da classe operária.
CAPITULAÇÃO	1989-	Partido adaptado à gestão burguesa do Estado, contra a classe trabalhadora.

Existe uma peculiaridade na análise sobre o PT feita pela CS em comparação às análises dos autores Coelho e Secco. Os morenistas justificavam sua avaliação sobre o partido operário a partir de experiências concretas externas à sua dinâmica interna (embora não ignore a mesma). Mais do que a restrição feita pela regulamentação de tendências as suas ações como fração pública, a direção majoritária petista é mal avaliada por eles pelas suas ações políticas. Isto converge para a motivação maior em construir o PT quando a CUT é fundada, assim como é menor quando as prefeituras geridas pelo partido passam a reprimir greves de trabalhadores de suas respectivas cidades.

As experiências concretas do PT são a principal fonte de caracterização da CS sobre ele. Ironicamente, sua saída do partido deu-se a partir de uma demarcação pública de mais um destes processos, mas isto não teve grande peso na análise da corrente trotskista sobre o partido de massas. Como a direção da organização revolucionária já havia consolidado uma análise fatalista sobre a direção lulista, o episódio do Fora Collor apenas serviu de mote para propagandear publicamente e mais explicitamente as diferenças estratégicas entre os trotskistas e a maioria petista.

É difícil, para não dizer impossível considerar que, em algum momento da trajetória do partido operário, a Convergência apostava que este poderia ser um partido revolucionário, neste caso, contra-hegemônico. O que o estudo de fontes aponta é que esta hipótese passava necessariamente por uma derrota do setor lulista frente ao setor trotskista, preferencialmente liderado pelos morenistas.

A diferença de avaliação sobre o setor em torno de Lula pode ser tratada como uma das mais importantes entre a DS e CS. Em momento nenhum durante a década de 1980, a direção da Democracia Socialista caracterizou o setor lulista de forma tão categoricamente negativa quanto a Convergência. Ao contrário, os primeiros, apesar das diferenças e demarcações constantes, tratavam os lulistas como um grupo a ser disputado para sua política revolucionária.

Assim como os morenistas, a DS admitia a perspectiva de construção do partido operário como base fundamental para a formação de um partido revolucionário. Com a formação da Articulação dos 113, sua aposta na disputa deste setor diminuiu, porém sua avaliação pública sobre o lançamento do manifesto de fundação deste grupo foi positivo, o que apontava para sustentação de um diálogo.

Com a fundação do grupo “a Corrente”, com base no afastamento de um setor mais declaradamente reformista e uma maior identidade do grupo com o marxismo e o socialismo (ainda que não de mesma tradição do trotskismo), as esperanças da DS se renovaram e justificaram sua mais ousada proposta até então de atribuir ao PT a perspectiva de *um partido revolucionário em construção*.

Tomando como base as análises dos autores Eurelino Coelho e Lincoln Secco, e com base na perspectiva de construção partidária de Trotsky, as diferenças de avaliação

sobre o PT entre DS e CS foram da proporção tática para estratégica a partir da década de 1990.

Considerando que a estratégia de ruptura do Partido dos Trabalhadores com o Estado burguês não resistiu às primeiras experiências de gestões executivas municipais e ao balanço político da derrota de Lula em 1989, apontamentos confirmados por Coelho, Secco e pela direção da CS, a persistência na disputa do partido operário como um projeto revolucionário em construção destoou de maneira estrutural à trajetória da DS com o outro grupo trotskista. Esta análise não admite, tampouco, que num balanço político sobre os rumos destas organizações, a única saída para um grupo que reivindicasse um programa trotskista fosse a ruptura com o PT no momento em que a CS o fez.

A própria trajetória dos morenistas é marcada por crises internas, que renderam a formação de rachas como o ORT, assim como suas análises sobre o partido passou por oscilações durante a década de 1980. Tanto que um de seus militantes tornou-se prefeito em 1988 para ser desligado da organização em 1989, seguindo as mesmas contradições que outros prefeitos petistas assumiriam em outras cidades. Esta questão, contudo, também é objeto de bastante debate, pois não necessariamente o não apoio a uma greve específica pode justificar uma análise de traição de classe definitiva.

Por fim, é importante que a hipótese central desta pesquisa, que parte da pergunta de como qualificar as diferenças entre as organizações pesquisadas, não sugere que uma seja a detentora do programa trotskista e marxista revolucionário, relegando a outra uma caricatura de sectarismo ou centrismo. Por boa parte do recorte cronológico da pesquisa, ambas as correntes apontavam para uma mesma base programática que justificava sua política e sua tática de atuação.

O mesmo não pode ser dito sobre o que foi a trajetória da Democracia Socialista nos anos seguintes ao recorte pesquisado. A evolução do PT durante a década de 1990 apenas confirmou a análise dos morenistas e de Eurelino Coelho (dentre outros). Ainda assim, a corrente referenciada no SU manteve-se na construção deste partido.

No entanto, o balanço político da trajetória destas organizações não é objeto de análise desta limitada pesquisa de mestrado, embora o interesse e a curiosidade a ser despertada por esta contribuição intelectual no porvir das organizações pesquisadas seja absolutamente compreensível e desejável. Afinal de contas, uma boa pesquisa, mais do que

trazer respostas, levanta questões ainda mais pertinentes do que as originalmente traçadas por ela. Esperamos ter, ao menos, alcançado aqui este objetivo fundamental.

FONTES

Arquivos Fundação Sundermann (ordem cronológica)

CS: CONSTRUINDO O PT. Documento interno da CS. 1980.

MINUTA SOBRE O PT. Documento interno da CS. 1980.

MINUTA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS PRÉVIAS. Documento interno da CS. 1981.

CIRCULAR NACIONAL. Documento interno da CS. 1981.

MINUTA A DN. Documento interno da CS. 1981.

NOSSA POLÍTICA DENTRO DO PT. Documento interno da CS. 1981.

BALANÇO DO ENCONTRO NACIONAL DO PT. Documento interno da CS. 1981.

DOCUMENTO NACIONAL CS. Documento interno da CS. 1982.

CIRCULAR nacional. Documento interno da CS. Janeiro de 1983.

DOCUMENTO nacional. Alicerce da Juventude Socialista. Outubro de 1983.

CLICO de estudos: Alicerce. No 1. 1983.

COMPLEMENTO ao documento de balanço. Documento Interno da CS. 1983.

O QUE é socialismo e como chegar nele? Documento de formação da Alicerce da Juventude Socialista. 1983.

ALICERCE é parte de um fenômeno mundial. 1983.

ALA SOCIALISTA do PT e da CUT, tarefa inadiável. Documento interno da CS. 14 de maio de 1984.

BOLETIM interno No. 20. Documento interno da CS. 23 de maio de 1984.

HÁ COMENZADO la revolucion brasileña?. Documento interno da LIT. maio de 1984.

BOLETIM interno No. 34. Documento interno da CS. 29 de agosto de 1984.

CONVERSA com Zezé. Documento interno da CS. Julho de 1985.

AONDE vai o PT? Convergência Socialista, n. 66, p. 4. nov. 1985.

AVANÇOS e retrocessos do PT. Idem, n. 68, p. 3. dez. 1985.

COLIGAÇÕES: uma ameaça para o PT. Idem, n. 162, p. 5. Abr. 1988.

PREFEITURAS do PT. Id. n. 195, p. 6. Jan. 1989.

UM PRIMEIRO balanço. Id. n. 205, p. 4. Abr. 1989.

QUE DIRETRIZES para a campanha de Lula. Id. n. 205, p. 3, abr. 1989.

NÃO adianta tapar o sol com a peneira. Id. n. 218, p. 8. Ago. 1989.

CIRCULAR Interna No. 32/89. Documento interno da CS. 05 de setembro de 1989.

RETROCESSO político. Id. n. 214, p. 6, jun. 1989.

RESOLUÇÃO sobre a Convergência Socialista. Documento interno da Comissão Executiva Nacional do PT. 14 de agosto de 1989.

O NOVO partido e a campanha eleitoral. Documento interno da CS. 22 de setembro de 1989.

QUEM rompeu com o programa do PT? Id. n. 231, p. 8, out. 1989.

TUDO APOIO à luta do funcionalismo de Timóteo. Convergência Socialista. n. 218. 1989.

Arquivos CEDEM/Em Tempo (ordem cronológica)

CONTRIBUIÇÃO à história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 79, ago. 1979.

A CONSTRUÇÃO do partido revolucionário hoje. Documento interno da DS, arquivos Em tempo/ CEDEM. 1979.

CAMARADAS do PC! Deixem o MDB! Entrem para o PT! *Em Tempo*, São Paulo, n. 76, p. 7, ago. 1979.

INOVADOR, legal e de massas. *Em tempo*, São Paulo, n. 107, jun. 1980.

DEMOCRACIA interna: como ficam os núcleos? *Em tempo*, São Paulo, n. 109, jul. 1980.

FALSAS questões contra a Constituinte. *Em tempo*, São Paulo, n. 111, ago. 1980.

DITADURA MILITAR, conjuntura política e aparição pública da DS. Documento interno da DS. 27/10/1980.

NÃO seremos avalistas da conciliação. *Em tempo*, São Paulo, n. 112, jan. 1981.

A QUESTÃO está em debate. *Em tempo*, São Paulo, n. 112, jan. 1981.

BOLETIM INTERNO No. 7. Documento interno da DS. Janeiro de 1981

PROCESSO DE fusões. Boletim interno No. 7. Documento interno da DS. Janeiro de 1981.

CONTRA o economicismo e o doutrinário. *Em tempo*, São Paulo, n. 121, fev. 1981.

ESCLARECIMENTO sobre a proposta de acordo quanto à questão Internacional. Documento interno da DS. Março de 1981.

O PARTIDO deu origem à nova esquerda. *Em tempo*, São Paulo, Mar. 1981.

UM PARTIDO político frentista. *Em tempo*, São Paulo, Mar. 1981.

O PARTIDO deu origem à nova esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, Mar. 1981.

ONDE está o partido revolucionário? *Em tempo*, São Paulo, 14/05/1981.

CAROS camaradas da ORM-DS. Documento interno do CLTB. 22/11/1981.

O PT aponta para uma democracia socialista revolucionária. *Em tempo*, São Paulo, 03/12/1981.

AS TAREFAS trotskistas no PT. Documento interno da DS. 1981.

CONSTRUÇÃO do PT: uma avaliação. Documento interno da DS. 1981.

BALANÇO da trajetória do CLTB. 1982.

A OUSADIA dos liquidacionistas dentro das fileiras do PT. *Em tempo*, São Paulo, 2 de junho de 1983.

UMA ARTICULAÇÃO excludente e centrista. *Em tempo*, São Paulo, 23 de junho de 1983.

BALANÇO da ORM-DS. Boletim de discussão nacional ORM-DS No. 1. 1983.

CONSOLIDA-SE uma direção para o PT? Documento interno da DS. 1983.

AS NOSSAS tarefas na construção do PT. Documento interno da DS. 1983.

BOLETIM INTERNO V. ORM-DS. 1985.

UM BALANÇO, apesar de tudo, positivo. *Em tempo*, São Paulo, 3 de maio de 1986.

PT TEM nova Executiva Nacional. *Em tempo*, fevereiro/março, 1987.

OS OBSTÁCULOS a serem superados na construção do PT. *Em tempo*, dezembro 1987.

DEMOCRACIA SOCIALISTA E DITADURA DO PROLETARIADO. Cadernos Democracia Socialista, 1987.

A CONSTRUÇÃO do PT como partido revolucionário. Documento interno do CC da DS. 1987.

A CONSTRUÇÃO DO PT como partido revolucionário. Cadernos da Democracia Socialista. 1987.

A DS como corrente do PT. Documento interno da ORM-DS. 1988.

O PT, a ORM-DS e a construção do P. Revolucionário no Brasil. Documento interno da ORM-DS escrito por João Machado. sem data.

A ALTERNATIVA democrático popular. Documento interno da DS. 1990.

UM RUMO revolucionário para o PT. Cadernos de tese do I Congresso Nacional do PT, 1991.

Entrevistas

João Machado. Março de 2014.

José Correa Leite. Março de 2014.

Henrique Carneiro. Março de 2014.

SITES

<http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>

<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/glancep.pdf>

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Oswaldo E. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

AMIN, Samir. *A vocação terceiro-mundista do marxismo*. História do Marxismo XI – o marxismo hoje. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. Nova Orleans, XIX BRASA Congress, 2008.

BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? Perseu: história, memória e política: No. 8, Ano 6. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

BENSAID, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008.

BOITO JR., Armando. *Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado absolutista*. Revista Crítica Marxista, 1998.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira & Silvia Anette Kneip. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DA SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. Proposta Editorial. 2 ed.

DEUTSCHER, Isaac. Trotsky: o profeta armado (1879-1921). Tradução: Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Tradução: Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FARIA, Marcos Moutta de. *A experiência do movimento convergência socialista*. Cadernos AEL: 29 – Trotskismo. Unicamp – IFCH, 2005.

FERNANDES, Renato César Ferreira. *Oligarquia e transformismo: a crítica de Gramsci à Michels*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

FRANK, Pierre & BENSAID, Daniel. The long march of the trotskists: contributions to the history of the Fourth Internacional. Amsterdã, IIRE, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere (volume 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e sobre a política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LENIN, V.I. *Apuntes a propósito del num. 1 de "Sotsial Demokrat"*. **Experiencia de clasificación de los partidos políticos rusos**. 1906.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- KECK, Margaret. *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática, 1991.
- MACHADO, João. *O PT e a luta pelo Socialismo: contribuição ao debate do V Encontro Nacional do PT*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1987.
- MANCUSO, Eduardo. *Marxistas*. Porto Alegre: Editorial Em tempo, 2001.
- MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- _____. *Teoria marxista do Estado*. Niterói: Editora A Casa Socialista Ernest Mandel, 2008.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ed. 1990.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. Tradução: Hamilton Trevisan. São Paulo: Editora Senzala.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. Versión española de Mario Trindad. Madrid: Alianza editorial, 1995.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria?* São Paulo: Brasiliense, 1994. 10 ed.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- TROTSKY, Leon. *O programa de transição*. Fortaleza: Casa Socialista, 2003.
- _____. *The defense of the Soviet Union and the Opposition*. Traduzido para o inglês por John G. Wright. *The Militant*, 1929.

